



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

FRANCISCO MARCOS RODRIGUES DE SOUZA

**AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DE GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA DO ESTADO
DO CEARÁ: ACESSIBILIDADE CULTURAL COMO GARANTIA DE DIREITOS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

FORTALEZA

2025

FRANCISCO MARCOS RODRIGUES DE SOUZA

AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DE GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA DO ESTADO DO
CEARÁ: ACESSIBILIDADE CULTURAL COMO GARANTIA DE DIREITOS DAS PES-
SOAS COM DEFICIÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará - UFC. Área de concentração: Avaliação de políticas públicas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- R613a Souza, Francisco Marcos Rodrigues de.
Avaliação no Âmbito de Gestão da Política Cultura do Estado do Ceará : Acessibilidade Cultural como garantia de direitos das pessoas com deficiência / Francisco Marcos Rodrigues de Souza. – 2025.
117 f. : il.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2025.
Orientação: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho.
1. Acessibilidade Cultural . 2. Pessoas com deficiência . 3. Gestão cultural . 4. Dignidade humana . I. Título.

CDD 320.6

FRANCISCO MARCOS RODRIGUES DE SOUZA

AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DE GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA DO ESTADO DO
CEARÁ: ACESSIBILIDADE CULTURAL COMO GARANTIA DE DIREITOS DAS PES-
SOAS COM DEFICIÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará – UFC. Área de concentração: Avaliação de políticas públicas.

Aprovado em: 30 de junho de 2025

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Márcio de Souza Porto
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à força criadora de tudo, pela vida, pela inspiração e pela coragem de seguir em frente, mesmo diante dos desafios postos.

À minha mãe, minha origem e meu alicerce, que com amor incondicional, fé e sacrifício me ensinou o valor da perseverança e da honestidade.

À minha esposa, Estrela Rodrigues, minha parceira de jornada, cuja paciência, apoio e amor foram fundamentais em cada passo desta conquista.

A vocês, Estevão e Maria Júlia, meus filhos, razão do meu esforço diário, deixo um agradecimento incomensurável. Em especial ao meu filho Estevão que, com sua luz e perseverança, renovou minhas forças nos momentos de cansaço. Sua importância em minha vida é imensurável e, mesmo não estando mais presente fisicamente, sua luz continua a iluminar meu coração todos os dias. À Maria Júlia, minha fonte de amor, inspiração e esperança, minha gratidão eterna.

À minha orientadora, Professora Alba Pinho de Carvalho, agradeço profundamente por sua escuta generosa, orientação firme e por acreditar no potencial deste trabalho. À banca avaliadora, composta pelos Professores Doutores Márcio Porto e Arilson Santos, minha gratidão pelas contribuições valiosas, pelo olhar atento e pela seriedade com que acolheram e avaliaram esta pesquisa.

Ao Instituto Dragão do Mar, que foi um importante parceiro ao disponibilizar informações e materiais essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, meu sincero reconhecimento.

À Biblioteca Pública Estadual do Ceará (Bece), lugar de conhecimento e convivência, e aos amigos e colegas que comigo trabalham — vocês foram fundamentais nesta caminhada. Com apoio, incentivo e companheirismo, contribuíram para que eu conquistasse mais esta etapa da vida.

À minha sobrinha Amanda e ao seu marido Eudemberg, por me apresentarem o edital do mestrado num momento em que eu não me sentia emocionalmente preparado para enfrentar esse desafio — sua confiança e incentivo fizeram toda a diferença. À minha sobrinha Alessandra, que sempre acreditou no meu potencial e me motivou a seguir em frente, deixo um carinho especial.

Aos colegas da turma Assembleia 2022, pela compreensão, companheirismo e partilha dos desafios dessa jornada acadêmica, e ao MAPP, por me garantir a oportunidade de subir mais este degrau na minha trajetória.

A todos os que, direta ou indiretamente, fizeram parte deste caminho, meu muito obrigado.

RESUMO

A dignidade humana é um princípio constitucional que garante a equidade de direitos para todas as pessoas, independentemente de sua corporeidade. Esta mesma dignidade deve garantir que pessoas com deficiência possam criar, atuar, produzir e fruir em consonância com suas especificidades. Com base neste pressuposto, a presente dissertação tem o objetivo de avaliar como a acessibilidade imprime-se nos equipamentos culturais da Secretaria de Cultura do Ceará, geridos em parceria com o Instituto Dragão do Mar - IDM e como ela é percebida por usuários e usuárias com deficiência. Para alicerçar esta reflexão, o texto é construído com base em autores/autoras referências, cabendo destacar Diniz (2012), Santos (1987), Guerra (2021), dentre outros. No percurso metodológico, foram consultados Guba e Lincoln (2011), Miguel *et al.* (2023) e Rodrigues (2008) para compreender o significado e o sentido da avaliação e o que é avaliar em profundidade. Nesta perspectiva, assume-se o paradigma contra-hegemônico da avaliação em profundidade correlacionado com os estudos de Raul Lejano (2012). Busca-se, assim, a partir de interlocutores, avaliar a acessibilidade de usuários(as) com deficiência aos equipamentos da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, regidos em parceria com o IDM, quais sejam: Biblioteca Pública Estadual do Ceará; o Centro Cultural do Bom Jardim; o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e o Cineteatro São Luiz. Para tanto, se desenvolveu uma pesquisa qualitativa, privilegiando dois instrumentais técnicos (*Google Forms*) e entrevistas. Tratou-se de uma investigação avaliativa, no sentido de analisar como a acessibilidade concretiza-se na política de cultura do Estado do Ceará. Sendo obtidos resultados que trazem a reflexão, uma formação continuada nos equipamentos, contratação de profissionais com deficiência e institucionalização da acessibilidade na Política de Cultura.

Palavras-chave: acessibilidade cultural; gestão cultural; pessoas com deficiência; dignidade humana.

ABSTRACT

Human dignity is a constitutional principle that ensures equal rights for all individuals, regardless of their corporeality. This same dignity must guarantee that persons with disabilities are able to create, perform, produce, and enjoy culture in accordance with their specificities. Based on this premise, this dissertation aims to evaluate how accessibility is implemented in the cultural facilities managed by the Secretariat of Culture of the State of Ceará, in partnership with the Dragão do Mar Institute (IDM), and how it is perceived by users with disabilities. To support this reflection, the text draws on key authors such as Diniz (2012), Santos (1987), and Guerra (2021), among others. In the methodological path, the works of Guba and Lincoln (2011), Miguel et al. (2023), and Rodrigues (2008) were consulted to understand the meaning and purpose of evaluation, and what it entails to evaluate in depth. From this perspective, the dissertation adopts a counter-hegemonic paradigm of in-depth evaluation, in correlation with the studies of Raul Lejano (2012). The study seeks to assess, through dialogue with interlocutors, the accessibility of users with disabilities to cultural facilities under the management of the Secretariat of Culture of the State of Ceará in partnership with IDM, namely: the Ceará State Public Library, the Bom Jardim Cultural Center, the Dragão do Mar Center of Art and Culture, and the São Luiz Cinema-Theater. A qualitative research approach was used, employing two technical tools (Google Forms) and interviews. This was an evaluative investigation, aiming to analyze how accessibility is concretely embedded in the cultural policy of the State of Ceará. The findings point to the need for ongoing training within cultural institutions, the hiring of professionals with disabilities, and the institutionalization of accessibility within cultural policy.

Keywords: cultural accessibility; cultural management; persons with disabilities; human dignity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AIPD	Ano Internacional da Pessoa Deficiente
AMPID	Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência
Ancine	Agência Nacional do Cinema
Art.	Artigo
ASIS	Análise de Situação de Saúde
ASNE	Agência Espanhola para o Desenvolvimento e Cooperação
Bece	Biblioteca Estadual do Ceará
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEPC	Conselho Estadual de Políticas Culturais
CF	Constituição Federal
Ciptea	Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
Codac	Coordenadoria de Artes, Diversidade e Cidadania Cultural
Copid	Coordenadoria Especial de Política para Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência
Conade	Conselho Nacional de Direito das Pessoas com Deficiência
Corde	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CUCA	Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte
Dataprev	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais
FaC	Faculdade Cearense
GT- AC	Grupo de Trabalho em Acessibilidade Cultural
IACC	Instituto de Arte e Cultura do Ceará

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF-Br	Índice de Funcionalidade Brasileiro
IFBR-M	Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LPG	Lei Paulo Gustavo
MCC	Museu da Cultura Cearense
MINC	Ministério da Cultura
MS/GM	Portaria do Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro
NBR	Normas Básicas de Regulamentação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
OSC	Organização da Sociedade Civil
PL	Projeto de Lei
PNAB	Política Nacional Aldir Blanc
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua
Pnaispd GM/MS	Portaria da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência - Gabinete do Ministro Ministério da Saúde
PNS	Política Nacional de Saúde
RAS	Rede de Atenção à Saúde
Rece	Rede Pública de Espaços e Equipamentos Culturais do Estado do Ceará
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
SAP	Programa Secundário de Áudio
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SeCult-CE	Secretaria de Cultura do Estado do Ceará

SIEC	Sistema Estadual da Cultura
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SUS	Sistema Único de Saúde
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UFC	Universidade Federal do Ceará
Uni7	Universidade 7 de Setembro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	METODOLOGIA DA PESQUISA AVALIATIVA	15
2.1	Avaliação em políticas públicas como campo em construção: perspectivas no MAPP	15
3	CULTURA E ACESSIBILIDADE COMO RECONHECIMENTO À CIDADANIA	24
4	TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	34
4.1	A construção legal da Política de Cultura e sua relação com a acessibilidade	34
<i>4.1.1</i>	<i>Acessibilidade: aporte legal para a democratização da Cultura.</i>	<i>39</i>
4.2	Entre Letras e Linguagens: Acessibilidade Cultural como transformação social no Ceará	48
5	DIAGNÓSTICOS DE ACESSIBILIDADE	51
5.1	Guia de Acessibilidade Cultural do Ceará: caminhos para a participação plena das pessoas com deficiência	51
5.2	Exposição: Diagnóstico de Acessibilidade Cultural nos equipamentos da Secretaria de Cultura do Ceará (equipamentos geridos em parceria com o Instituto Dragão do Mar)	54
6	INTERLOCUTORES	71
6.1	Quem somos e o que somos	71
6.2	Perfil dos Interlocutores da Cultura	71
<i>6.2.1</i>	<i>Vozes que buscam a cidadania cultural.</i>	<i>73</i>
<i>6.2.2</i>	<i>Experiência e percepções gerais</i>	<i>73</i>
6.3	Diversas dimensões de acessibilidade: diálogos críticos	78
6.4	Produção, Atuação, Fruição e Trabalho	89
6.5	Políticas e Práticas	91
<i>6.5.1</i>	<i>Acessibilidade Atitudinal e Capacitismo em Espaços Culturais: Percepções de Pessoas com Deficiência.</i>	<i>92</i>
6.6	A compreensão dos interlocutores sobre a definição de acessibilidade cultural	98
<i>6.6.1</i>	<i>Acessibilidade Cultural na Prática: A Perspectiva das gestões nos equipamentos culturais</i>	<i>99</i>
<i>6.6.2</i>	<i>Barreiras e entraves para uma acessibilidade cultural plena</i>	<i>102</i>
7	CONCLUSÃO	105
	REFERÊNCIAS	107

1 INTRODUÇÃO

A Política de Cultura é formada por um conjunto de ações que visam o direito à criação, produção e fruição, conforme o artigo 215 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que defende as manifestações culturais, a manutenção e a salvaguarda da memória, e a conservação do patrimônio material e imaterial.

Dentre múltiplas dimensões, se destaca na organização das tradições regionais e no exercício da cidadania brasileira. Esta notoriedade se imprime na Constituição Federal de 1988, que reconhece a cultura como bem jurídico, patrimônio e valor fundamental. Na dimensão legal, a cultura é reconhecida como bem jurídico responsabilidade do Estado e da coletividade. O artigo 5º da Constituição Federal, ao tratar dos direitos e garantias fundamentais, assegura diversas prerrogativas que, direta ou indiretamente, garantem o livre exercício da expressão cultural.

Em seu inciso IX, afirma: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Garantindo a liberdade cultural como um direito subjetivo, resguardando suas manifestações e impedindo a intervenção arbitrária do Estado. Esse inciso consagra a cultura como direito inalienável, ou seja, individual e coletivo, quando reafirma a criação, a produção e a fruição de bens culturais como parte integrante da dignidade humana (art. 1º, III, da CF).

O inciso VI estabelece a liberdade de consciência e de crença, assegurando a liberdade religiosa, protegendo os centros religiosos e seus rito., Norma fundamental para o reconhecimento e a garantia da diversidade cultural e religiosa no país, um sistema bem simbólico, dinâmico e plural.

Além da concepção subjetiva, esta política também é considerada como um patrimônio, cuja sua manutenção é responsabilidade do poder público em parceria com a sociedade. Em seu artigo 216, a Constituição define patrimônio cultural como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes conjuntos da sociedade brasileira”. A coletividade simbólica e dinâmica, em desenvolvimento. Com isso, o Estado tem a obrigação de proteger e promover sua difusão.

Essa ação política concebe à cidadania cultural, definida como o direito à democratização ao acesso com acessibilidade, participação e fruição dos bens culturais de forma universal. Não se limitando apenas à conservação de objetos ou tradições, mas a

promoção ativa da diversidade e acessibilidade. No inciso IV do artigo 5º, se aborda sobre a livre manifestação do pensamento e, no inciso XIV, assegura o acesso à informação e resguarda o sigilo da fonte, reforçando a ideia de que o intercâmbio cultural, o pluralismo e a liberdade de expressão são fatores indissociáveis à democracia.

Já a acessibilidade cultural, como uma vertente da cultura, define-se conforme a Lei 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que garante, às pessoas com deficiência, permanência e acesso à produção e a bens e serviços culturais. Trata-se da garantia do princípio da dignidade humana no exercício da democracia e da cidadania, como é afirmado na Constituição Federal de 1988, cuja materialização exige o acesso indiscriminado às Políticas Públicas.

A promoção da acessibilidade cultural como base transversal na política de cultura do estado do Ceará, é imprescindível para a garantia da cidadania de pessoas com deficiência e ampliação da pluralidade nos espaços culturais de produção, atuação e fruição. Desse modo, a cultura contempla o conceito de democracia regido pelo artigo V da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), sancionados através do Decreto 6.949 de 2009, que rege a cidadania desse movimento e, finalmente, a Lei Brasileira de Inclusão/ Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tem como princípio fundamental a igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas e o acesso e permanência aos bens e serviços culturais (BRASIL, 2015).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), foi realizado um levantamento em 2022, chegando-se ao número de 18,6 milhões de pessoas com deficiência, ou 8,9% da população nacional.

Com isso, há vários desafios a serem enfrentados, tais como: a garantia da educação inclusiva; a incorporação da acessibilidade física nos ambientes arquitetônicos e urbanos; a acessibilidade na comunicação com a democratização da língua brasileira de sinais, o sistema braille, a legendagem para surdos e ensurdecidos; a linguagem simples; a acessibilidade atitudinal; a cidadania cultural e o combate constante ao capacitismo.

Assim, faz-se necessário, muitas vezes, emendas nas leis para que esse movimento social seja contemplado. No campo da política de Cultura, não é diferente, ao tomar, como especificidade de análise as linguagens teatrais, cinematográficas, musicais, literárias, de modo presencial ou virtual, como ocorreu por conta da pandemia da COVID-19. Igualmente, impõe-se a acessibilidade nas redes sociais, editais, mapa cultural e equipamentos, a compreensão sobre a estética e a poética que envolvem o campo da criação, produção, atuação, fruição, enfim,

quaisquer linguagens artístico-culturais devem ser de domínio e acesso a todas as pessoas, promovendo o respeito à diversidade humana. No cotidiano da vida social, a diversidade é violada, com impedimentos ou obstacularização ao acesso a bens e acervos culturais da população brasileira com deficiência.

Com a necessidade de compreender a acessibilidade cultural como garantidora da ampliação do conceito de cidadania e da democratização da cultura, reconhecendo a pluralidade na diversidade e o modelo biopsicossocial da deficiência proposto pelas definições encontradas em sua avaliação, foi necessária a realização desta pesquisa.

Ao refletir sobre o tema, foi pensada a necessidade de uma pesquisa avaliativa para discutir de que modo a acessibilidade se imprime nos equipamentos da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, administrados pelo Instituto Dragão do Mar (IDM) e como são percebidos, utilizados, acessados e fruídos por seus usuários e usuárias com deficiência.

Cabe alegar que, no contexto cearense, os equipamentos da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará – Secult são regidos por duas Organizações Sociais (OS): Instituto Dragão do Mar – IDM e Instituto Mirante.

A Lei nº 12.781, de 1997, do Estado do Ceará, criou um programa para incentivar parcerias entre o governo e organizações privadas sem fins lucrativos. A ideia é melhorar o atendimento à população, permitindo que essas organizações ajudem o governo a oferecer serviços em áreas como saúde, educação, cultura, meio ambiente, assistência social, entre outras. Para participar do programa, a organização precisa seguir algumas regras. Ela deve ser uma entidade privada, sem fins lucrativos, e atuar em áreas de interesse público. Também é necessário ter os documentos legais registrados, como o estatuto, que deve mostrar que a organização tem objetivos sociais, não pode ter fins lucrativos e deve reinvestir todo o dinheiro que sobra em suas próprias atividades. Além disso, a entidade precisa ter uma diretoria, um conselho de administração e um conselho fiscal, que são responsáveis por tomar decisões e fiscalizar as ações. O conselho de administração deve incluir representantes do governo e da sociedade. A organização também precisa publicar todos os anos, no Diário Oficial do Estado, relatórios financeiros e de execução das atividades. É proibido distribuir bens ou lucros entre os membros e, se a entidade for encerrada, todo o seu patrimônio deve ser destinado a outra organização semelhante ou ao próprio governo. Por fim, a organização só pode ser qualificada para participar do programa se for aprovada pelo secretário da área em que atua e pela Secretaria da Administração ou pela Secretaria do Planejamento e Gestão. Quando houver mais de uma entidade interessada, o governo pode fazer uma seleção para escolher a mais adequada, seguindo regras definidas em regulamento.

A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult-CE) é responsável por uma Rede Pública composta por 27 equipamentos culturais, distribuídos entre gestão direta e indireta. A gestão direta é realizada pela própria Secult-CE e compreende os seguintes equipamentos: Arquivo Público Estadual do Ceará, Museu do Ceará, Museu Sacro São José de Ribamar, Museu da Cultura Cearense, Museu de Arte Contemporânea do Ceará (MAC-CE), Museu Ferroviário Estação João Felipe (parte do Complexo Estação das Artes), Sobrado Dr. José Lourenço, Teatro Carlos Câmara e Casa de Juvenal Galeno.

A gestão indireta ocorre por meio de parcerias com organizações sociais. O Instituto Mirante de Cultura e Arte é responsável por sete equipamentos, entre eles o Museu da Imagem e do Som do Ceará (MIS-CE) e o Complexo Cultural Estação das Artes, que abriga a Pinacoteca do Ceará, o Mercado Alimentar, o Centro de Design do Ceará e o Museu Ferroviário Estação João Felipe (CEARÁ, 2023).

No âmbito da presente pesquisa, foi delimitado um recorte nos 12 equipamentos geridos pelo Instituto Dragão do Mar (IDM). Desses, nove estão localizados em Fortaleza: Biblioteca Pública Estadual do Ceará, Centro Cultural Bom Jardim, Centro Cultural Porto Dragão, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Cineteatro São Luiz, Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho, Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco, Escola Porto Iracema das Artes e Teatro José de Alencar. No interior do estado, estão a Casa de Saberes Cego Aderaldo (Quixadá), a Casa de Antônio Conselheiro (Quixeramobim) e a Escola Vila da Música Monsenhor Ágio Augusto Moreira (Crato).

O interesse na pesquisa ocorre pelo fato de o pesquisador ser um homem negro com deficiência visual, que atua em um equipamento público de cultura há 12 (doze) anos e, há 8 (oito) anos, compõe o Grupo de Trabalho em Acessibilidade Cultural e participa da articulação, consulta e proposição de ações que contribuem para o direito à Justiça Social e à Cidadania cultural com e para pessoas com deficiência, em seus diversos campos de atuação e fruição.

Nesta perspectiva, o objeto avaliado dessa pesquisa é a acessibilidade cultural do segmento social de pessoas com deficiência aos equipamentos da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará geridos pelo Instituto Dragão do Mar – IDM.

A dinâmica expositiva do texto dissertativo foi constituída por 5 segmentos: o primeiro trata da introdução em que é apresentada a temática, justificativa e as demarcações do objeto; o segundo segmento abordou os aspectos metodológicos; o terceiro configura a trajetória do movimento de pessoas com deficiência na Legislação Brasileira; o quarto segmento discute o momento de inflexão e quebra da política de cultura e da acessibilidade

como reconhecimento à cidadania; o quinto segmento, baseado na luta histórica das pessoas com deficiência no contexto das Políticas Culturais e sua demarcação neste espaço, leva em consideração os avanços no Estado do Ceará. Por fim, o sexto segmento traz um diagnóstico, através de uma pesquisa empírica acerca da concretização da acessibilidade nos equipamentos de cultura do estado do Ceará, regidos pelo IDM e concomitante busca compreender como gestores percebem a acessibilidade em seus equipamentos, qual a percepção dos e das profissionais que trabalham no atendimento e concomitantemente, como usuários e usuárias com deficiência sentem-se na execução dessa política. Neste texto de defesa , são apresentados os quatro primeiros segmentos.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA AVALIATIVA

A pesquisa proposta avaliou a acessibilidade na Política de Cultura do Estado do Ceará, através dos equipamentos culturais geridos pelo Instituto Dragão do Mar e como usuários e usuárias com deficiência percebem, produzem, atuam, fruem, interagem e os acessam, enfocando o posicionamento dos trabalhadores do atendimento nestes equipamentos e o posicionamento das gestões locais, formadas por superintendentes. Enfim, a pretensão enfatizada incide na discussão de como o Instituto Dragão do Mar, na condição de organização social, concretiza a trajetória na formação da acessibilidade cultural como exigência histórica no cenário brasileiro, enveredando por uma discussão antropológica sobre a formação cultural, política e social do movimento de pessoas com deficiência e seu reconhecimento perante a sociedade. A pesquisa, aqui definida, trabalhou a metodologia de Avaliação em Profundidade, desenvolvida por Lea Rodrigues e com suporte experiencial de Lejano, com o intuito de avaliar como a acessibilidade se concretiza na Política Cultural do Ceará, sob os diversos prismas institucional e social.

2.1 Avaliação em políticas públicas como campo em construção: perspectivas no MAPP

É imprescindível entender a trajetória das Políticas Públicas para discernir como se desenvolveu sua avaliação, pois o processo histórico se torna um instrumento fundamental em vias de estrutura societal. Para Souza (2006), as Políticas Públicas nasceram nos Estados Unidos enquanto disciplina acadêmica, analisando o Estado e suas instituições. Enquanto, na Europa, as políticas públicas nascem como materialização da teoria de muitos trabalhos publicados na perspectiva Estatal e, em seu principal ente, do governo. Conforme a autora, não há uma conceituação específica para o termo Políticas Públicas, que atravessa vários períodos históricos e diferentes transformações do Estado.

Mead (1995) define políticas públicas como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Por sua vez, define-a, Lynn (2006), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Hall (1998) segue o mesmo veio: política pública é a soma as atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (2006) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais

conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 24).

Ao observar o todo, nos conceitos de Políticas Públicas, os autores não discutem devidamente o processo de relações sociais e sociopolíticas nos embates entre as instituições e o governo, com a finalidade de ampliação nas ações efetivadas e uma análise criteriosa que vai entre o planejamento e o resultado, também conhecido como impacto. “O ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação (SOUZA, 2006, p. 29). Com isso, a figura da avaliação em Políticas Públicas surge em meio a uma proposta de resolutividade e transparência na execução dos feitos públicos.

Esta metodologia busca formas de valorar as ações do Estado. Sua história tem como ápice a primeira metade do século XIX sendo configurada por “gerações”, como afirma Guba e Lincoln (2011). Os autores trazem, na primeira geração, um aspecto intrigante que avaliava o conhecimento através da mensuração, ou seja, quanto mais o aluno captava informações, mais se destacava, tal perspectiva torna-se um desafio ao se deparar com uma demanda na França, formada por estudantes com deficiência mental, desencadeando uma discussão sobre grau de ensino e resultado de aprendizagem. Tal discussão gerou vários estudos e somente depois, na Alemanha, foi criada por Wilhelm Wundt uma técnica que ficou conhecida como idade mental e idade cronológica e também dando base para o teste de QI.

Conforme Guba e Lincoln (2011), a primeira geração da avaliação é denominada como avaliação de mensuração, pois acreditava-se que tudo poderia ser recenseado. O foco era direcionado no quantitativo e a figura do avaliador teria a função de definir, através de uma métrica, a valoração do processo.

Estes fundamentos foram introduzidos de maneira que estudantes não passassem de resultados numéricos “baseados em uma abordagem tradicional de ensino, a qual compreende ações estritamente de controle de medida, tecnicista, mecanicista e de uma pretensa neutralidade com relação ao ensino e aprendizado.” (MIGUEL *et al*, 2022, p. 259), sendo necessário conhecimento lógico matemático para explicar os fenômenos ligados à aprovação ou desaprovação em sala de aula.

Para conduzir as perspectivas do profissional que avaliava, seriam necessários tecnologias ou recursos que materializasse a metodologia proposta. [...] sendo muito forte a influência da psicometria e da docimologia que focavam na utilização de “testes/exames de verificação, mensuração e quantificação da aprendizagem de objetos referidos como tais ou

aproximados” (SILVA; GOMES, 2018, p.355). Nesta perspectiva, os critérios de avaliação passariam por um crivo distante da subjetividade, mergulhados em uma pretensa neutralidade.

A função do avaliador era técnica; ele devia conhecer o arsenal de instrumentos disponíveis para que, desse modo, qualquer variável que se desejasse investigar pudesse ser mensurada. Se não houvesse nenhum instrumento apropriado, supunha-se que o avaliador tivesse o conhecimento necessário para criá-lo (GUBA; LINCOLN 2011, p. 33, 34).

O avaliador tinha o dever de coletar dados objetivos relacionados ao desempenho de estudantes na escola e, com estes, definiam se eles estavam, ou não, aptos dentro dos padrões educacionais exigidos pela instituição. “Apoia-se em instrumentos de classificação, tais como, testes e exames, testes de memória, e, principalmente, a mensuração dos conhecimentos dos avaliados.” (MIGUEL *et al*, 2022, p. 259). Os estudantes precisariam se adequar aos modelos curriculares ou não estariam no padrão.

Já na segunda geração, Guba e Lincoln (2011) descrevem uma metodologia de avaliação voltada ao aprimoramento dos programas, currículos e outras ferramentas educacionais. Ou seja, o foco nesta geração se voltaria para a estrutura burocrática da execução. Como os professores teriam de lidar com uma determinada demanda, Guba e Lincoln (2011) abordam sobre esta característica, pois o perfil avaliativo não se tratava mais de mensurar, mas sua função principal era descrever o processo para analisar os programas de forma objetiva e reorganizá-los conforme demandas prementes.

Miguel *et al* (2022) corrobora com esta ideia ao relatar que foi preciso uma mudança de estratégia, devido à massificação de estudantes no ambiente escolar. Nesta perspectiva, tem-se a continuidade no aperfeiçoamento curricular e intervenções por transformação no comportamento discente. Buscava-se, então, avaliar por objetivos e com isso, se descrevia o perfil estudantil e como os programas poderiam se adaptar a ele. Logo, “à quantificação passou a ser um dos meios a serviço da avaliação em vez de um fim em si mesmo” (ALVES; SARAIVA, 2013, p. 1809). Não haveria julgamentos, apenas a descrição do percurso com análise de resultado. Miguel *et al* (2022) ainda afirma que a segunda geração é ligada diretamente ao juízo de valor, correlacionada ao valor do mérito no objetivo da avaliação e que a diferença entre esta e a outra geração se caracteriza em percurso avaliativo.

As avaliações formativas e somativas têm como ponto principal acompanhar todas as etapas da operacionalização da educação [...] ao ampliar os estudos avaliativos, Scriven pôs em xeque a eficácia dos objetivos, ao acentuar que estes também devem passar por um momento de reflexão, isto é, precisam ser avaliados a fim de que, efetivamente, condigam com os grandes objetivos expressos nos programas educacionais. Consoante esse pensamento, a avaliação deixa

de ser a mera comparação entre objetivos propostos e alcançados para ser uma análise detalhada sobre os diferentes aspectos dos programas educacionais, ainda no curso do desenvolvimento (NASCIMENTO; MOTA, 2004, p. 815).

Com esta perspectiva, Miguel *et al* (2011) aborda a avaliação como uma dissertação sobre a segunda geração acerca de um todo organizado, ou seja, “processo de determinar mérito, valor ou significado; uma avaliação é produto desse processo” (SCRIVEN, 2007, p. 1). Para o autor, esta concepção tem uma ordem lógica sequenciada por quatro etapas. “1) Estabelecer critérios de mérito; 2) Construir padrões de comparação; 3) Medir o desempenho e compará-lo com os padrões; e 4) Integrar os dados num juízo sobre o mérito ou valor.” (MIGUEL *et al*, 2022, p. 260). Desta forma teria, como resultado, a efetivação de uma avaliação e dados sobre o que poderia melhorar.

No fim da década de 1950, com a avançar da Guerra Fria e o lançamento do Foguete Sputnik, Guba e Lincoln (2011) relatam acerca do procedimento de avaliação em descrição que não dava conta de atender o desenvolvimento tecnológico em amplitude e também por parte dos cientistas. Por isso, foi proposto adicionar o juízo de valor para além do avaliado, seria preciso um profissional da área analisar e julgar a viabilidade do objeto avaliado.

A quarta geração nasce com um modelo revolucionário de pensar a avaliação. Ela rompe com o paradigma positivista e busca, com isso, dar voz aos grupos de interesse (Stakeholders). Segundo Guba e Lincoln (2011), a negociação é baseada numa construção coletiva, empoderando este grupo e não centralizando apenas no cliente/ patrocinador, no programa, na métrica ou determinar através de descrição, ou juízo de valor, como ocorria nas gerações passadas.

- Esta modalidade metodológica também ficou conhecida como processo hermenêutico-dialético, envolvendo a identificação e compreensão das diferentes construções dos “stakeholders”, a promoção do diálogo entre eles, a busca por consensos e a construção de novas realidades compartilhadas, levando em consideração os diferentes pontos de vista e garantindo um espaço mais plural e democrático. O foco direciona-se para a compreensão das diferentes perspectivas e a construção de consensos. Em suma, ela busca uma proposta para a transformação societária e o desenvolvimento humano, percebendo a complexidade da realidade social e a necessidade da interação e da negociação com a finalidade de construir um futuro mais digno e equitativo.

- Miguel *et al* define a avaliação de quarta geração como avaliação da aprendizagem. A autora relata sobre a negociação entre avaliador e avaliado, com o intuito de fortalecimento democrático e conquistas. Ela também traz um aspecto sobre as correntes de avaliação que acontecem no Brasil desde 1980, “entre as tradicionais/canônicas teorias da avaliação, que se debruçam mais sobre o resultado desse processo, e as concepções mais atuais, que são atravessadas por questões mais formativas/processuais e que, por vezes, possuem aspectos construtivistas.”. (MIGUEL *et al*, 2022, p. 272). Com isso, este período ficou conhecido como a década da avaliação, podendo-se então compreender a metodologia avaliativa também como “informações para julgar o valor de um programa, produto, procedimento ou objetivo, ou ainda, a apreciar a utilidade potencial de abordagens alternativas para atingir determinados propósitos” (VIANNA, 1989, p. 41). Valorar é dar valor, elucidar caminhos e percursos através das partes envolvidas no processo.
- A quinta geração “caracteriza-se por um processo estratégico, político, social e participativo, sendo assim, uma avaliação como construção social.” (MIGUEL, 2022, p. 274). Ela aprofunda a quarta geração e busca cada vez mais a complexidade da diversidade nas Políticas Públicas, para democratizar o campo do conhecimento, se aprofundando na concepção dos conceitos e práticas sociais.
- Miguel *et al* (2022) aborda a avaliação em sua quinta geração, como uma metodologia que, para além da personalização do avaliador é um projeto de longo prazo com a natureza solidária, social, política e democrática, buscando a melhora na relação entre as pessoas e as instituições que frequentam.

Neste interim, foi combatida a reflexão acerca da metodologia de avaliação em profundidade como uma nova abordagem advinda para contrastar metodologias tradicionais que se concentram na mensuração de eficácia, eficiência e efetividade de forma linear e quantitativa, frequentemente ignorando efeitos não previstos.

Rodrigues (2008) descreve a avaliação em profundidade como longitudinal (extensão no tempo) e latitudinal (extensão no espaço).

Rodrigues (2016) utiliza esta abordagem, com o viés antropológico, para se basear no objeto, através das análises de categorias do conhecimento, noções de tempo (percursos, trajetória) e espaço (territorialidade), que foi correlacionado com os estudos de Lejano (2012),

focado na experiência, com análise documental como “surveys”, que auxiliam no entendimento.

Rodrigues (2016) define o método experiencial de Lejano como um método inovador que rompe a lógica tradicional metodológica de cunho positivista, a utilizar-se de pesquisa “lógica linear, calcada em testes de hipóteses –, centrados na mensuração” (RODRIGUES, 2016, p. 105). Sua proposta visa superar o determinismo ao qual se refere, trazendo elementos quantitativos e qualitativos, além de compreender a dinâmica das Políticas Públicas no viés da experiência do público-alvo em sua multiplicidade para saber o quanto tais políticas alcançam em sua vida cotidiana de fato, Proclama Rodrigues “se nós quisermos compreender porque políticas e instituições funcionam ou falham, precisamos penetrar no que são essas entidades realmente, não nos limitando a perceber como elas estão constituídas.” (RODRIGUES, 2016, p. 106). Aprofundar o sentido de Política é fundamental para entender seus resultados.

Em sua construção, Rodrigues (2008), inspirada em Lejano, contempla quatro (4) eixos de análise. “[...] conteúdo da política e/ou do programa, contemplando sua formulação, bases conceituais e coerência interna; trajetória institucional; espectro temporal e territorial abarcado pela política ou programa e análise de contexto de formulação deles.

A autora caracteriza a avaliação em profundidade como “extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que exige uma abordagem multi e interdisciplinar.” (RODRIGUES, 2016, p. 107). Em verdade, a avaliação em profundidade não pode apenas se focar no campo matemático das metas, mas analisado amplamente pelo prisma desde sua formulação, implantação, execução e como ela é retratada por quem a produziu e pelo seu público de mandatário.

A partir da concepção de avaliação em profundidade descrita por Rodrigues (2008), focada e com inspiração em análise qualitativa de tempo, espaço e categorias de entendimento, e Lejano (2012), que integra perspectivas quantitativas e qualitativas para uma compreensão mais profunda, a dissertação, que ora delineamos, terá como base a avaliação em profundidade e se ancorará nos eixos criados por Rodrigues (2016), que são:

Conteúdo da política: Com este eixo, o trabalho desenvolveu a trajetória das Políticas Públicas para pessoas com deficiência, através da construção de leis que nasceram a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais e como esta pessoa com deficiência foi conquistando o status de cidadã mesmo com retrocessos e processos constantes de luta e resistência.

Trajetória institucional: Nesta perspectiva, o trabalho mostra como a pessoa com deficiência era percebida no campo institucional, nas escolas, no trabalho, através da lei de cotas, no ensino superior, na saúde (desafio entre normal e patológico) e suas conquistas em cada espaço, inclusive nas instituições culturais em suas diversas linguagens. Aos poucos, os estereótipos da cultura marginal vão se diluindo e o produtor ou produtora com deficiência vai emergindo no espaço.

Espectro temporal: A sanção das leis por si só não conseguira resolver aos abismos sociais que existem entre pessoas com e sem deficiência no campo político, social e cultural. Muitos deste segmento social buscam espaços, porém, por mais vitória jurídica que haja, ainda tem um grande caminho para percorrer, inclusive no campo social, pois os modelos de compreensão da deficiência por parte da sociedade são processuais, dinâmicos e muitas vezes contraditórios.

Análise do contexto de formulação: O trabalho visa apresentar a realidade da acessibilidade no campo cultural, sua construção, seja nos espaços culturais, seja na formação biopsicossocial da pessoa com deficiência. Desde a promulgação dos Direitos Humanos, em 1948, perpassando pelas lutas travadas no Reino Unido, em prol do acesso e dignidade do trabalho. O mundo e particularmente o Brasil têm avançado aos poucos na busca da tão sonhada equidade, junto com a democratização dos acessos. No campo cultural, as artes visuais, plásticas, publicação de livros, dentre outras linguagens, buscam se reconstruir com os recursos de acessibilidade em sua composição, mas é necessário a incorporação do conceito pessoa para além da deficiência e isso pode se garantir na lei. Contudo, no cotidiano, se torna função das relações sociais e seus impactos.

Para viabilizar os processos de avaliação em profundidade, foi desenvolvida a pesquisa aplicada pois como afirmam Gerhardt e Silveira (2009) sobre sua importância, que é a de desenvolver conhecimento para a execução no cotidiano vigente. Quanto à sua natureza, é qualitativa, pois esta, conforme Godoy (1995), não se mensura e se configura em um conjunto de crenças e valores para com os interlocutores, que são o principal público para desvelar fenômenos válidos em sua realidade.

Para embasar na construção da pesquisa, também foram utilizadas bibliografias no intuito de compreender de forma mais profunda como a acessibilidade vai se desenhando no cotidiano da sociedade e como esta percebe os modelos em que se apresenta a deficiência, com suas místicas, biologias e finalmente suas características.

As bibliografias são fundamentais. De fato, “Por meio delas, é possível investigar e analisar questões relevantes, contribuindo para o desenvolvimento das ciências e para a

compreensão dos fenômenos que nos cercam” (MINERVA, 2021. p. 597). Outra via de trabalho foi a pesquisa documentária com a finalidade de ampliar o campo do conhecimento e trazer respaldo científico à obra produzida. Neste momento, a trajetória legal para a formação cidadã da pessoa com deficiência vai sendo tratada dentro das políticas públicas e sua característica enquanto sujeito de direitos nasce neste arcabouço jurídico. Conforme Cellard (2008) “é imprescindível compreender o contexto no qual se construiu o documento para não ser anacrônico, buscando conhecer a conjuntura política, econômica, social e cultural vigente”.

Por esta questão, é imprescindível adotar uma abordagem avaliativa em profundidade, na busca pela essência do fenômeno questionado. “Assim, a hermenêutica relaciona-se diretamente com interpretação e com a compreensão dos fenômenos, das atitudes e dos comportamentos humanos, dos textos e das palavras” (SIDI; CONTE, 2017, p. 1946). Esta é a relação acerca do mundo simbólico que envolve os modelos de compreensão da sociedade sobre a deficiência.

Ao Considerar as exigências na complexidade do objeto avaliativo, como se apresenta a acessibilidade na Política de Cultura no Ceará, o presente trabalho reestrutura a perspectiva da metodologia contra-hegemônica proposta por Rodrigues (2016). Ademais, quando necessário, se utilizará o método experiencial criado por Lejano (2008).

Como técnica de pesquisa, foi construído um formulário com 20 (vinte) questões fechadas sobre acessibilidade nas dimensões arquitetônica, instrumental, programática, metodológica, comunicacional, estética e atitudinal, em busca de compreender como o gestor ou gestora do equipamento de cultura elabora e executa esta diretriz na prática do fazer cultural. Para este procedimento, utilizou-se a plataforma *Google Forms*. A aplicação ocorreu em parceria com o setor de Recursos Humanos do Instituto Dragão do Mar, que se encarregou de enviar por e-mail, sempre com cópia, ao autor deste trabalho, para que fosse acompanhada a confirmação de recebimento e a devolução do formulário preenchido.

Em paralelo, foram entrevistados 4 (quatro) interlocutores que trabalham em equipamentos de cultura que estão em Fortaleza, geridos pelo IDM.

Na mesma perspectiva, também se entrevistou 6 (seis) usuários e/ou usuárias com deficiência, que pleitearam editais, produzem arte e frequentam os equipamentos culturais geridos pelo Instituto Dragão do Mar. A entrevista foi de caráter semiestruturado. Após a coleta dos dados, foram analisados e organizados em sequência. Primeiro, ficaram os dados referentes aos formulários enviados aos equipamentos de cultura geridos pelo IDM, depois as respostas das/ dos interlocutores.

Para a captação da entrevista, foi usado um celular com gravador e, caso houvesse alguma ou algum interlocutor surdo ou surda, foi conseguido apoio com intérpretes em Libras para a tradução das respostas em português. O convite aos interlocutores com deficiência se deu por proximidade, já que o autor lida com questões de acessibilidade há um longo tempo.

O presente trabalho visou compreender como o aporte da acessibilidade se conecta com a Política de Cultura refletida na estrutura, nas ideias e ações destes espaços, pois para José Filho e Dalbério (2006) não há pesquisas sem técnicas ou instrumentos metodológicos que permitam a aproximação ao fenômeno a ser estudado.

3 CULTURA E ACESSIBILIDADE COMO RECONHECIMENTO À CIDADANIA

A Cultura enquanto Política Pública se pensa de forma institucional, mas é preciso ser mais profundo em seu significado para compreender a razão pela qual grupos lutam para se reconhecerem como parte desta construção e constructo. “Por isso, ao discutirmos sobre cultura, temos sempre em mente a humanidade em toda a sua riqueza e multiplicidade de formas de existência” (SANTOS, 1987, p. 07). Sua diversidade, conquistas e desafios e toda sua complexidade fazem parte deste conceito, que é amplo e intenso.

Por esta questão, torna-se imprescindível a definição da cultura enquanto processo em sua relação política e antropológica. “Assim, cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos” (SANTOS, 1985, p. 07). Relações de poder, conhecimento de mundo, tradições, costumes, folclore e toda gama que norteia o território e caracteriza o ser social.

Como ponto fulcral para a organização político-social, o papel da cultura é fundamental, pois através dela que povos reconhecem a si e sua origem, compreendem suas crenças e afastam-se de preconceitos ligados à intolerância. “Mesmo porque essa diversidade não é só feita de ideias; ela está também relacionada com as maneiras de atuar na vida social, é um elemento que faz parte das relações sociais no país” (SANTOS, 1987, p. 16). Os vários aspectos culturais denotam o valor de uma sociedade e sua relação com os signos que a acompanham.

Para Santos (1987), a organização de políticas públicas compreende a cultura apenas como aspectos artísticos e de criação lúdica, deixando as demais formas de organização social e suas relações sociais direcionadas a outras pastas como educação, saúde, emprego e renda, lazer e desenvolvimento social. O autor faz uma crítica como: “Sobram, por exemplo, a música, a pintura, a escultura, o artesanato, as manifestações folclóricas em geral, o teatro” (SANTOS, 1987, p. 40). Para uma organização administrativa, a separação é até compreensível, mas em relação à sociedade, Santos (1987) denomina como “um sentido frequentemente fracionador da dimensão cultural”. Isso a torna uma particularidade em meio ao complexo campo das relações humanas ao qual a cultura é componente.

A esta cadeia complexa de manifestações culturais se dá o nome de pluralismo cultural. Ele se apresenta como identificador basilar de uma sociedade e o que traz unidade e sentido ao termo povo, como descrito no termo sobre diversidade cultural, sancionado pela UNESCO, em 1975:

A afirmação da identidade cultural por cada povo, seja ele politicamente soberano ou não, seja uma grande potência ou não, que disponha plenamente de recursos e técnicas ou que estejam ainda em desenvolvimento, é o fundamento do pluralismo cultural. O reconhecimento e o respeito por tal pluralismo, à igualdade de direitos e à dignidade, aparecem hoje como um fator de paz e compreensão entre as nações (UNESCO, 1994, p.11).

Ou seja, a compreensão de cultura também pode ser na mesma linha do respeito às diferenças, caracterizando a democratização do acesso e até mesmo uma compreensão sobre cidadania. “Em seu sentido mais amplo, a cultura pode, hoje, ser considerada como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social” (UNESCO, 1994, p.39). Ter nas diferenças o fundamento da riqueza social é a essência desta cultura observada por um prisma sociológico.

A dialética que envolve o sentido da cultura faz dela um processo de metamorfose, buscando uma transformação em si e acompanhando novas concepções e os modelos de sociedade que se apresentam na realidade vigente. “A cultura é dinâmica, se recicla incessantemente incorporando novos elementos, abandonando antigos, mesclando os dois, transformando-se num terceiro com novo sentido” (GRUMAN, 2008, p, 175). O estranhamento é fundamental, mas a incorporação do novo se torna uma busca incessante da mesma realidade compreensiva, não o que é, mas o que está.

Esta mesma cultura vem num processo de autoconhecimento, buscando se afirmar entre lutas constantes travadas, com muita resiliência e na busca da universalização da cultura. As dimensões que permeiam são, conforme Baptista (1987): a dimensão política, “elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão”; e a dimensão antropológica, que remete à cultura produzida no cotidiano, representada pelos pequenos mundos construídos pelos indivíduos, que lhes garante equilíbrio e estabilidade no convívio social.

Já Santos (1987) traz uma gama de conceitos variados, que se estruturam com o tempo e se transformam conforme a luta de classes, a concepção de realidade vigente, a revolução industrial, a quebra de paradigmas e o processo de luta e resistência entre movimentos sociais marginalizados. Todos sempre em busca de uma afirmação em seu grupo ou uma identidade, para que também sejam reconhecidos e não invisibilizados.

Segundo estes pontos, Santos (1987) traz conceitos como religiões, alta e baixa cultura, erudito e popular, classes sociais, comunicação de massa e conhecimento acadêmico para dialogar sobre fatores que envolvem a transformação do ser social e, como citado antes, a

cultura não é algo estanque, mas sempre em movimento, uma eterna simbiose. “É por isso que as lutas pela universalização dos benefícios da cultura são ao mesmo tempo lutas contra as relações de dominação entre as sociedades contemporâneas e contra as desigualdades básicas das relações sociais no interior das sociedades” (SANTOS, 1987, p. 70). Grupos sociais sempre estão em busca de seu protagonismo, almejando resultados nos embates travados com a lógica vigente.

Com base nos conceitos explanados sobre cultura e diversidade, citados por Santos (1987), analisa-se a partir de agora os modelos de compreensão da deficiência pela sociedade no decorrer dos tempos e a luta permanente das pessoas com esta característica pelo reconhecimento à cidadania cultural e dignidade humana.

Cidadania cultural, expressão que diz respeito à superação das desigualdades, ao reconhecimento das diferenças reais existentes entre os sujeitos em suas dimensões social e cultural. A ideia de cidadania cultural se insere numa perspectiva democrática e toma os indivíduos não como consumidores e contribuintes, mas os considera como sujeitos políticos (GRUMAN, 2008, p. 180).

Na história das pessoas com deficiência, a luta pelo reconhecimento da dignidade humana é uma batalha longuíssima e sempre se pauta no direito à cidadania. “Ser cidadão é ter direito não só a uma vida socialmente digna, como culturalmente satisfatória” (GRUMAN, 2008, p. 180). Ou seja, o respeito às diferenças e a tolerância são formas de garantir este princípio social e cultural.

Para as pessoas com deficiência, isso foi e é pautado como um desafio cotidiano. Como afirma Lana Júnior (2010), desde o século XX, com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e com sua proposta, que pessoas com deficiência vem buscando o protagonismo e a consolidação de políticas públicas democráticas voltadas à equidade de direitos e ao acesso livre e irrestrito, com acessibilidade.

No entanto, para que o movimento de pessoas com deficiência alcance o protagonismo social e cultural, a compreensão da sociedade vigente sobre deficiência precisou passar por dimensões ou modelos acerca deste fenômeno no decorrer dos tempos. “O estudo da cultura exige que consideremos a transformação constante porque passam as sociedades, uma transformação de suas características e das relações entre categorias, grupos e classes sociais no seu interior” (SANTOS, 1987, p. 36). Isso até mesmo para entender os processos que este segmento social passou para ser reconhecido enquanto parte da sociedade ou ser pessoa para além da deficiência.

A concepção da sociedade sobre a deficiência tem raízes fincadas não apenas nos modelos de forma genérica, mas sua base também traz um método que tem na terminologia formas de coisificar a pessoa e relegá-la ao campo impessoal, como afirma Sasaki (2011), “Os termos são considerados corretos em função de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Assim, eles passam a ser incorretos quando esses valores e conceitos vão sendo substituídos por outros, o que exige o uso de outras palavras.” (Sasaki, 2011, não paginado). A moral social é questionada ao comportamento vigente, mediante as transformações sociais e faz com que os conceitos sejam reavaliados.

A importância das imposições legais e também da pressão feita pelos movimentos sociais faz com que termos antes comumente pensados como pueris e sem efeito sejam levados ao julgo da honra e da desumanidade. Um exemplo que pode ser citado é o caso do termo normal que, conforme Sasaki (2011), é uma palavra utilizada como o antônimo de pessoa com deficiência, ele traz uma ideia de normalidade, ou padrão que não existe na sociedade, sendo o termo respeitosamente utilizado como pessoa sem deficiência.

Até a década de 1980, vários termos pejorativos nominavam pessoas com deficiência, tais como:” aleijado; defeituoso; incapacitado; inválido (...)” (Sasaki, 2011, não paginado). Em 1981, com o Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD), que começaram a ser chamadas de pessoas, tornando a palavra deficiente, um substantivo adjetivado.

Com o avançar das discussões, a década de 1990 entra com o termo pessoa portadora de deficiência, ou, apenas, portador de deficiência e, ao fim desta década, o termo pessoa com deficiência passou a ser direcionado para este movimento, conforme Sasaki (2011), sendo ratificado na convenção da ONU e sagrado na promulgação da LBI.

Ao compreender os meandros que costuram uma corrente de pensamento que envolve a população em sua maioria, Santos (2018) define modelos de compreensão da deficiência como significados que a sociedade, ao longo dos tempos, atribui a este fenômeno, formado por um conjunto processual de acontecimentos, ligados ao extermínio de pessoas com deficiência, exclusão, preconceito e estigmatização, passando pelo assistencialismo e caridade, chegando ao período atual da inclusão, com base na acessibilidade, a qual se ancora no conceito ligado à consolidação dos Direitos Humanos. “A sociedade criou terminologias que influenciaram a maneira como a deficiência seria tratada social, política e cientificamente, através dos modelos: biomédico, social e biopsicossocial” (SANTOS, 2018, p. 01). De acordo com estes modelos, que se moldava o perfil e a significação do fenômeno deficiência e as relações entre pessoas com e sem ela.

Conforme Guerra (2021), os modelos de compreensão da deficiência não a denominam de forma simples, ou seja, dependendo do modelo vigente tem uma percepção. Como exemplo, caracterizam-na como patologia, se considerada pelo modelo médico, uma condição social, analisada pela perspectiva de compreensão do modelo social, ou política, caso analisada pelo modelo biopsicossocial, que a autora o define como modelo crítico da deficiência.

Para explicar um pouco mais sobre estes pontos, é imprescindível buscar um pouco de sua essência. O primeiro a se teorizar é sobre um dos modelos de compreensão da deficiência, que permeou e ainda deixa resquícios no meio social, trata-se do modelo biomédico. “Para o modelo médico, deficiência é consequência natural da lesão em um corpo e a pessoa deficiente deve ser objeto de cuidados biomédicos” (DINIZ, 2012, p. 10). Neste conceito social, o ser é reconhecido como um corpo doente ou que precisa ser curado, tratado e a pessoa que o habita fica em segundo plano.

Conforme Santos (2018), o modelo biomédico se deu por um conjunto de saberes com início no século XVII e se fortaleceu com a revolução industrial, também trouxe consigo um pensamento de conserto sobre os corpos, com a ideia de suprir uma falta, cobrada a partir da concepção social. “A perspectiva teológica se apaga. A máquina fornece a fórmula desse novo sistema” (LEBRETON, 2011, p. 102). Uma perspectiva ligada à produção em escala e ao corpo como um motor que não deve ter falhas, nem o que consideravam como imperfeição.

Para Diniz (2012), a compreensão biomédica da deficiência buscava incessantemente a normalidade, ou seja, a padronização do corpo lesionado para que se adequasse cada vez mais com a sociedade considerada “normal”. O desvio do padrão não era condizente nem aceitável à realidade vigente, seria necessária a adequação do corpo e de suas características ao modelo convencional.

A questão não se tratava de garantir oportunidades a uma pessoa com deficiência, mas de adequá-la ao modelo que fugisse da patologização. “Desta forma, as pessoas deficientes sempre foram reguladas e reabilitadas pela medicina, com a ideia de buscar uma cura que nos aproxime da legitimidade corporal” (GUERRA, 2021, p. 40). As habilidades sociais, política e culturais não eram relevantes, pois a pessoa com estas características não tinha o direito nem de opinar sobre seu corpo.

O modelo posto seria de uma pessoa com todos os membros, sensorialidade, cognitivo preservado e que gozasse de toda sua potencialidade emocional e vigor físico. Para o modelo biomédico, “a deficiência traz em si uma condição de impossibilidade de desenvolver determinadas habilidades ou capacidades, a impossibilidade de ser eficiente, isto é, de dar conta

de um perfil de desempenho esperado e condicionado no contexto social” (OLIVER, 1990, p. 14-15). Quem não cumprisse o padrão seria considerado incapaz ou, até mesmo, inválido pela sociedade, não podendo exercer função laborativa e muitas vezes se privando de interações sociais.

Guerra (2021) aponta os pilares de formação para este modelo. Segundo a autora, o modelo biomédico é alicerçado nas bases da moral judaico-cristã e trata a deficiência como um castigo divino, individualizando-a e tratando-a como culpa. Com isso, a pessoa precisa buscar uma cura através do perdão do pecado. A outra base se direciona ao modelo eugênico. Este, por sua vez, afirma que a deficiência é um erro genético ou um defeito da raça humana e propõe a melhora na qualidade genética. Este último foi utilizado nos discursos nazistas.

Além da compreensão mecanicista do corpo e a padronização para sua serventia, o modelo biomédico também caracterizava a deficiência como um fenômeno ligado à doença, algo que deveria ser tratado, cuidado e, em alguns assuntos, até mesmo curado.

[...] é a partir do século XIX, com o advento do “patológico” na medicina e nas ciências sociais, que a deficiência passa a ser também compreendida como uma patologia, na lógica científica da época, torna-se passível de estudos, classificações e objeto de intervenções específicas, quanto aos principais problemas de ordem médica. É quando adquire nova expressão de sua negatividade: pertence ao universo de “anomalias da natureza” (ROCHA, 2006, p. 19. Grifo no original).

Pesquisas em busca de tratamento ou até mesmo cura para deficiência foram desenvolvidas neste período, também a criação de órteses, próteses e materiais de locomoção, para auxiliar na interação do cotidiano. As tecnologias assistivas ou ajudas técnicas conseguiriam ofertar uma espécie de igualdade, como cita Santos (2018), “[...] o modelo biomédico, pautado por construção hegemônica dos saberes médicos a respeito do corpo, conjugando normalidade e produtividade” (SANTOS, 2018, p. 01). Não estar doente significava não ter deficiência, pois esta seria a patologia que retiraria a dignidade social da pessoa.

Com base nas críticas ao modelo biomédico, muitas delas ligadas à patologização da deficiência, à condição de normalidade e à produtividade, começa a se questionar sobre o que de fato é este fenômeno e se a única forma de o compreender é através destes padrões. “Para a medicina, as incapacidades teriam causa biológica e poderiam ser até entendidas como enfermidades agudas. A causa natural demanda implicações individuais que não impactam a sociedade como um todo” (ABBERLEY, 2008, p. 39). A característica individual do corpo

caberia ser potencializada pelas ações da sociedade e não resolvidas por questões meramente medicamentosas.

Para Santos (2018), a partir de 1970, o modelo biomédico passa a ser questionado, pois a deficiência sofre uma transformação em seu conceito com sua inserção nas ciências sociais e humanas. O corpo passava a ser criticado enquanto um ser social que o habitava e não apenas um modelo fisiológico, incompleto. A autora cita a ebulição de movimentos sociais nascidos na Europa, trata-se de novos movimentos sociais daquele contexto: *The Disablement Income Group (DIG)*, em 1966, e o *Union of the Physically Impaired Against*.

A mudança de conceito vem também com a influência das ciências sociais e humanas, pois compreendem que “(...) deficiência não é mais uma simples expressão de uma lesão que impõe restrições à participação social de uma pessoa. Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente” (DINIZ, 2008, p. 06). O modelo social, que nasce a partir destas reflexões, traz em seu cerne a ideia de um corpo açoiado pelas ineficiências do Estado, pois não era simplesmente o fator biológico que empatava as pessoas com deficiência de viver, mas fatores sociais, econômicos e culturais.

A protoforma deste modelo revolucionário, que traz em seu cerne o pensamento da pessoa enquanto um ser social, nasce na concepção de direitos humanos e outra via que se baseia no modelo radical. Este reconhece a pessoa em sua complexidade.

Diniz (2012) relata que o um dos criadores do conceito social da deficiência foi Paul Hunt, um sociólogo com deficiência, que através dos estudos de Erving Goffman chegou à ideia do estigma como marcador social, a deficiência seria algo relevante em relação ao conceito de padronização e produtividade. A deficiência passou “(...) a ser entendida como uma forma particular de opressão social, como a sofrida por outros grupos minoritários, como as mulheres ou os negros” (DINIZ, 2012, p. 06). Começava a nascer a reflexão sobre o preconceito, ou seja, a submissão da pessoa com deficiência sob a pessoa sem deficiência.

Guerra (2021), chama este preconceito de capacitismo e o define como o resultado da opressão que se direciona a pessoas com deficiência. Para a autora, esta corrente de pensamento está ligada diretamente ao sistema capacitista, que relega as pessoas com deficiência a sofrerem várias formas de violência que vão desde o desrespeito verbal até o homicídio. “É um sistema no qual corpos e mentes são valorados de acordo com o padrão de normalidade, inteligência, excelência, magreza, utilidade, beleza...” (GUERRA, 2021, p. 28). Advém do modelo capitalista que preza a valorização ao corpo e sua funcionalidade, dispensando tudo o que fugir do padrão determinado pelo modelo industrial de produção.

Diniz (2012) ao perceber este conjunto de agressões sofridas às pessoas com deficiência, relata que Hunt enviou uma carta ao jornal inglês *The Guardian*, com a proposta da formação de um grupo que ele chamou de lesados institucionalizados. Pediu que estas pessoas fossem olhadas em sua singularidade, pois nas instituições das quais faziam parte, as pessoas não eram ouvidas e nem tinham participação política nos espaços que ocupavam. A carta ganhou repercussão e, quatro anos depois, foi criada no Reino Unido, a Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação (*Upias*).

Este grupo ganhou força e foi composto por sociólogos com deficiência, um destes se destacou como um dos precursores do chamado modelo social da deficiência, tratava-se de Paul Abberley. A *Upias* se tornou a primeira instituição política de pessoas com deficiência, dirigida por pessoas com deficiência, pois, como afirma Diniz (2012), já havia Institutos para Cegos e Surdos, porém nenhum tinha caráter político organizacional para pessoas com deficiência, mas os confinava por um tempo, a fim que aprenderem algum ofício para se identificarem cada vez mais com a sociedade sem deficiência.

A *Upias* tinha o papel fundamental de afastar a concepção biomédica da deficiência e trazer cada vez mais o conceito social, ou seja, a deficiência não se tratava de uma tragédia natural, mas uma característica do corpo e precisava ser respeitada pelo homem. Diniz (2012) relata que a *Upias* tinha o papel de desvincular os conceitos de lesão e deficiência, sendo definidas como:

Lesão: ausência parcial ou total de um membro, ou membro, organismo ou mecanismo corporal defeituoso; deficiência: desvantagem ou restrição de atividade provocada pela organização social contemporânea, que pouco ou nada considera aqueles que possuem lesões físicas e os exclui das principais atividades da vida social (DINIZ, 2012, p. 14).

A compreensão da deficiência não encontrava mais eco na patologização, nem se definia apenas como uma tragédia individual, mas como uma característica e cabia à sociedade reconhecer a potencialidade de cada ser com deficiência. Como afirma Diniz (2012), a deficiência era reconhecida como opressão social e a sociedade era incapaz de compreendê-la como um recorte da diversidade.

O modelo social da deficiência buscava lutar pelo protagonismo e autonomia, pois com este novo conceito não precisaria mais de terceirização. “Se para o modelo biomédico os profissionais da saúde decidem muitas coisas para as pessoas com deficiência, para o modelo social elas devem falar por si mesmas, destacando sua autonomia e independência” (SANTOS, 2018, p. 04). O maior impeditivo para pessoas com deficiência poderem alcançar maiores

patamares na sociedade são as barreiras impostas por elas mesmas. A opressão social é fator imprescindível para a desigualdade entre pessoas com e sem deficiência.

O que se buscava com esta transformação conceitual no seio social se tratava do respeito e o reconhecimento da pessoa e que sua deficiência não a tornava menos do que as outras, ou um mero instrumento etiológico. Sobre isso, Diniz (2010) relata que o modelo social “não nasce para desqualificar a autoridade médica sobre os impedimentos corporais, mas para denunciar o aspecto opressor da medicalização dos corpos com impedimentos” (DINIZ *et al.*, 2010, p. 50). O corpo com deficiência não era um corpo doente, mas uma parte da sociedade que buscava espaço, participação social, política e cultural, e o direito de ser e estar.

Em meados de 1990, com o fortalecimento do movimento feminista no cenário social, o modelo social começa a ser criticado em suas vertentes. Dentre elas, Santos (2018) cita o materialismo histórico-dialético, adotado pelos precursores do modelo social, que relega as barreiras impostas às pessoas com deficiência como uma questão ligada à relação econômica entre as classes sociais. O “modelo social da deficiência propõe uma separação insustentável - entre corpo e cultura, entre impedimento e deficiência” (ABBERLEY, 2008, p. 108. Trad. livre). Estas concepções impediam a autonomia, independência e o progresso deste segmento social, afastando a possibilidade de disputarem em igualdade de oportunidade ou simplesmente não dispor de recursos que garantam o acesso.

Outro ponto observado no modelo social e que o levou a várias reflexões foi o fato de ser difundido por homens brancos, héteros, com deficiência física, acadêmicos e nascidos entre o Reino Unido e os Estados Unidos. Santos (2018) traz o contraponto em defesa de pessoas pretas, mulheres, pessoas com deficiência oculta, transtornos e aquelas de países que não tem as mesmas condições destes ou recortes econômicos, sociais e culturais.

Outros fatores que merecem destaque são a não atenção sobre impedimento ou, como a autora chama, lesão. A causa da deficiência não é levada em consideração, mas as barreiras impostas. Também no campo das críticas, Santos (2018) reflete sobre a epistemologia feminista e direciona a atenção ao cuidado a pessoas com deficiência. Diniz (2012) relata que a perspectiva do modelo social trazia a premissa da independência e a remoção das barreiras, desconsiderando o caráter caritativo e acreditava que, sendo retiradas as barreiras físicas e ofertando condições e possibilidades, as pessoas com deficiência teriam suporte para consolidar uma vida digna. Entretanto, a segunda geração do modelo social, formada majoritariamente por mulheres feministas, trouxe à tona conceitos sobre cuidado e interdependência.

Falaram do cuidado, da dor, da lesão, da dependência e da interdependência como temas centrais à vida do deficiente. Elas levantaram a bandeira da subjetividade do corpo lesado, discutiram o significado da transcendência do corpo por meio da experiência da dor e, assim, forçaram uma discussão não apenas sobre a deficiência, mas sobre o que significava viver em um corpo doente ou lesado (DINIZ, 2012, p. 40).

Com todos os fatores apresentados e explicitados, caberia um novo modelo para compreender o que de fato seria ou até mesmo como se apresenta este fenômeno chamado deficiência. “Na discussão da opressão pelo corpo com deficiência, é necessário incluir na análise variáveis como raça, gênero, idade, processo de envelhecimento e sexualidade” (SANTOS, 2018, p. 07). Conhecer o particular para entender o contexto social em que se insere.

Em meio a toda esta complexidade de fatores que permeiam o ser humano, nasce o modelo biopsicossocial da deficiência. “O modelo biopsicossocial, diferentemente do modelo social, traz à tona a necessidade da reabilitação e da medicalização como elementos importantes que não podem ser desprezados ou negados no entendimento da deficiência” (SANTOS, 2018, p. 06). O ser social deve ser visto da sua universalidade à particularidade e todos os marcadores são referência para quem é esta pessoa e qual sua relação com a deficiência.

O modelo biopsicossocial une elementos dos modelos biomédico e social, ou seja, causas e implicações físicas, sociais e a subjetividade do ser, mais as questões psicológicas, como afirma Santos (2018). A relação não é unicausal, mas um conjunto de fatores que determinam o biotipo e sua relação com o meio. “Os argumentos feministas apresentam uma dupla face: por um lado, revigoram a tese social da deficiência e, por outro, acrescentam novos ingredientes ao enfrentamento político da questão” (DINIZ, 2012, p. 41). Necessário entender a complexidade da deficiência no ser humano, caso que não se resolve apenas com poucas explicações, mas inserções constantes na dinâmica do cotidiano.

Esta dissidência do modelo social trouxe consigo fortes críticas à sociedade e uma concepção sobre deficiência, que, segundo ela, não havia deficiência nos corpos e mentes das pessoas com deficiência, ou seja, a deficiência se trata de uma característica que deve ser respeitada e, com isso, busca-se o alcance da transformação social através do poder popular. “Um ponto muito importante do modelo radical é o uso da linguagem, usam palavras que têm sido utilizadas como insultos para apropriá-las e ressignificá-las. Dentro do modelo radical se destaca o movimento ‘*Cripple Punk*’ (‘punks aleijados’ em português)” (GUERRA, 2021, p. 16). A busca de um sentido na sociedade é fundamental, pois com esta nova concepção, a deficiência se tornava algo dependente do ser e de quem o cuida.

4 TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

4.1 A construção legal da Política de Cultura e sua relação com a acessibilidade

Conforme Miranda *et al* (2014), a partir de 1930, o Brasil começa a padronizar as instituições nacionais de cultura e produção. Segundo a autora, a cultura foi essencial para o Estado, pois teve função de conhecimento dos gestores em relação à sociedade e sua dinâmica e, com isso, poderem instituir os conceitos de nação e nacionalidade.

Para além deste conceito, na década de 1930, em São Paulo, foi instituído o Decreto-lei nº 25/1937, em que Mário de Andrade criou uma Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, que visava ampliar o conhecimento a toda população. A participação popular na política de cultura, a partir de Mário de Andrade, foi imprescindível. Inclusive, em 1938, foi sancionado, pelo decreto-lei nº 526, o Conselho Nacional de Cultura. Com o agrupamento e o conceito material e imaterial de cultura, a pasta foi ganhando uma proporção organizativa. “A concepção descritiva de cultura refere-se a um variado conjunto de valores, crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas, características da sociedade específica ou de um período histórico” (MIRANDA *et al*, 2014).

O conjunto de ideários da coletividade começa a ser organizado institucionalmente em pastas e a Cultura, antes apenas como tradição, passa a ser componente do Estado brasileiro, com valores, crenças, princípios e dialética. Nas décadas subsequentes, a Política de Cultura passa por poucas transformações estruturais, mas, mesmo em períodos adversos, as mudanças ocorrem. Por lutas constantes dos Conselhos e secretarias de Cultura, que em 1986, foi criado o primeiro incentivo à produção fiscal de Cultura, pela Lei nº 7.505, de 2 de julho, esta lei reduzia até 5% (cinco por cento) do imposto de renda de pessoas jurídicas que colaborassem para o incentivo ao Fundo de Promoção Cultural.

Como foi o caso na promulgação da Constituição Federal de 1988, em que ela se estabelece no artigo 215, mesmo o Ministério da Cultura sendo desvinculado da pasta da educação, através do DECRETO Nº 91.144, ainda seria preciso uma trajetória longa para estruturar as políticas culturais no país, pois em 1990, o DECRETO Nº 99.600 extingue o Ministério e o transforma em uma secretaria Especial, suspendendo benefícios fiscais da Lei 7505, sendo extinto no mesmo ano, pela Lei 8034.

Nesta conformação, a então secretaria especial da cultura conseguiu um marco que é referência legal, a Lei nº 8.313, também conhecida como Lei Rouanet. É com ela que nasce o

programa de apoio à cultura e voltando os incentivos fiscais. No ano seguinte, a Cultura volta a ter status de Ministério.

Já no século XXI, a Política de Cultura busca se popularizar e se difundir por muitos municípios, então, no ano de 2003, houve vários seminários, chamados de “cultura para todos”, com o intuito de criar o Sistema Nacional de Cultura (GUAPINDAIA *et al.*, 2006). Este ano também é sancionada a Emenda Constitucional nº 42, que insere o § 6º no art. 216, facultando a estados e ao DF a destinação de até 0,05% de sua receita tributária líquida ao fundo estadual de fomento à cultura.

Em 2005, o Decreto nº 5.520 institui o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPCC). Com isso, é adicionado mais um inciso no artigo 215 da Constituição Federal, para que o SNC seja estabelecido por lei, tenha caráter plurianual e a finalidade de integrar as ações do Poder Público no desenvolvimento cultural voltadas à defesa e valorização do patrimônio cultural, à formação para a gestão da cultura, à democratização do acesso à cultura e à valorização da diversidade étnica e regional (BRASIL, 2013).

A Lei 12.343/ 2010 consolida o Plano Nacional de Cultura, com vigência de 10 (dez) anos, visando a valorização da cultura em sua diversidade e pluralidade, reconhecendo as especificidades dos grupos que a ela recorrem, proteger os bens materiais e imateriais, garantir a arte, a fruição, a criatividade e a cultura de forma discriminada e universalizada.

Em 2013, a terceira conferência de cultura é realizada com o tema “Uma Política de Estado para a Cultura”, sendo um dos maiores e mais articulados eventos. Já em 2024, a Lei 14.835/ 2024, votada através do Projeto de Lei (PL 5206/2023), aprova o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta com a dotação fundo a fundo, ou seja, a verba é repassada diretamente do governo federal para estados e municípios.

Dentre o conjunto de políticas que o Estado demanda, a política pública de cultura tem um grande escopo, pois, além de institucionalizada, tem o caráter antropológico, que permeia a diversidade. “Segundo o instrumental da antropologia, as culturas são um conjunto de atividades humanas ordenadas e interdependentes, que devem ser vistas em constantes processos de transformação e reconfiguração.” (SILVA, 2021, p. 17). É por essa questão que a democratização da cultura se torna um fator preponderante no fazer político.

O conceito amplo de cultura e sua formação social são fundamentais para a institucionalização dos grupos identitários e sua representatividade. “Os nossos conceitos de arte e estética são estruturados e condicionados pelas práticas sociais e institucionais que

informam nossas vidas e pensamentos.” (SILVA, 2021, p. 22). Para além de uma política pública de Estado, a cultura está intrinsecamente ligada ao ser social e suas relações.

Ao compreender a complexidade na cultura como fator antropológico, o Estado atribui à sua instância a gerência da memória cultural e busca garantir que as diversidades tenham sido contempladas através de manifestações ou ações culturais, pois o papel da pasta é de articular com a diversidade. “Quando se fala de diversidade cultural, torna-se imprescindível compreender que há a necessidade de dialogar com as diferenças” (MIRANDA *et al*, 2014, p. 32). O planejamento para a cultura perpassa pela contribuição dos demais segmentos sociais e os entes governamentais.

Em consonância com esta organização, em 1966, no período do então governador Virgílio Távora, no Ceará, é instituída a secretaria de cultura, através da Lei nº 8.541, de 9 de agosto. Sua estrutura foi organizada para melhor contemplar os vários patrimônios culturais materiais e imateriais. A Secretaria da Cultura do Ceará (Secult/CE) é um dos principais pilares da Política do estado e, atualmente, encontra-se dividida em coordenações políticas, conforme DECRETO Nº35.509, de 15 de junho de 2023. Elas são: Coordenadoria de Patrimônio Cultural e Memória; Coordenadoria de Políticas para as Artes; Coordenadoria de Formação, Livro e Leitura; Coordenadoria de Cinema e Audiovisual; Coordenadoria de Diversidade, Acessibilidade e Cidadania e Diversidade Cultural; Coordenadoria de Economia Criativa e Fomento Cultural; Coordenadoria de Articulação Regional e Participação; Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento; Coordenadoria Administrativo- Financeira e Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Governança Digital (CEARÁ, 2023).

Para o status de política pública, a Secretaria de Cultura cearense também precisa se munir de leis que a fortaleça tanto para a aplicação destas políticas, quanto sua viabilidade para com a seriedade institucional.

Em 1968, 2 anos depois de ser instituída, a Secretaria de Cultura do Ceará cria o Conselho Estadual da Cultura, sob a Lei nº 9.109, e o atribui a responsabilidade sobre o patrimônio cultural material e imaterial, transferida nos anos 2000, sob a Lei Nº 13.078, para o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará.

A década de 1990 foi marcada por uma nova forma de gestão do Estado, pois com a participação popular também foram desenvolvidos dispositivos para gerir as políticas junto com as pastas. Assim, no Ceará foi sancionada a Lei Nº 12.781, de 30.12.97, com a proposta de criação das Organizações Sociais. Esta Lei dá direito ao poder executivo de instituir o programa de incentivo às Organizações e qualificar pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, para gerir políticas públicas em parceria.

Conforme o artigo 1º, a lei nasce para fomentar a descentralização de atividades e serviços públicos. Ela surge com uma perspectiva de acompanhamento de resultados na prestação de serviços e cumprimento de metas de natureza pública em áreas como cultura, educação, saúde, ciência e tecnologia (CEARÁ, 1998). A referida Lei traz a justificativa de que este modelo de gestão tem várias vantagens: é flexível, adaptável, mais transparente, menos burocrático do que os mecanismos do Estado. Também tem controle de resultados e possibilita captação e otimização de recursos.

Com esta base legal, em 1998, foi qualificado como Organização Social o então Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC), sob o Decreto N°25.020, sendo anos depois, renomeado Instituto Dragão do Mar (IDM), com o “Estatuto registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos de Fortaleza- Ce. Sob o nº 155980- 25 mar 98- página 2 14 e inscrito no CGC (MF), sob o nº 02.455.125 0001- 31” (CEARÁ, 1997, p. nº 102). Esta instituição se responsabilizou pelas atividades artístico-culturais e de operacionalizar o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, começando assim as atividades entre o Estado e Organizações Sociais no Ceará.

Em 2003, a lei nº 13. 351 foi sancionada, pois, com este instituto, os mestres da cultura foram incorporados ao patrimônio imaterial. No mesmo ano, foi sancionada a lei nº 13.398, que instituiu o Dia do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará.

Com o objetivo de reconhecer, valorizar e salvaguardar os saberes e fazeres de mestres, mestras, grupos e coletividades da cultura tradicional e popular do estado que, em 2006, foi sancionada a Lei Estadual nº 13.842, instituindo o Programa Tesouros Vivos da Cultura do Ceará, garantindo benefícios como diplomação oficial, subsídio mensal para pessoas físicas e auxílio financeiro para grupos, além de fomentar a transmissão intergeracional dos conhecimentos.

As normativas que regem a Política de cultura cearense se estruturaram a fim de organizar seu corpo sociopolítico, democratizar as decisões e levar a população à tomada de decisões. Por este fato, em 2003, o governo do Ceará decreta a Lei N° 13.400, de 17 de novembro, que dispôs sobre a formação, dinâmica e atuação do Conselho Estadual de Políticas Culturais (CEPC).

A segunda década do século XXI, fazia-se necessário planejar ações a curto, médio e longo prazo, para isso, em 2016, é sancionado o Plano Estadual de Cultura, sob a Lei N° 16.026, com o intuito de organizar, traçar metas, indicadores, estruturar ações e viabilizar condições a cada 10 (dez) anos. Este Plano iniciou o processo de fortalecimento e interiorização

da cultura e aproximou cada vez mais os municípios da Secretaria, como partícipes imprescindíveis para esta política.

Em 2018, foi criada a Política Estadual Cultura Viva, sob a Lei nº 16.602, de 05 de julho. Esta Política versa sobre as regras acerca dos repasses de verba aos pontos e pontões de Cultura, também define o que são estes coletivos culturais, chamados pontos ou pontões, caracterizando-os dentro do cadastro Estadual Cultura Viva.

A política de Cultura cearense se adequa estruturalmente em sua organização fiscal e orçamentária para conciliar o repasse de recurso e fomento através desta Lei, que, além de caracterizar recebedores, define metas e resultados. “Ou seja, uma política pública exige de seus gestores a capacidade de saber antecipar problemas para poder prever mecanismos para solucioná-los” (BOTELHO, 2001, p. 78). O financiamento, a produção e a execução precisam ter uma transparência e as propostas devem ser equivalentes.

Em 2021, mais uma Instituição foi qualificada como Organização Social, trata-se do Instituto Mirante, que foi reconhecido desta forma sob o Decreto nº 34.237, de 13 de setembro. Um dos seus objetivos é obter, como patrimônio cultural tangível e intangível, a valorização, o incentivo, a fruição, a formação e a atuação em seus âmbitos de administração.

Por todo o conjunto legislativo organizado no campo cultural cearense, fazia-se necessário um arcabouço legal para que pudesse ser o esteio desta estrutura e de mais sustentação a toda conquista. “O Estado fomentador é aquele que vê com clareza os problemas que afetam a área cultural em todos os elos da cadeia da criação – produção, difusão, consumo [...]” (BOTELHO, 2001, p. 78). Por esta perspectiva visionária que o Ceará sanciona a lei organizadora do Sistema Estadual de Cultura.

Em 2022, o Estado do Ceará sancionou a Lei Orgânica da Cultura, Nº 18.012, que dispõe sobre o Sistema Estadual da Cultura (SIEC). Esta lei tem como finalidade a cidadania cultural, a economia da cultura, o reconhecimento e efetivação de políticas culturais com base na diversidade, a pluralidade de ideias, a acessibilidade e seus recursos. No mais, ela busca a transversalidade, reconhecendo a democratização do acesso, riqueza cultural como um alicerce para a cidadania, e o princípio da dignidade humana. Sua instituição afirmou todas as outras normativas anteriores, garantindo um regime próprio para os incentivos de fomento cultural.

A Política de Cultura do Ceará vem desde sua gênese buscando transformar-se e acompanhar cada vez mais a dinâmica social. Por esta busca incessante da equidade e entendendo que cultura se constrói coletivamente, é que no próximo tópico foi abordado o tema

da acessibilidade, como uma atenção para com as diferenças no campo cultural e como elas são absorvidas em sua complexidade dentro da sociedade.

Neste corolário de leis apresentado, fica o questionamento sobre a democratização do acesso à cultura. Não só o ato de acessar, mas de permanecer, fruir, produzir, atuar e ser público.

4.1.1 Acessibilidade: aporte legal para a democratização da Cultura

A Constituição do Estado do Ceará foi promulgada em 5 de outubro de 1989 pela Assembleia Estadual Constituinte do Ceará. O documento aqui analisado corresponde à Emenda Constitucional nº 81, de 26 de agosto de 2014. Sua concepção segue os moldes da Constituição brasileira de 1988, levando em consideração seus princípios e diretrizes. Ela busca organizar o poder político em suas instâncias, com a finalidade de paz comum entre pessoas diversas.

No que tange ao movimento cearense de pessoas com deficiência, se dá a conquista de políticas essenciais para o momento, mas outras pastas ficaram menos atendidas. Pode-se citar, como exemplo, as políticas de Educação, saúde, assistência social, trabalho, infraestrutura e tributação, dentre outras.

No entanto, observa-se um vácuo existencial no contexto da política de cultura, pois em nenhum dos 24 dispositivos constitucionais que tenham o termo portadores de deficiência e suas variações, trata diretamente do termo acessibilidade cultural, ou da participação direta das pessoas com deficiência nesta política no âmbito estadual.

As políticas que contemplam este segmento social se organizam em categorias como: educação especial na perspectiva inclusiva e a adaptação de materiais acessíveis, encontrados nos Artigos 218, VI; 229, §§2º e 3º; trabalho e emprego: percentual de cotas no serviço público e incentivos fiscais para empregabilidade nas empresas da iniciativa privada, correspondentes aos Artigo 154, XXIII, Artigo 273, parágrafo único e Artigo 329, §1º;

Na saúde, são relatadas ações voltadas à prevenção de deficiências e criação de fundos específicos, contidos no Artigo 329, caput e §§3º-4º e no Artigo 333. Na infraestrutura e acessibilidade, percebe-se que a acessibilidade aparece apenas como resolução de problemas materiais: normas voltadas para as estruturas prediais e urbanísticas; Artigos 290, VII-VIII, Artigo 291, IV e Artigo 329, §2º. No campo da assistência social, se propõem programas de

integração e atendimento especializado, que estão contidos nos Artigos 329, caput e Artigo 272, parágrafo único (BRASIL, 1988).

Mas o que se encontrou em referência à cultura nessa estrutura corresponde ao Artigo 285, que assegura direitos a idosos e às pessoas portadoras de deficiência, especificamente em seu inciso IV, a garantia de acesso a programas culturais que possibilitem e estimulem a participação e integração nos espaços. Outra menção mais específica se localiza no § 2º do Artigo 229, orientando que as bibliotecas adquiram acervos de livros em Braille, oportunizando o acesso cultural a apenas um único segmento. A invisibilidade na Carta Magna do Estado reforça a necessidade de ampliar as políticas culturais para garantir o acesso, a acessibilidade, a equidade, a produção e a fruição cultural com, de e para as pessoas com deficiência, promovendo uma cidadania plena, digna e democrática.

A Política de Cultura busca em seus marcos legais garantir a democratização do acesso, através da Lei 10098 de 2000, Lei da acessibilidade, especificamente no decreto Nº 5.296 de 2004, no Capítulo VI sobre o acesso à informação e à comunicação.

Art. 47. No prazo de até doze meses a contar da data de publicação deste Decreto, será obrigatória a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis. § 2º A regulamentação de que trata o caput deverá prever a utilização, entre outros, dos seguintes sistemas de reprodução das mensagens veiculadas para as pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual: I - a subtitulação por meio de legenda oculta; II - a janela com intérprete de LIBRAS; e III - a descrição e narração em voz de cenas e imagens (BRASIL, 2015, p. 01).

Para ampliar a discussão da política, foi instituída a Lei nº 12.343/2010, também conhecida como Plano Nacional de Cultura (PNC), que tem por dever, em sua meta 29, possibilitar, até 2024, a pessoas com deficiência usufruir da Cultura em toda sua potencialidade, porém este mesmo documento faz uma crítica ao relatar em seu objetivo de que a Lei de acessibilidade, Lei 10098 de 2000, seja cumprida, mas não há meios de aferição e com isso, não há como compreender este mensurador. Outra crítica se faz em relação aos equipamentos escolhidos, pois, segundo estes documentos, bibliotecas e museus passaram pelo crivo da pesquisa contabilizados, não se chegando à definição de que critérios contemplam a acessibilidade nestes espaços.

No decorrer da meta, são apontadas ações que vão de 2013 a 2022 contemplando de alguma forma a acessibilidade no âmbito da cultura. Exemplos como: a acessibilidade em museus; a publicação e difusão de livros impressos em Braille, mesmo com a não autorização do autor; Encontro Internacional de mobilidade e acessibilidade entre o Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Agência Espanhola para o desenvolvimento e cooperação (ASNE). Já em 2016, a Agência Nacional do Cinema, Ancine publicou a instrução normativa 128/ 2016 que determinou o prazo para a instituição da janela de Libras e da legendagem para surdos e ensurdecidos. Nos anos subsequentes, houve poucas atividades e, em 2023, o Ministério da Cultura é recriado.

O perfil do PNC traz ações pontuais desenvolvidas ao movimento de pessoas com deficiência, mas, ao mesmo tempo, faz uma autoanálise e busca rever formas de construir uma cultura plural. A Lei Brasileira de Inclusão, Lei Nº13. 146/ 2015, traz em seus artigos 42 a 45 garantias ao direito de produzir, atuar e fruir, direcionado a pessoas com deficiência. O Estado brasileiro tem por obrigação "promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo" (artigo 43). O acesso, a acessibilidade e a equidade são princípios da dignidade humana e é dever do Estado garanti-las.

Esta mesma Lei, marco no avanço ao conceito de cidadania a pessoas com deficiência, versa, em seu artigo 73, que caberá ao poder público, em parceria com a sociedade, capacitar os profissionais em Braille, audiodescrição, estenotipia e legendagem. Discussões vão se formando nos Estados e cada vez mais, o movimento de pessoas com deficiência no campo cultural ocupa espaços. Como no Caso do Ceará, que busca a equidade nas demandas de suas normativas.

No Ceará, o Plano estadual de Cultura (2016) propõe a equidade ao direito de produção, formação, atuação, entrada, permanência e fruição dos produtores, artistas, agentes culturais e usuários com deficiência. Para além de garantir instrumentos, atividades, ações e serviços em todos os editais e equipamentos da Secretaria de Cultura do Ceará, como afirmam as metas 12 e 13 da presente Lei:

Meta 12 – Garantir o acesso das pessoas com deficiência a 100% (cem por cento) dos equipamentos culturais estaduais, seus acervos e atividades, atendendo aos requisitos legais de acessibilidade.

Meta 13 – Promover a formação e o apoio à produção cultural de artistas com deficiência, estabelecendo critérios nos editais da Secretaria da Cultura do Estado para tal fim (CEARÁ, 2016, p 01).

Com metas arrojadas, o Estado do Ceará amplia seu escopo em políticas de cultura e desafia tanto a gestores, quanto colaboradores e agentes culturais a reconhecer direitos a tempos negligenciados e como afirmação, a Secretaria reconhece a acessibilidade como princípio e em sua Política Orgânica também a compreende como diretriz, levando em

consideração a interseccionalidade que a rodeia. Nesta mesma Lei, em seu artigo 11. “§ 2.º Deve ser garantido o acesso amplo e irrestrito às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida a todos os equipamentos culturais estaduais, seus acervos e atividades, atendendo aos requisitos legais de acessibilidade” (CEARÁ, 2016, p. 01). Não é a pessoa com deficiência que precisa se adaptar ao espaço, mas este espaço tem o dever de ser acessível e a Cultura deve ser de todas as pessoas, independentemente de suas características.

Em contraponto a esta concepção, foi realizada, em 2021, uma pesquisa pelo Grupo de Trabalho em Acessibilidade Cultural, em parceria com a então Coordenadoria de Artes Diversidade e Cidadania Cultural (CODAC), a fim de avaliar as condições de acessibilidade em 20 equipamentos da Secretaria da Cultura do Ceará (SECULT), dos quais 19 participaram – com exceção do Museu da Imagem e do Som, representando uma taxa de resposta de 95%.

A pesquisa foi estruturada em quatro dimensões principais: acessibilidade estrutural, atitudinal, comunicacional e programação acessível. Na dimensão estrutural, observou-se que apenas 7 dos 19 equipamentos possuem estacionamento (37%), e nem todos oferecem vagas acessíveis. A acessibilidade dos espaços internos (como auditórios, banheiros, bilheterias e palcos) é mais completa em equipamentos como o Centro Dragão do Mar, Cineteatro São Luiz, Porto Dragão, Teatro Carlos Câmara e Teatro José de Alencar. A sinalização acessível é limitada: piso tátil em 6 equipamentos (32%), documentos em fonte ampliada e placas em Braille em 3 cada (16%) e mapa tátil em apenas 1 (5%). Recursos de mobilidade como portas largas estão presentes em 74%, banheiros e rampas acessíveis em 63%, e elevadores em 37%. O Cineteatro São Luiz se destacou com o maior número de recursos (7), enquanto o Arquivo Público e o Sobrado José Lourenço apresentaram apenas um. Recomenda-se um planejamento estratégico para adequações.

Na dimensão atitudinal, os cursos de Libras foram os mais frequentados pelas equipes. Formação em acessibilidade atitudinal ocorreu em 47% dos equipamentos, audiodescrição em 32%, comunicacional em 21% e Braille em 16%; dois equipamentos não participaram de nenhuma formação. A maioria (58%) não ofertou cursos, mas entre os que ofertaram, o tema mais comum foi acessibilidade atitudinal. Estrutura física (84%), tecnologias assistivas (74%) e pessoal (63%) foram apontados como principais necessidades. Todos os equipamentos, exceto o Museu da Cultura Cearense, afirmaram que seus funcionários conhecem as dimensões de acessibilidade. Doze equipamentos participaram de oficinas do GT e dez do curso de Libras da SECULT/CREACE. Apenas seis (32%) contam com funcionários com deficiência, sendo a deficiência física a mais frequente. A atuação desses funcionários varia

de serviços gerais a formação artística. Cerca de 58% mantêm parcerias com instituições voltadas às pessoas com deficiência.

Na dimensão comunicacional, 79% dos equipamentos oferecem material digital acessível, mas apenas 26% têm material gráfico acessível. Dentre os tipos de acessibilidade oferecidos, destacam-se documentos digitais, leitura simples e linguagem simplificada. A maioria (84%) disponibiliza materiais gráficos em locais acessíveis, mas nenhum divulga vagas de estacionamento acessível e apenas 21% informam sobre transporte público. Quanto à sinalização visual em altura acessível, 63% afirmaram que sim, e 37% que não.

Na programação acessível, 63% dos equipamentos oferecem apresentações acessíveis e 53% realizam visitas guiadas. A maioria (79%) realiza tais programações de forma esporádica, e apenas 21% o fazem regularmente – entre eles, a Biblioteca Pública, Casa de Juvenal Galeno, Museu da Cultura Cearense e Porto Dragão. Doze equipamentos (63%) incluem artistas com deficiência em suas programações, sendo a frequência mais alta observada na Casa de Juvenal Galeno. A pesquisa também coletou sugestões dos equipamentos, que variam desde a formação de servidores e melhorias estruturais até o aumento de recursos para tecnologias assistivas, ampliação da divulgação e incentivo ao protagonismo das pessoas com deficiência.

Em síntese, o levantamento revela um panorama diversificado da acessibilidade nos equipamentos da SECULT em 2021, com avanços significativos em algumas áreas – como presença de portas largas, rampas, banheiros adaptados e materiais digitais acessíveis – e desafios persistentes, como falta de estacionamento acessível, sinalização tátil e visual adequada, programação contínua acessível e contratação de pessoas com deficiência. O relatório possibilita uma análise geral e individual de cada equipamento participante, servindo como base para ações de aprimoramento.

A análise desta pesquisa demonstra que a Política de Cultura ainda tem muito o que avançar no caso do Ceará, o Estado sempre busca protagonismo. Em 2022, com a pandemia da covid 19 tendo assolado a força produtiva da cultura e relegado todos os trabalhadores que vivem dela, levando-os à situação de calamidade, que em junho do mesmo ano é lançada a Política Nacional Aldir Blanc, através da Lei nº 14.399, de incentivo à cultura (PNAB). Ela tem como objetivo “fomentar a cultura, nacionalmente, ao apoiar todos os Estados, o Distrito Federal e os Municípios brasileiros, durante 5 anos, com início em 2023” (BRASIL, 2022, p. 03). O apoio do Estado é essencial para o fortalecimento da produção, difusão e economia cultural brasileira.

A regulamentação desta Política se deu no ano seguinte, com o Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023. Ela visa garantir incentivo financeiro às atividades culturais

desenvolvidas por instituições, agremiações e outras formações artístico-culturais, em uma divisão que aprofunda até os municípios, democratizando o acesso e garantindo o direito à pluralidade e diversidade cultural em suas mais variadas matizes.

Para além de popularizar os recursos, a PNAB também oportuniza que a população marginalizada possa ter acesso, tais como: mulheres, pessoas negras, pessoas e povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas em situação de rua, e outros grupos vulnerabilizados socialmente (BRASIL, 2023).

Em específico, para pessoas com deficiência, as políticas de cotas ou reservas de vagas correspondem em uma parcela de até 5% do todo destinado ao Estado ou município; dimensões de acessibilidade, tais como acessibilidade comunicacional, acessibilidade arquitetônica e acessibilidade atitudinal são fatores imprescindíveis na contemplação desta política, inclusive incidem diretamente no critério de desempate. A identificação do ou da proponente com deficiência se comprovará conforme o artigo nono:

- IV - procedimento de avaliação biopsicossocial realizada nos termos do § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 2015, solicitação de documentos como laudo médico, Certificado da Pessoa com Deficiência ou comprovante de recebimento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência; ou
- V - outras estratégias com vistas a garantir que as cotas sejam destinadas a pessoas negras, indígenas ou com deficiência. (BRASIL, 2023, não paginado).

Esta política busca alcançar uma gama de profissionais da cultura não contemplados por diversos fatores que envolvem questões econômicas, políticas, sociais e culturais. Nesta feita estão as pessoas com deficiência, das quais são contempladas, seja como organização social de caráter jurídico ou, simplesmente, pessoa física, como regido no artigo 16. A política leva em consideração o protagonismo, a participação, a representatividade, a produção e a fruição.

Recursos de acessibilidade na comunicação, na linguagem, na sinalização e em outras dimensões são consideradas, ou seja, esta parcela da sociedade antes invisibilizada, agora entra no contexto social, ocupando o papel fundamental de cidadania e participação plena, reconhecida pela política pública de cultura do Estado brasileiro, conforme a Instrução Normativa Minc Nº 10, de 28 de dezembro de 2023.

Outro dispositivo que serviu de aporte para a Cultura foi a Lei Paulo Gustavo (LPG), Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, através do seu decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023, se tornando um aporte fundamental no levante do segmento cultural após a catástrofe da pandemia. Cerca de 3 bilhões de reais aplicados via estados e municípios no

campo cultural, sempre com a defesa do fortalecimento dos territórios, a democratização do acesso e um respiro para o segmento artístico-cultural que passou grandes sufocos devido à falta de oportunidades em detrimento ao isolamento social.

Em relação à realização de atividades culturais, conforme o artigo 16, os grupos que foram beneficiados, composto por mulheres, pessoas negras, pessoas indígenas, comunidades tradicionais, inclusive de terreiro e quilombolas, populações nômades e povos ciganos, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros grupos minorizados socialmente (BRASIL, 2022).

Dentre estes grupos, a partir das políticas afirmativas, tem-se o número de pessoas com deficiência, que foi contemplado no capítulo VIII da presente lei. Ao citar sobre acessibilidade, o capítulo enfatiza as dimensões arquitetônica, comunicacional e atitudinal, com a garantia do livre acesso sem barreiras, a presença de recursos materiais, como rampas, pisos táteis e outros que proporcionem um maior conforto a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

No quesito da acessibilidade comunicacional, o artigo 14 impõe a garantia da língua de sinais, do Braille, fonte ampliada, pictogramas e qualquer outra forma de comunicação alternativa que contemplem pessoas surdas, cegas, com deficiência intelectual, ou qualquer outra característica que necessite de recurso.

Outro ponto levantado na LPG, se trata da presença de pessoas com deficiência na construção dos projetos culturais até sua concepção, de igual forma a Lei também traz o aspecto atitudinal, com a formação de equipe com expertise no tema interação com as diversas pessoas.

Este conjunto de categorias apresentado foi o resultado, através de muitas lutas e resistência, dos vários segmentos de pessoas com deficiência que apresentaram demandas e propuseram soluções. Diante do exposto, é sancionado o Decreto 35.819 de 29/12/2023, que define como ações afirmativas:

[...]medidas voltadas a grupos de pessoas que se encontram em condição de subalternidade, consistentes em tecnologias e mecanismos legais de promoção da igualdade e da equidade, sendo considerados, como fundamento e para fortalecimento das ações afirmativas, 3 (três) pilares, quais sejam, reparação, justiça distributiva e diversidade, como formas e ações de enfrentamento e combate ao racismo, ao capacitismo, violência contra pessoa LGBTI+ e outras formas de opressão (CEARÁ, 2023, não paginado).

As ações, eventos, atividades e todas as dinâmicas que envolveram a política de cultura do Ceará devem alinhar-se ao princípio da dignidade humana e, assim, reconhecer as diferenças não apenas na plateia, mas em todos os espaços e fazer com que um recorte social, há muito tempo negligenciado, possa se sentir parte da sociedade. É nesta toada, com base na

Portaria Nº168/2021, que é criado o Grupo de Trabalho em Acessibilidade Cultural, vinculado à Secretaria de Cultura do Ceará.

O grupo foi formado em 2016 e formalizado em 2021. É composto por pessoas com e sem deficiência, dentre elas, Gislana Maria do Socorro Monte do Vale: Professora Mestre em Avaliação de Políticas Públicas – UFC, articuladora de programas e projetos COPID/SPS; Thamyle Vieira Machado: Especialista em Coordenação e Gestão Escolar – Uni7, Analista de Cultura da SECULT-Ce.; Carlos Viana: Bacharel em Jornalismo – FAC, integrante do Projeto Acesso – MCC; Francisco Marcos Rodrigues de Sousa: Especialista em Políticas Públicas e seguridade Social - FAC, funcionário da BECE/SECULT-CE; Lara Andrade Lima: Licenciada em Letras/Espanhol – UFC, integrante do Projeto Acesso – MCC; Valéria Cordeiro: Coordenadora de Artes e Cidadania Cultural | SECULT – CE, a este grupo foi incumbido:

Art. 1º - Instituir o Grupo de Trabalho em Acessibilidade Cultural, vinculado à Secretaria da Cultura do Estado do Ceará - SECULT/CE, que tem por objetivo solicitar, planejar, articular, integrar, acompanhar, potencializar e promover a acessibilidade dentro das políticas culturais do Estado, seguindo as diretrizes da Lei nº13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (CEARÁ, 2021, p. 188).

Os atores que antes eram apenas espectadores da política de cultura, a partir deste GT começam a se posicionar perante as ações, organizações, questões programáticas e atividades culturais que envolvem esta política. A instituição do GT foi necessária ao ponto de a Secretaria decretar uma nova portaria, Nº 92/2024/SECULT, reafirmando o lema que não se constrói nada sem a participação ativa dos atores sociais implicados. Esta portaria traz novas atribuições ao GT:

Contribuir com a Secult no mapeamento dos diferentes agentes culturais com deficiência (artistas, trabalhadores, gestores, técnicos, pesquisadores, público, dentre outros) e suas demandas por políticas públicas de cultura, no território cearense; II - Contribuir com a Secult no mapeamento de ações realizadas por outros entes, públicos ou privados, que possam ser utilizados como referência para a construção das políticas públicas no âmbito da Política estadual de cultura; III - Discutir e deliberar sobre questões relativas à Acessibilidade cultural, propondo políticas públicas e colaborando com pareceres e recomendações sobre o tema para a Rede Pública de Espaços e Equipamentos Culturais do Estado do Ceará – Rece; IV - Contribuir com a mobilização das pautas relacionadas à Acessibilidade cultural e dos agentes com deficiência no campo da cultura, para o impulsionamento das políticas culturais voltadas para a Acessibilidade cultural; V – propor à Secult e a Rece ações de formação acessíveis sobre a temática da Acessibilidade; VI - Colaborar com a Secult na elaboração, implantação e implementação do Plano Estadual de Acessibilidade Cultural (CEARÁ, 2023, p. 143).

A formação política deste grupo no âmbito da Secretaria de Cultura do Ceará de forma institucional já era mais do que necessária, pois o GT já construía uma história de protagonismo através de ações pontuais realizadas desde 2016. No site da Secult/CE, há uma matéria intitulada: “De forma cronológica, confira as principais atividades, eventos, seminários, palestras e formações realizadas de 2016 a 2021”, publicada em 20 de setembro de 2021, que faz um apanhado cronológico das ações realizadas pelo GT em prol da democratização do acesso e demonstra o quanto se fez para ocupar este espaço de fato e de direito dentro do corpo político-institucional.

Segundo o relatório sobre acessibilidade (2021), que aborda toda a trajetória deste grupo, há ainda, na acessibilidade cultural, barreiras a serem transpostas no cotidiano de pessoas com deficiência que produzem, atuam, trabalham e desfrutam das políticas de cultura. Por esta questão, o GT em Acessibilidade Cultural busca garantir o direito à cidadania cultural e, com o relatório e conforme ele, ofertar material para que a Secult consiga dirimir as barreiras e, assim, popularizar o acesso e a acessibilidade para todas as pessoas.

No entanto, a Cultura nem sempre foi assim. Pessoas com deficiência eram distantes desta Política, principalmente por não encontrar representatividade. “O desafio está em afirmar a deficiência como um estilo de vida, também em reconhecer a legitimidade de ações distributivas e de reparação da desigualdade, bem como a necessidade de cuidados biomédicos” (DINIZ, 2012, p. 08). A deficiência só foi descortinada a partir do momento em que as pessoas começaram a legitimar seus corpos não mais como doentes, mas como diferentes.

Em 2024, dando continuidade à legitimidade e ao reconhecimento à participação, ocupação e ao protagonismo dos movimentos sociais invisibilizados e em busca da reparação desta desigualdade foi lançado O *Guia Inclua – Cultura*, ferramenta elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com o Programa Cientista-Chefe da Cultura do Ceará. Este instrumental foi criado com o intuito de promover práticas mais inclusivas e equitativas e sua finalidade se aplica em qualificar a gestão pública cultural, formado por orientações para identificar riscos de exclusão nos equipamentos, serviços e atividades culturais, direcionando sua perspectiva em participação social, comunicação, relações institucionais e a experiência do público.

O guia nasceu baseado em outro instrumental técnico, que se trata do *Guia Inclua* original do Ipea, de 2022, e pensa em um modelo de gestão cultural baseado em ações afirmativas e no reconhecimento da cultura além do direito, um motor de transformação social.

Voltado a profissionais e gestores da cultura, o Guia é igualmente útil para pesquisadores e membros da sociedade civil interessados em políticas culturais equitativas.

Através de planos de ação afirmativa, promove a autorreflexão sobre práticas excludentes e estimula abordagens que considerem a diversidade de corpos, territórios e identidades. Além disso, incentiva a avaliação contínua da gestão cultural e propõe alternativas para alcançar uma gestão mais representativa, acessível e democrática, contribuindo para a inclusão de indivíduos e coletivos historicamente invisibilizados, com foco em pessoas com deficiência, corpos dissidentes (como a comunidade LGBTQIA+), pessoas negras (incluindo mulheres negras), povos indígenas, comunidades quilombolas, mulheres, jovens periféricos, pessoas de baixa renda, povos tradicionais, agentes e artistas comunitários e grupos isolados geograficamente.

Para que o Guia nascesse com um rigor acadêmico, era necessária uma aproximação com o campo científico, foi aí que, em 2021, se promulgou a Lei Estadual nº 17.378, o Programa Cientista-Chefe, que consiste na integração estruturada entre a academia e a administração pública estadual. Seu objetivo é promover a implementação da pesquisa científica e inovação tecnológica diretamente em órgãos e secretarias do governo.

Antes do guia e de outros documentos e normativas, ações pontuais já eram realizadas, como as da Bece, CCBJ e Museu da Cultura Cearense.

4.2 Entre Letras e Linguagens: Acessibilidade Cultural como transformação social no Ceará

No caminho para a democratização do acesso no campo cultural, destaca-se a força do movimento de pessoas com deficiência como protagonista na construção de políticas e práticas acessíveis. A história da acessibilidade no Brasil é marcada pela atuação de figuras como José Álvares de Azevedo, importante defensor do sistema Braille e incentivador da criação do Instituto Benjamin Constant, posteriormente reconhecido como patrono da educação de cegos no país. Da mesma forma, Dorina de Gouvêa Nowill, pedagoga e professora, desempenhou papel essencial na difusão da imprensa Braille, articulando leitura, literatura e conhecimento acessível às pessoas com deficiência visual (SILVA, 1987).

Com base nesse legado, a década de 1970 assiste ao surgimento de novas iniciativas em diferentes regiões do país, especialmente no Nordeste. Em 1979, José Newton, um jovem cego e estudante da professora Dorina Nowill, chega a Fortaleza com o sonho de criar um setor Braille na Biblioteca Pública. Após diversas tentativas frustradas, encontra apoio de Lúcia Frota, jovem estudante que o auxilia a atravessar uma rua e, sensibilizada por sua proposta, une-se ao seu propósito. Ainda em setembro daquele ano, a então Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP) implanta o primeiro setor Braille do estado, institucionalizando o

que viria a ser um marco para o acesso à leitura e à informação por pessoas com deficiência visual (CEARÁ, 2024).

A criação do Setor Braille da Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE) representou um avanço significativo na consolidação da acessibilidade cultural no estado. Como fruto de uma articulação entre sujeitos com deficiência e gestores públicos, o setor ampliou o acesso à leitura por meio de livros em Braille, audiolivros e materiais digitais. Com mais de 670 títulos organizados em aproximadamente 2.300 volumes, o acervo oferece uma rica fonte de conhecimento e se constitui como espaço de autonomia e protagonismo para pessoas com deficiência visual. Essa estrutura não apenas assegura o direito à leitura, mas também reforça o lugar da biblioteca como espaço de formação, criação e fruição cultural acessível a todos (CEARÁ, 2024).

No século XXI, a BECE segue se destacando na promoção da diversidade cultural, com uma gestão que inclui profissionais com e sem deficiência, reafirmando a equidade como princípio estruturante. A biblioteca não se limita à disponibilização de acervo acessível, mas desenvolve ações culturais que integram múltiplas linguagens e acessibilidades, fortalecendo sua posição como equipamento comprometido com a democratização da cultura.

Já nos anos 2000, o Museu da Cultura Cearense (MCC), no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, avança significativamente na área da acessibilidade ao lançar, em 2006, o Projeto Acesso. Conforme relato de Cleyton Santos, educador surdo e membro da equipe, o projeto foi responsável por beneficiar cerca de 6.000 pessoas com deficiência e profissionais da cultura até 2019, por meio de exposições acessíveis, oficinas, cursos de Libras, seminários e práticas educativas. O Projeto Acesso foi pioneiro na introdução de recursos como vídeos em Libras nas exposições, contratação de educadores com deficiência, obras táteis e audiodescrição, transformando o museu em espaço de escuta, experimentação e cidadania cultural (CEARÁ, 2020).

Mais do que garantir a entrada de pessoas com deficiência nos museus, o projeto contribuiu para a ressignificação das práticas museológicas, promovendo o acesso aos conteúdos, à linguagem e à mediação de forma sensível à diversidade. A acessibilidade passou, então, a ser compreendida como parte essencial da experiência estética e não apenas como recurso técnico ou funcional.

Complementarmente, no território do Grande Bom Jardim, o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), equipamento da Rede Pública de Equipamentos Culturais do Ceará, instituiu seu Programa de Acessibilidade com base em uma escuta ativa junto à comunidade e aos artistas com deficiência. O programa se fundamenta em uma política anticapacitista, desenvolvendo

formações, oficinas, mediações, apresentações com recursos de acessibilidade, além de fomentar a criação artística de pessoas com deficiência. O CCBJ reconhece essas pessoas não apenas como público, mas como agentes culturais e produtores de linguagem, reforçando a transversalidade da acessibilidade em sua política institucional (CCBJ, 2024).

Tais experiências reforçam que o acesso à cultura não se resume ao ingresso em equipamentos culturais, mas envolve o acesso pleno às linguagens, aos sentidos e à fruição simbólica da arte e da literatura. As iniciativas do Setor Braille da BECE, do Projeto Acesso e do Programa de Acessibilidade do CCBJ revelam o compromisso de instituições públicas com a construção de uma cultura democrática, plural e livre de barreiras. Sobretudo, revelam o papel transformador do protagonismo das pessoas com deficiência, que não apenas acessam, mas produzem, reconfiguram e expandem os modos de fazer e pensar a cultura.

5 DIAGNÓSTICOS DE ACESSIBILIDADE

O reconhecimento da cidadania para pessoas com deficiência na sociedade brasileira configura-se, historicamente, capacitista. A sociedade, que mantém fortes marcas do capacitismo estrutural, trava uma árdua luta ao longo dos séculos. Mesmo havendo avanços no movimento de pessoas com deficiência, a saga continua a interpelar a sociedade e o Estado.

5.1 Guia de Acessibilidade Cultural do Ceará: caminhos para a participação plena das pessoas com deficiência

A Secretaria da Cultura do Ceará (Secult) tem sido pioneira na promoção da acessibilidade cultural, ao estabelecer orientações, bonificações e cotas em seus editais com o objetivo de ampliar a participação e a autonomia de pessoas com deficiência nas iniciativas culturais.

O Guia de Acessibilidade Cultural do Ceará, alinhado à Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), representa um marco nesse processo, ao tratar a acessibilidade não como um recurso pontual, mas como um princípio transversal que deve atravessar todas as etapas dos projetos culturais — do planejamento à execução.

A palavra “pessoa” antecede ao adjetivo “deficiência”, apresenta um ser humano, social, político e cultural que interage no meio e sempre busca acessos para que sua caracterização social seja equiparada, este é o papel da acessibilidade, que como ponte garante a esta pessoa com deficiência, condições e possibilidades de existir. No caso do guia, que reconhece estas especificidades, apresenta dimensões que em sua normativa, são essenciais para a vida cultural.

Este documento representa um condutor da acessibilidade na Política de Cultura, orienta produtores e fazedores culturais a realizarem arte de uma forma plural e que garanta que o máximo de pessoas possível acessem em suas várias dimensões.

Nele, há uma definição de parâmetros e métricas que devem ser seguidas para haver contemplação da maioria das diversidades e corpos possam ocupar de forma digna, autônoma, segura e confortável. Os padrões são acordados conforme o documento e o proponente ou proponente do projeto precisa seguir à risca, explicando detalhadamente quais serão os recursos/ações apresentados:

- Prever a participação de pessoas com deficiência no desenvolvimento execução dos projetos, garantindo que suas vozes e experiências sejam integradas. Fundamentado no conceito de acessibilidade transversal, o guia orienta que todas as dimensões da experiência cultural — visitação, fruição, criação, participação e difusão — sejam pensadas de forma acessível. Isso inclui o direito de ir e vir com autonomia, a comunicação acessível (como Libras, audiodescrição, Braille, linguagem simples) e a formação contínua das equipes com foco anticapacitista;
- Contextualizar quais públicos serão beneficiados;
- Contemplar no orçamento os valores necessários para os recursos e ações de acessibilidade. (CEARÁ, 2024, p, 03).

A participação das pessoas com deficiência se amplia, não sendo mais questões opcionais nem pontuais, a pessoa que propõe o projeto, precisa defender e arcar com as demandas, possibilitando assim que pessoas com deficiência ocupem espaço em qualquer linguagem cultural e em qualquer espaço, seja de proponente até público. “O discurso de ‘normalidade’ é uma construção social que gera exclusão.” (CEARÁ, 2024, p, 5). A diversidade é o que determina e caracteriza os seres culturais. O combate ao capacitismo é outro eixo central do guia, que defende a presença ativa e representativa de pessoas com deficiência na produção cultural, promovendo protagonismo e superando estigmas.

Além disso, o guia destaca a acessibilidade estética, que valoriza a experiência sensível e criativa, e reconhece as Culturas Surdas e a Cultura Def como expressões legítimas de identidade e potência artística.

A acessibilidade assume protagonismo ao distinguir dimensões com o intuito de que pessoas com deficiência tenham barreiras dirimidas ou transpostas. Segundo Ceará (2024), as dimensões são: Visitação; Fruição; Participação; Criação; Difusão. Ou seja, pessoas com deficiência podem e devem assumir papéis no campo da Cultura que contemple estas categorias, a fim de cada vez mais ocupar um espaço que lhe é de Direito.

Conseguir compreender as especificidades e desenvolver um projeto político, dinâmico e cultural, requer tempo, empenho, estudo e dedicação. Para além disso, é crucial a participação das pessoas com deficiência no processo.

As categorias abordadas no documento servem como bússola para a compreensão das diversas personas que há na sociedade e quais práticas a Política Cultural, em seu campo administrativo poderá alcançar. Com base neste pensamento, podem ser citadas.

Através de pesquisa no glossário do guia de acessibilidade Cultural, uma das categorias que compõem as diversas para que seja cumprida a acessibilidade na Cultura, precisa se basear em: acessibilidade transversal, que compreende “a acessibilidade deve ser pensada desde o início de qualquer proposição cultural e contemplar o espaço físico, a comunicação, experiência sensorial e as ações culturais” (CEARÁ, 2024, p, 30). Sua função é que em todas

as áreas da Cultura, seja no fazer, no propor, no planejar, no desenvolver e no fruir, tenham sempre profissionais com deficiência no processo.

Esta interação enriquece a prática Cultural e se torna parte do todo trabalhado para contemplar a diversidade no público, ao artista, autor ou qualquer outra referência deste âmbito. Outro apontamento feito no glossário, que necessita de atenção, até mesmo para a reflexão, se refere “as pessoas sem deficiência”. Geralmente influenciadas pelos padrões normativos de corpo, que são uma construção social. Conceito criado e difundido pelo artista Def Edu O. (CEARÁ, 2024, p. 30). Esta categoria dialoga sobre pessoas andantes, que ao construir espaços físicos, sociais e políticos se ancoram na “corponormatividade”, ou sejam, os espaços são desenhados apenas para uma forma homogênea de corpo, não contemplando a diversidade e a complexidade das diferenças que se apresentam no cenário público.

Com esta hierarquização dos corpos e a imposição sobre o normal e o patológico (CANGUILHEM, 2009), que o guia direciona conceitos para ampliar os padrões impostos ao que se pensa sobre Política Cultural e sua atuação para justamente romper paradigmas e com isso, reforça-se o conceito de capacitismo como “o conjunto de estigmas e preconceitos contra as pessoas com deficiência, ou qualquer pessoa que tenha um corpo diferente dos padrões estabelecidos como “normais”. Este pensamento desvela um conjunto de barreiras humanamente construídas que diferem os corpos e impossibilitam outros de interagirem no meio, com suas especificidades. Ceará (2024) dialoga que o termo foi difundido no Brasil em 2011 pelas antropólogas com deficiência Adriana Dias e Anahi Guedes de Mello.

Com o intuito de inquietar o Conceito eurocêntrico da Política de Cultura e o “campo das artes, se nomina o termo Cultura def” como o conjunto de “Práticas sociais e artísticas das pessoas com deficiência, suas narrativas, poéticas e corporalidades variadas, expressas pelos diversos segmentos por meio de línguas, processos comunicacionais e produção cultural própria.” (CEARÁ, 2024, p. 30). Busca-se, com isso, ocupar espaços diversos e utilizar a arte como meio de protesto e luta por reconhecimento, dignidade e equidade.

Na mesma perspectiva, nomina-se Culturas Surdas que “Diz respeito aos diversos aspectos culturais, históricos, políticos e linguísticos que envolvem ser uma pessoa surda.” O termo é no plural, pois a intenção é que pessoas surdas são diversas, em sua participação, subjetividade e interseccionalidade.

Destaca-se também o conceito de neurodiversidade “variações naturais no cérebro humano de cada pessoa em relação à sociabilidade, aprendizagem, atenção, humor e outras funções cognitivas.” O termo vem para romper paradigmas biologizantes e expressar várias maneiras diferentes de o cérebro funcionar.

Em síntese, o Guia de Acessibilidade Cultural do Ceará propõe uma nova ética para a Cultura: mais plural, sensível e comprometida com a eliminação das barreiras impostas pelos padrões normativos. Ao reconhecer a potência das pessoas com deficiência como agentes culturais, o documento reafirma o direito à diferença como eixo estruturante das políticas públicas e aponta para um futuro em que a cultura seja, de fato, para todos e todas.

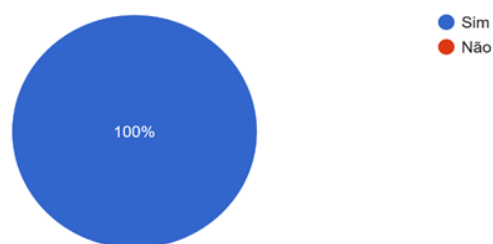
No próximo segmento, são apresentados elementos produzidos no trabalho de campo, constituído por um levantamento com gestores de equipamentos de Cultura administrado pelo Instituto Dragão do Mar, via *Google forms*. Foram coletados de forma recorrente, 12 equipamentos: Biblioteca Pública Estadual do Ceará, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Cineteatro São Luiz, Teatro José de Alencar, Escola de Artes e ofícios Tomás Pompeu Sobrinho, Casa de saberes Cego Aderaldo, Casa de Antônio Conselheiro, Escola de música, Porto Iracema das Artes, Porto Dragão, Centro Cultural do Bom Jardim e Escola de Gastronomia Cultural Ivens Dias Branco.

No entanto, apenas 8 dos gestores responderam ao referido questionário, apesar das diferentes estratégias solicitando a colaboração; através de *e-mails*, listas de transmissão via *Whatsapp* e telefonemas. As respostas foram obtidas pelos seguintes equipamentos: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (Bece), Cineteatro São Luiz, Casa de Antônio Conselheiro, Casa de saberes Cego Aderaldo, Porto Iracema das Artes, Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco e Teatro José de Alencar.

5.2 Exposição: Diagnóstico de Acessibilidade Cultural nos equipamentos da Secretaria de Cultura do Ceará (equipamentos geridos em parceria com o Instituto Dragão do Mar)

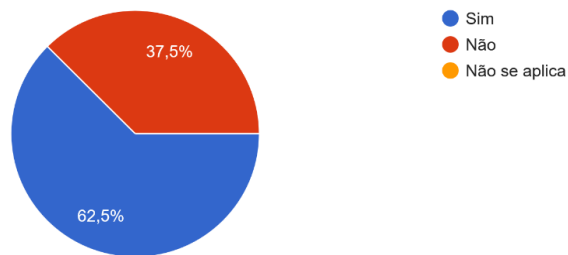
Nesse tópico, são explicitados gráficos que apresentam como estão os equipamentos de Cultura no que tange às acessibilidades arquitetônica, comunicacional, programática e atitudinal.

1. O equipamento possui rampas de acesso em todas as entradas públicas?
8 respostas



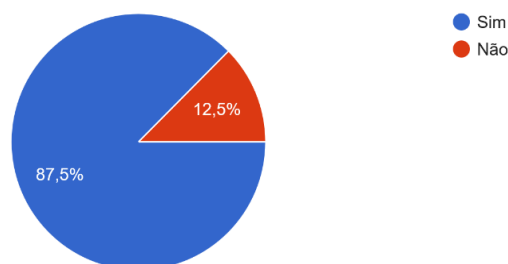
Todas as respostas foram positivas ao equipamento indicar que tem rampas de acesso, o que é preciso atentar se direciona a conformação desta rampa com a ABNT 9050/2020, se são consideradas no padrão específico e estrutura, que não corresponde apenas a cadeirantes, mas pessoas com mobilidade reduzida, crianças e afins. Outro fator analisado foi que nem todas as entradas dos equipamentos têm rampa, algumas já possuem a plataforma plana, proporcionando o acesso sem barreiras.

2. Há elevadores ou plataformas elevatórias para acesso entre andares?
8 respostas



Por mensurar que mais da metade dos equipamentos entrevistados possui elevador ou plataforma elevatória pode garantir o traslado, mas é necessário avaliar nos critérios de acessibilidade, se este elevador se configura como um ambiente democrático, com botões em Braille, áudio indicando os andares e largura acessível para pessoas obesas e ou cadeirantes, além da padronização comumente encontrada nestes meios de transporte, também vale destacar que os equipamentos que não se aplicam à questão possivelmente têm apenas piso térreo.

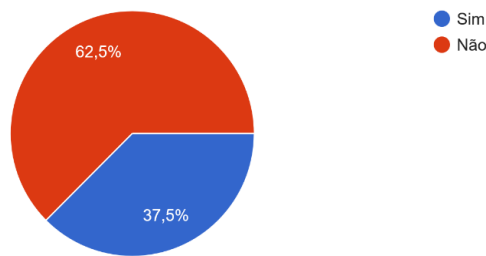
3. Os banheiros possuem cabines acessíveis?
8 respostas



As estruturas arquitetônicas dos equipamentos da Cultura são ou tombados, onde se leva um tempo enorme para a adaptação de banheiros ou a construção de banheiros acessíveis, ou a arquitetura destes espaços não permite nem adaptação, por isso que a realidade se torna mais excludente.

4. Há sinalização tátil ou em braille nos ambientes internos?

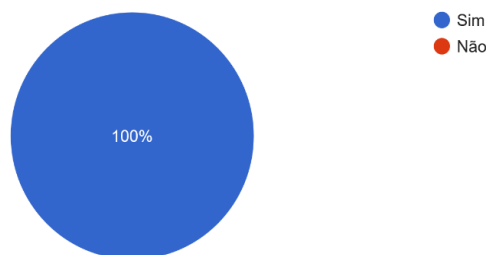
8 respostas



É imprescindível a sinalização tátil ou sensorial, por mais que a equipe seja orientada em relação ao atendimento de pessoas com deficiência visual. É necessário frisar o ponto do tombamento dos equipamentos culturais, o que dificulta a intervenção em sua estrutura interna ou externa, cabendo aos profissionais se disporem com acessibilidade atitudinal para atender pessoas cegas ou com baixa visão, para orientá-las e mobilizá-las até este espaço.

5. Os corredores e portas permitem circulação acessível de pessoas cadeirantes?

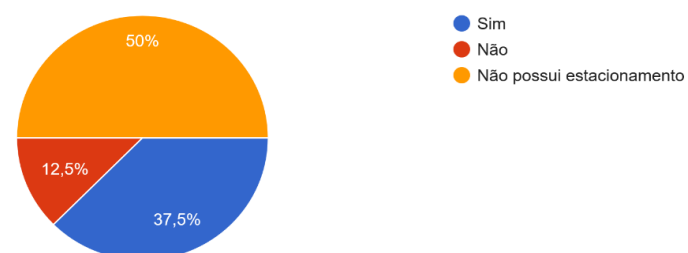
8 respostas



Um fator favorável na construção de muitos prédios antigos que assumiram o papel de equipamentos culturais é justamente o amplo espaço que há em seus corredores, proporcionando que usuários de cadeira de rodas tenham liberdade em ir e vir, a questão não está nos corredores, mas nas portas, pois nem todas têm o tamanho ou padrão de acesso e, quando há, muitas vezes, um batente, que pode ser baixo, dificulta o acesso de forma autônoma.

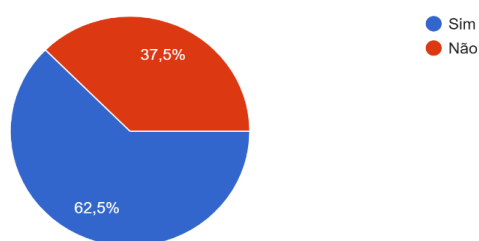
6. Existem vagas reservadas e sinalizadas para pessoas com deficiência?

8 respostas



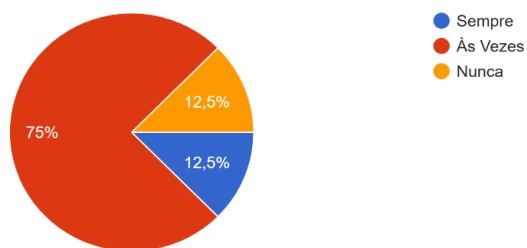
Nem todos os equipamentos de Cultura têm estacionamento, ou pela localização, ou por serem espaços tombados e sua arquitetura não permitir intervenção. Um exemplo que pode ser destacado é a Casa de Saberes Cego Aderaldo, no município de Quixadá, que se trata de uma residência antiga e adaptada para se tornar um equipamento cultural.

7. Há áreas reservadas para cadeirantes nos espaços de fruição (salas de espetáculo, exposições etc.)?
8 respostas



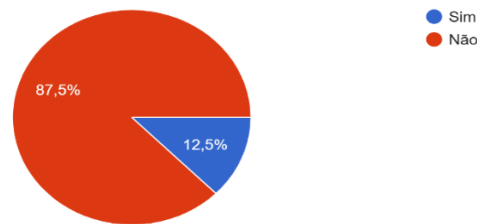
No caso do demonstrativo, a organização dos equipamentos não tem lugar fixo, ou seja, as atividades são realizadas com cadeiras móveis, caso da Biblioteca Estadual do Ceará e do Museu da Cultura Cearense, que organizam os espaços mediante demanda, então a pessoa cadeirante, ao participar de algum evento, ficará onde melhor lhe convir.

8. O equipamento disponibiliza materiais de divulgação acessíveis (áudio, Libras, braile, fonte ampliada ou formato digital)?
8 respostas



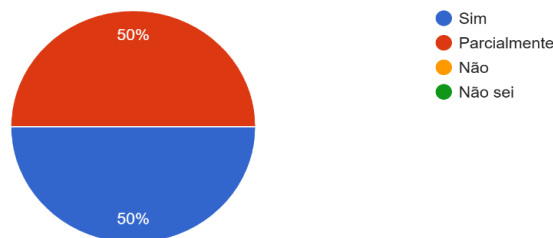
Este gráfico chama muito a atenção, ao se observar que 12,5 % dos equipamentos não disponibilizam material acessível, ocorrendo de forma recorrente. Isso demonstra que a acessibilidade ainda precisa se consolidar como política pública e não apenas como ação pontual sob demanda. Pessoas com deficiência existem todos os dias, aproveitam todos os dias, mas é necessário ampliar os recursos de acessibilidade para garantir o direito a ter direito.

9. As sinalizações internas usam pictogramas (representação gráfica de palavra ou frase. Ex. imagem de um rosto com o dedo indicador a frente ...ca, representando silêncio) e linguagem simples?
8 respostas



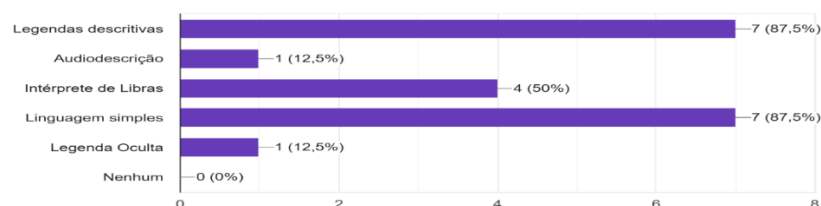
Ao pontuar que mais de oitenta por cento dos equipamentos analisados não possuem pictogramas, pode-se entender que não deve ter havido compreensão da questão, ou não há sinalização sensorial, como mostra o gráfico, dificultando, assim, o acesso, permanência e circulação de pessoas com deficiência visual, ou doenças refratárias da visão, como miopia, astigmatismo, hipermetropia, dentre outras, sem contar pessoas com baixo letramento ou analfabetizadas, que precisam utilizar o equipamento e não conseguem fazer a leitura do mesmo. Os pictogramas são formas de comunicação alternativa ampliada, que auxiliam na compreensão do espaço.

10. A plataforma digital do equipamento segue padrões de acessibilidade digital? (Legenda alternativa, audiodescrição, etc.)
8 respostas



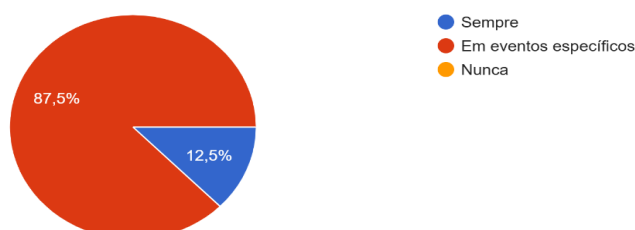
A comunicação seja digital ou física é imprescindível para a democratização da informação, ou seja, para que a equidade seja compreendida como meio fundante da política, se faz necessário romper as barreiras que travam a comunicação, o acesso à leitura e escrita e às plataformas digitais. É percebido que ainda está se caminhando para um processo de universalização de conteúdos, mas ainda precisa-se trabalhar muito a estrutura para se alcançar as diferentes formas de acesso com acessibilidade.

11. Os vídeos das programações incluem algum dos seguintes recursos?
8 respostas



A legenda descritiva e a linguagem simples se tratam de recursos que não demandam no orçamento, mas buscam técnicas para alcançar públicos que antes não as acessavam por uma linguagem mais erudita e por escassez de recurso na plataforma digital para ativar a legenda simples, porém, em segundo lugar, está a presença de um intérprete de Libras, sendo que dos 8 (oito) equipamentos respondentes, apenas 4 (quatro) disponibilizam este recurso frequentemente em suas peças publicitárias, fazendo com que nem todas as informações sobre formação ou fruição chegue ao conhecimento de todos. A linguagem oculta foi a menos acessada, pois é muito meticulosa e requer um fator técnico de descrição de som e isso leva em consideração a contratação dos serviços de uma pessoa especialista em linguística.

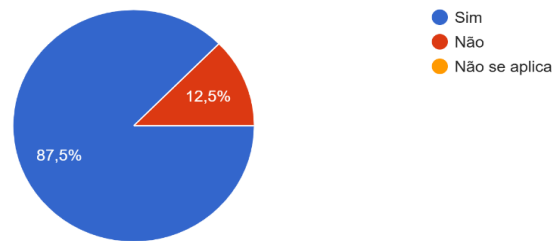
12. Há atendimento com intérprete de Libras e/ou audiodescrição em eventos?
8 respostas



O gráfico traz uma referência necessária para o atendimento de qualquer equipamento, seja público, privado, filantrópico, ou de qualquer outra natureza. Não necessariamente, o equipamento precisa de intérpretes para realizar um atendimento, mas esta responsabilidade deve ser do trabalhador que, incentivado pela sua instituição de trabalho, se veja incumbido ou incumbida de aprender Libras, com a finalidade de garantir um atendimento digno a pessoas surdas sinalizantes. O fato de ter apenas um pouco mais de 12% dos equipamentos que deveria, o profissional intérprete evidencia a barreira que a comunidade surda ainda enfrenta para exercer sua cidadania em seu país de origem.

13. A equipe recebe público com deficiência rotineiramente ?

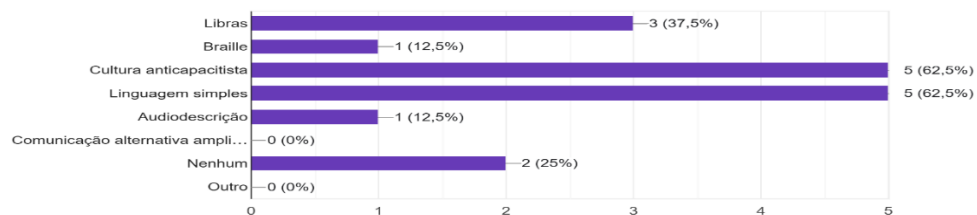
8 respostas



A maioria dos equipamentos consultados recebem frequentemente pessoas com deficiência, este é um ponto positivo em uma política que precisa avançar cada vez mais em busca da equidade no campo cultural, porém é mensurado ainda uma parcela, mesmo que significativa, de equipamentos em que não há uma presença mais incisiva deste segmento. Observa-se que seria interessante refletir sobre quais razões o movimento de pessoas com deficiência não se identifica com esta fração e como sanar este problema.

14. O corpo de profissionais do equipamento tem formação em alguma destas áreas?

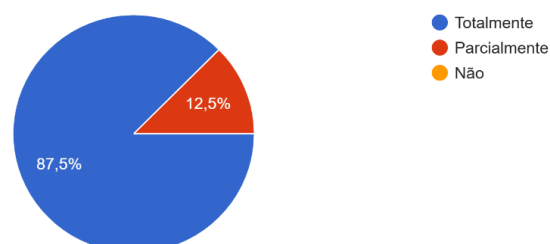
8 respostas



Quando se pergunta sobre formação neste gráfico anterior, o que se predispõe é uma cultura antipacitista e de linguagem simples, porém, libras fica em terceiro lugar, assim como Braille e audiodescrição, mas a comunicação alternativa ampliada não é citada. Percebe-se no campo dos recursos que o combate ao preconceito contra pessoas com deficiência tem campanha muito forte, mas outras características que podem envolver a compreensão sobre pluralidade e retirar dos nichos conhecimentos como libras, Braille e audiodescrição, que devem ser popularizados, reforçariam a base humana da diversidade e a interpessoalidade.

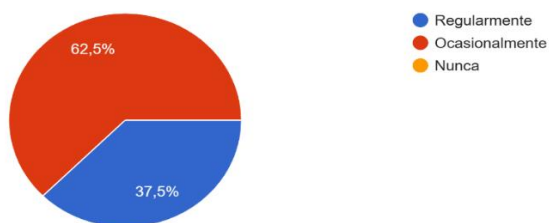
16. A equipe reconhece a acessibilidade como elemento estruturante da política cultural?

8 respostas



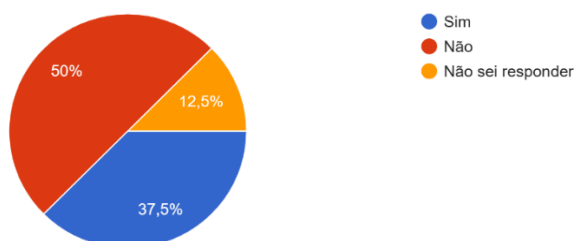
O gráfico anterior demonstra algo intrigante, pois, apesar da acessibilidade ser uma diretriz contida na Lei orgânica da Cultura, equipamentos culturais ainda não entendem a importância desta que é a ferramenta de garantia e efetivação dos direitos para com as pessoas com deficiência. Entende-se que acessibilidade é uma política com mais de 30 anos no Brasil e precisa ser pensada como algo fundamental para que a cidadania seja efetivada na dinamicidade do cotidiano.

17. O equipamento promove ações formativas sobre diversidade cultural e acessibilidade?
8 respostas



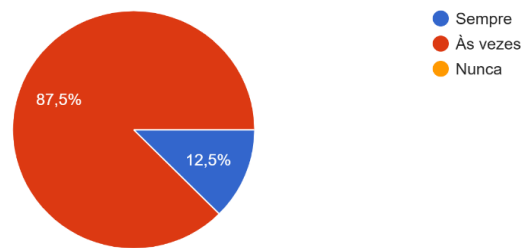
Como atender e reconhecer a diversidade e pluralidade apenas no campo prático? É imprescindível a formação continuada no campo do atendimento, recepção e principalmente relações humanas, pois em uma formação progressiva o que impera são os achismos e o senso comum. Para entender o atendimento, é fundamental acompanhar a teoria e saber que este é um fator indispensável à qualidade tanto do serviço, quanto da dignidade humana. O fato de saber que temos mais surdos é bem melhor.

18. A equipe já explicitou barreira no atendimento a pessoas com deficiência?
8 respostas



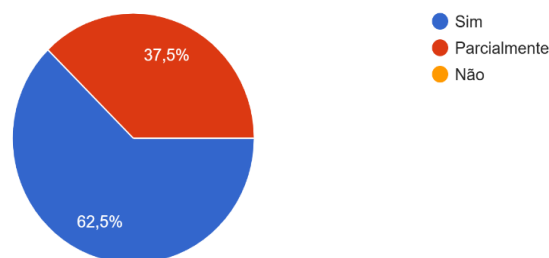
Apesar de o marcador “não” aparecer em maior percentual, o marcador “não sei responder” se destaca, pois o que se percebe é que o atendimento a pessoas com deficiência aparenta não ter muito destaque. No caso de equipamentos que demonstraram barreiras, esta condição é essencial para que se pense em trabalhar uma formação continuada.

19. A programação contempla produções acessíveis (Libras, audiodescrição, linguagem simples)?
8 respostas



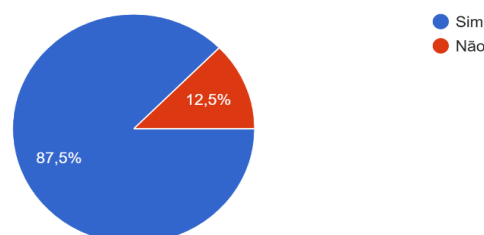
O que causa impacto neste gráfico é analisar que a acessibilidade ainda se apresenta sob demanda e pessoas com deficiência, que deveriam ter o direito à escolha, são impelidas a se direcionar apenas aos equipamentos que proporcionam estes recursos, onde a regra deveria ser a universalização informacional das atividades culturais, garantindo, assim, o direito pleno à fruição sem ressalvas.

20. A curadoria valoriza a participação de artistas com deficiência?
8 respostas



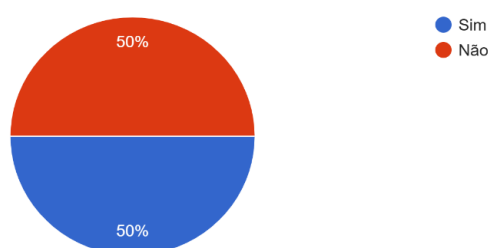
Ressalva-se o avanço dos equipamentos na maior parte do gráfico, a qual destaca-se a participação das pessoas com deficiência nos espaços decisórios para a elaboração, produção e execução de atividades culturais, mas é relevante destacar que ainda não se contempla como um todo é esta participação é necessária, pois é através dela que se contempla a diversidade de olhares e a pluralidade crítica que vem por outras percepções, sensações, experiências e condições.

21. Já foram realizadas parcerias com instituições de pessoas com deficiência?
8 respostas



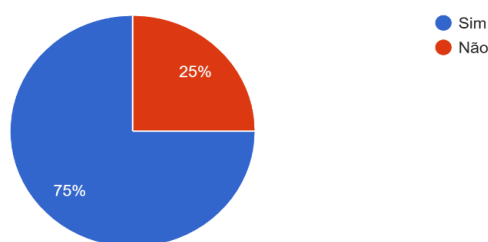
Continua-se com a reflexão sobre diversidade e pluralidade no campo cultural. Sabendo-se que muitas pessoas com deficiência ainda frequentam ou são associadas a organizações do terceiro setor e buscando uma construção que busque na alteridade a amplitude do conhecimento, a participação de instituições de pessoas com deficiência junto a planejadores e fazedores de cultura, enriquece o campo cultural e democratiza o acesso, também contemplando acessibilidade como dignidade humana.

22. Existem mecanismos de escuta com grupos de pessoas com deficiência para construção da política cultural?
8 respostas



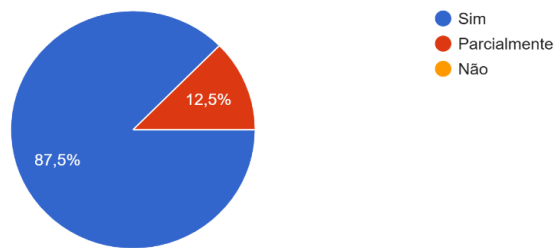
O gráfico chama atenção por dois fatores: o primeiro se trata do avanço na relação entre a Política de Cultura, representando o Estado e o Movimento de pessoas com deficiência, representando a sociedade civil. Mas num segundo momento, ainda se caminha vagarosamente, pois enquanto a metade dos equipamentos se preocupa em fazer uma escuta destas demandas, a outra simplesmente ainda não se aproximou desta categoria, fazendo com que o equipamento não se desafie a transformar sua estrutura organizacional.

23. O calendário contempla atividades voltadas à acessibilidade cultural?
8 respostas



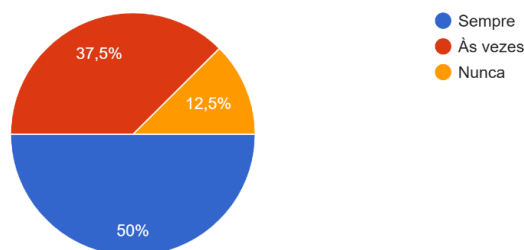
As datas comemorativas voltadas a questões da pessoa com deficiência são marcos fundantes para a luta deste movimento e por se tratar de um combate intenso contra a violência biopsicossocial e a reafirmação como ser humano, busca-se considerar o elevado percentual de quase 76 por cento dos equipamentos que garantem esta condição.

24. Existe previsão orçamentária específica para ações de acessibilidade?
8 respostas



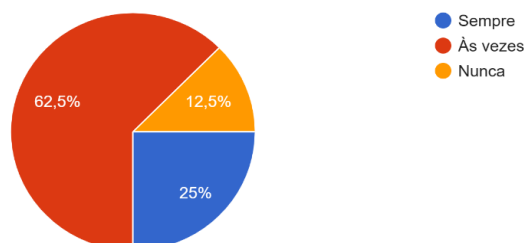
Mesmo com um contrato de gestão que contempla a acessibilidade em sua meta 2, ainda se tem equipamentos que ainda não tratam a acessibilidade como uma Política Cultural. Já se avançou bastante, mas ainda é preciso mais ações voltadas a este público e não apenas as ações, mas que sejam qualificadas.

25. As atividades culturais são planejadas considerando diferentes formas de participação e aprendizagem?
8 respostas



Ainda se comemora o planejamento de atividades culturais voltadas para pessoas com deficiência, mas também é preciso notar que nem todos os equipamentos culturais pensam a diversidade para além da deficiência, projetando assim uma vida mais calma e próspera.

26. As mediações culturais utilizam múltiplos recursos (visual, sonoro, tátil, gestual)?
8 respostas

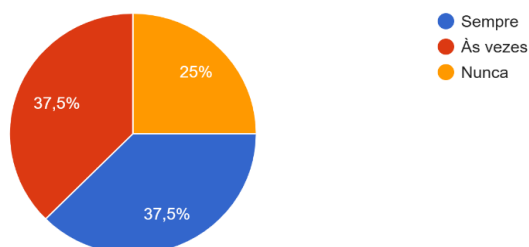


Mais um gráfico que apresenta o aspecto sob demanda como maior destaque. Ao saber que pessoas com deficiência não tem dia e nem hora específica para visitar, trabalhar ou

simplesmente fruir no equipamento. Múltiplas plataformas não têm os recursos necessários para alcançar o público, causando falta de identidade por parte das pessoas com deficiência.

27. A linguagem utilizada nas mediações culturais é acessível a pessoas com deficiência intelectual ou neurodivergência?

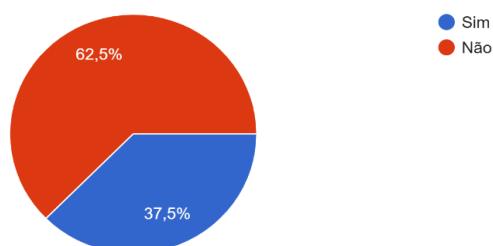
8 respostas



Este gráfico reflete as mensurações anteriores, porque, além da não relação com as instituições, a não aproximação com o público demandatário e o não acolhimento para com as contribuições reafirmam a distância entre a Cultura e a acessibilidade. Outro ponto a ser citado no gráfico se refere a ações pontuais realizadas, não havendo uma estrutura orgânica na política de Cultura. A falta de planejamento programático acessível perpetua barreiras simbólicas, onde a cultura continua sendo pensada para a heteronormatividade, e se adaptada quando necessário.

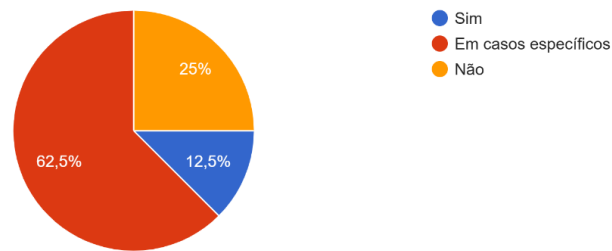
28. Há envolvimento de pessoas com deficiência no desenvolvimento de propostas metodológicas?

8 respostas



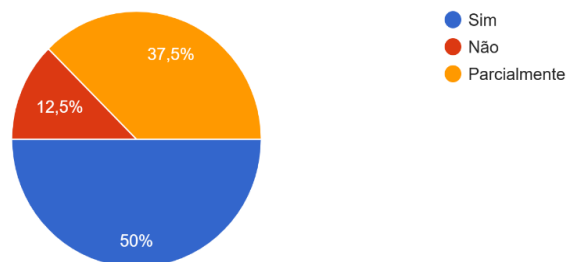
O que já foi demonstrado em gráficos se repete neste atual, a não participação de pessoas com deficiência qualificadas para o campo decisório, faz com que a acessibilidade se torne algo sazonal, ou seja, ações pontuais sob demanda de público e isso de uma certa forma segrega esta parcela da sociedade. Por mais que haja atividades culturais externas aos equipamentos, das quais não contemplem acessibilidade, é fundamental que a Política vigente, tanto no âmbito da secretaria, da Organização Social, quanto interna do equipamento deve prezar pelo acesso, permanência e fruição indiscriminado.

29 As exposições ou espetáculos permitem aproximação sensorial ao público com deficiência?
8 respostas



O maior percentual demonstra que a demanda ainda integra a acessibilidade na Cultura, pois a curadoria, parte importante do campo cultural, desenvolve sua arte para pensar em que público? O equipamento de Cultura que apresenta estas linguagens artísticas, as apresenta pensando em quem. A preocupação mais uma vez vem em democratizar o acesso e garantir o direito pleno a fruição sensorial, tátil, olfativa, gustativa ou o máximo de interações que a pessoa possa ter com a intervenção apresentada.

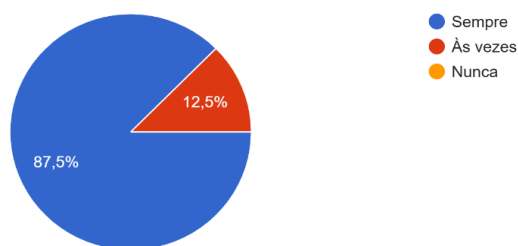
30. O design dos materiais gráficos (cartazes, folders) respeita critérios de contraste, cor e legibilidade?
8 respostas



O gráfico traz um parâmetro que necessita ser aprofundado, por qual razão a forma e o formato do material de divulgação tem apenas um viés, o que não se deveria acontecer, mesmo com o tratado de Marraquexe, que garante o direito a materiais com formatos diversos e também regulamentações internacionais que padronizam as plataformas digitais e garantem o acesso a todas as pessoas.

31. A estética das produções evita reforçar estereótipos ou representações capacitistas?

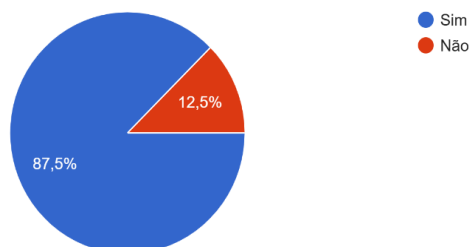
8 respostas



A deficiência ainda é percebida pela lesão e sua caracterização social e cultural ainda têm um viés capacitista. Ao analisar o gráfico e perceber que equipamentos de cultura ainda têm em seu espaço obras que reforçam o capacitismo, parte-se a mesma reflexão anterior, que ainda precisa-se trabalhar de forma massiva a acessibilidade no campo cultural e desmistificar preconceitos sobre a deficiência e a pessoa que a tem.

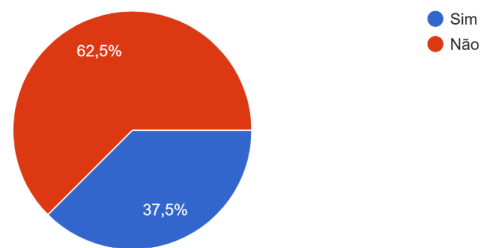
32. Já foram incluídas obras ou criações de autores/artistas com deficiência na programação?

8 respostas



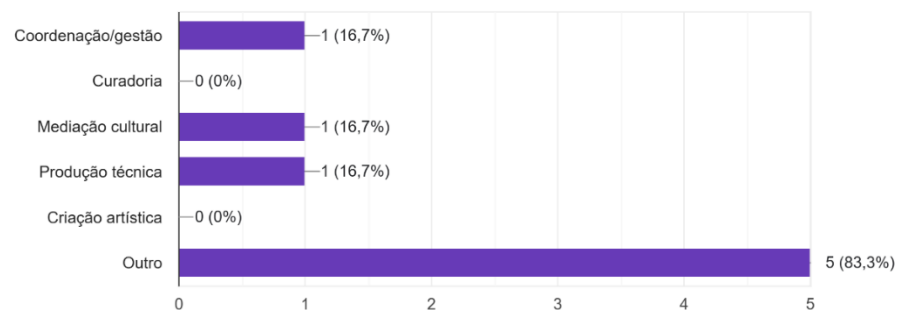
O gráfico demonstra que as diversas pessoas com deficiência que atuam no campo cultural estão aos poucos ocupando espaço, isso se dá muito pelos editais que contemplam vagas para acessibilidade. Estes documentos advindos tanto pela Secretaria Estadual de Cultura, quanto pelos próprios equipamentos faz com que a adesão de artistas, autores e outros profissionais do campo cultural cheguem ao conhecimento do público.

33. Existem profissionais com deficiência atuando no equipamento cultural?
8 respostas



O gráfico demonstra que em pouco mais da metade dos equipamentos pesquisados trabalham pessoas com deficiência e não só pela lei de cotas, que por si mesma já é necessária, mas pelo comprometimento com a construção de uma Cultura que perpassa por todas as corporeidades e busca nelas sua potencialidade. O que traz a atenção se relaciona aos quase 38 por cento de equipamentos, que não tem em seu quadro funcional nenhuma pessoa com deficiência, corroborando para a continuidade da inacessibilidade nos espaços.

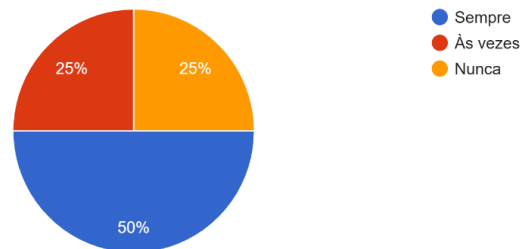
34. Esses profissionais participam de:
6 respostas



Ao ler este gráfico, entende-se que, ainda, pessoas com deficiência não são exceção nos quadros decisórios dos equipamentos. Em relação aos cargos medianos e básicos, este movimento social se destaca, sendo notável qual a trajetória educacional, o perfil profissional, sexo, cor da pele e onde estas pessoas moram e isso poderá dizer muito sobre a não ocupação nos cargos de gestão.

35. Os profissionais com e sem deficiência trabalham juntos na produção e execução das atividades?

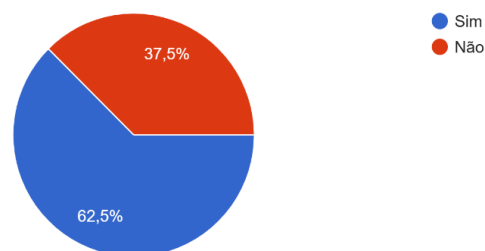
8 respostas



É interessante frisar que a maior parte dos equipamentos não tem apenas pessoas com deficiência trabalhando lá, mas este grupo dialoga e planeja junto, pois torna o ambiente cada vez mais plural. Outra coisa, são as questões técnicas de acessibilidade, que podem ser elaboradas e criticadas, transformando e equiparando o ambiente. Contudo, a ausência de uma cultura institucionalizada de acolhimento acessível ainda impede que esses avanços sejam homogêneos entre os equipamentos.

36. Há políticas internas que incentivam a acessibilidade na contratação de profissionais com deficiência?

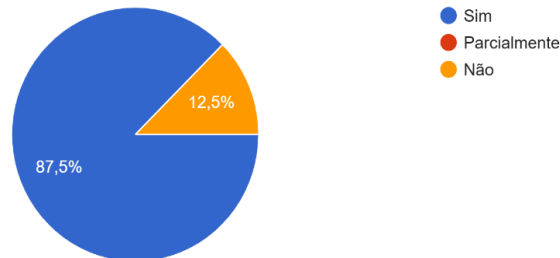
8 respostas



Mais uma vez, as políticas voltadas a pessoas com deficiência ficam à mercê de pessoas sem deficiência. O gráfico demonstra, apesar da maior participação de pessoas com deficiência, que maiores são as condições de acesso, permanência, produção e fruição nos equipamentos. A interação de pessoas com deficiência trabalhando e ocupando os espaços de cultura dignifica a pessoa com deficiência e qualifica o meio.

37. A presença de profissionais com deficiência influencia positivamente as práticas de acessibilidade no equipamento?

8 respostas



Pessoas com deficiência não só qualificam como humanizam e, não por causa do capacitismo, precisa ser estudado, mas como predisposição a auxiliar no que for preciso. O gráfico traz um grande percentual de equipamentos que percebem melhorias ao ter em sua equipe profissionais com deficiência e isso torna o espaço também mais equitativo.

Conclusão da análise

A leitura dos gráficos apresenta que, apesar de alguns avanços pontuais, os equipamentos culturais ainda necessitam de padronização, regularidade e universalização das dimensões de acessibilidade. A presença de rampas ou elevadores não é suficiente se faltarem recursos sensoriais, comunicacionais e programáticos, se a atitude das equipes não for democrática. A acessibilidade cultural, ainda não se caracteriza como um aporte consolidado para a política pública de Cultura, mas como um conjunto de ações eventuais e reativas. O diagnóstico apresenta a reflexão sobre o direito das pessoas com deficiência de viver a cultura plenamente, como cidadãs e cidadãos de direitos e Justiça Social.

6 INTERLOCUTORES

6.1 Quem somos e o que somos

Este capítulo apresenta os interlocutores da pesquisa, que foram peças fundamentais para seu desenvolvimento e caracterização. Eles e elas foram nominados por pseudônimos referentes a figuras históricas do movimento de pessoas com deficiência que dedicaram sua vida em prol da luta pela dignidade e cidadania desta parcela da população.

Os interlocutores fazem parte direta ou indiretamente do campo cultural, seja como produtores, fruidores e fazedores de cultura e, com isso, buscam incessantemente o reconhecimento no meio artístico, autoral, profissional e social para que seus corpos ocupem espaços normativos, sua língua seja compreendida, sua percepção de mundo seja respeitada e sua subjetividade conquiste e contemple em equidade com as mais diversas corporeidades. Ao compreender as diferenças como princípio básico da configuração social, que esta dissertação traz ao palco.

6.2 Perfil dos Interlocutores da Cultura

Nesta seção, aborda-se a acessibilidade cultural sob a ótica de profissionais atuantes em diferentes equipamentos culturais do Ceará, como bibliotecas, cinemas e centros culturais. Foram entrevistados quatro interlocutores, cujos nomes foram substituídos por pseudônimos para preservar suas identidades. Esses profissionais, vindos de contextos diversos, apresentam perspectivas convergentes em relação à democratização do acesso, cidadania cultural, diversidade, pluralidade e importância da acessibilidade como princípio estruturante das políticas culturais.

As falas revelam compreensões aprofundadas sobre a acessibilidade e os corpos dissidentes, apontando tanto os limites dos equipamentos culturais quanto as possibilidades de transformação das políticas públicas. A seguir, apresentam-se os perfis dos interlocutores entrevistados:

- Berenice é uma mulher periférica, nascida em Fortaleza, filha de pai artesão e mãe educadora. Apesar de inicialmente não ter formação acadêmica, ao longo de sua trajetória, conquistou seu diploma universitário em Pedagogia. Sua formação pessoal

esteve imersa em um ambiente de forte influência artística: seus pais trabalhavam com marionetes e apresentações populares, enquanto sua avó, parteira, se dedicava à pintura em tela. Desde a infância, Berenice esteve envolvida com expressões artísticas como balé, capoeira, dança e teatro. Atualmente, além de sua formação universitária, integra um grupo de batuque, mantendo vivo o vínculo com as práticas culturais populares.

- Valentin atua como supervisor de um núcleo educativo há doze anos. É responsável pela coordenação de uma equipe de educadores, composta majoritariamente por estudantes universitários em estágio, e pela estruturação e desenvolvimento das programações ofertadas ao público. Sua trajetória profissional foi marcada por constantes formações externas, que contribuíram para sua qualificação e ascensão ao cargo atual. Sua atuação evidencia o compromisso com a mediação cultural e com a construção de experiências acessíveis ao público diversificado dos equipamentos culturais.
- Pedro II é responsável pelo setor audiovisual de um dos equipamentos culturais. Sua fala se concentra nas especificidades da exibição de conteúdos audiovisuais, destacando que o espaço em que atua não é produtor de conteúdo, mas, sim, exibidor. Ele ressalta os desafios técnicos e estruturais envolvidos na acessibilidade de sessões cinematográficas, abordando temas como a presença de recursos de acessibilidade comunicacional e a adequação dos filmes recebidos aos públicos com deficiência.
- Tereza apresenta uma trajetória marcada pela vivência em políticas públicas de juventude e cultura. Como jovem da periferia, ela foi beneficiária dessas políticas e percebeu, ainda na juventude, o impacto transformador que os equipamentos culturais têm na vida de jovens e famílias marginalizadas — especialmente aquelas que não se reconhecem nesses espaços como sujeitos de direito. Graduada em Serviço Social, sendo a primeira de sua família a obter um diploma universitário, ela atua com foco nos direitos humanos e na mobilização territorial. Sua experiência evidencia como as políticas públicas possibilitaram o acesso a espaços anteriormente inacessíveis para populações negras e periféricas. Tereza destaca ainda a importância de desconstruir preconceitos e estruturas racistas que excluem corpos diversos, como os de pessoas com deficiência. Ela critica veementemente a precariedade da mobilidade urbana para pessoas com mobilidade reduzida, descrevendo a realidade como "humilhante", e defende a construção de espaços acessíveis que garantam direitos e promovam o pertencimento.

6.2.1 Vozes que buscam a cidadania cultural.

O primeiro entrevistado foi chamado Dídimo¹ um homem com deficiência múltipla, visual e física. É escritor e atua como bibliotecário. Já a segunda, uma mulher com deficiência física (paralisia cerebral), receberá o nome da ativista do movimento de pessoas com deficiência de Fortaleza, a militante Nadja Pinho². Ela atua como intérprete de libras.

A terceira interlocutora é cega e foi reconhecida como Berenice³. Ela atua como mediadora e consultora em audiodescrição. A quarta interlocutora também é cega e frequenta equipamentos de cultura, ela foi chamada Hellen Keller⁴ sua atuação se dirige a ações voltadas à articulação de pessoas com deficiência no campo cultural; Romeu Sassaki⁵, homem com deficiência física (muletante/ amputado), ele tem uma atuação marcante no campo das artes cênicas, é bailarino, autor, produtor e coreógrafo; Maria da Penha⁶, uma mulher com deficiência física, (paralisia cerebral), cadeirante. Ela é autora e frequentadora dos equipamentos de cultura em Fortaleza.

No segundo momento, buscou-se profissionais que atuam na mediação, coordenação e principalmente na relação interpessoal que envolve o cotidiano dos equipamentos. A pesquisa se fixou nos perfis de biblioteca, cineteatro e os centros culturais mais focados em Fortaleza. Os profissionais atuam há um longo tempo nestes espaços e têm propriedade em abordar sobre público.

Para eles, foi dado os nomes de apoiadores da causa da pessoa com deficiência, tais como Tereza Antipov⁷, Dorina Norwill⁸, Pedro II⁹ e Vincent Hawi¹⁰.

1 Dídimo, o Cego (c. 313–398 d.C.) Teólogo cristão que perdeu a visão ainda criança.

2 Foi professora e uma das principais ativistas da luta por direitos das pessoas com deficiência no Ceará.

3 Berenice Piana, ativista brasileira pelos direitos das pessoas com autismo, é autora da Lei nº 12.764/2012, conhecida como “Lei Berenice Piana”, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

4 Americana surda e cega desde os 19 meses de idade, Helen Keller tornou-se um símbolo de superação e das potencialidades humanas frente a deficiências múltiplas.

5 Sassaki foi um dos maiores especialistas brasileiros em inclusão de pessoas com deficiência, conhecido como “pai da inclusão” no Brasil.

6 É farmacêutica e ativista brasileira cujo processo contra violência doméstica, iniciado em 1983, após duas tentativas de homicídio por seu então marido, resultou na promulgação da Lei nº 11.340/2006.

7 Música austríaca cega desde os cinco anos, Maria Tereza tornou-se pianista virtuosa e compositora, apresentando-se por várias cidades europeias.

8 Dorina de Gouvêa Nowill foi protagonista na formação do chamado “Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes”, em São Paulo.

9 Imperador do Brasil e defensor da educação para pessoas com deficiência, Dom Pedro II foi responsável pela fundação de instituições como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854) e o Instituto dos Surdos-Mudos.

10 Francês pioneiro na educação de pessoas cegas, fundou em 1784 o *Institut National des Jeunes Aveugles* em Paris.

6.2.2 Experiência e percepções gerais

A entrevista destaca a postura e o preparo das equipes, desafios enfrentados por profissionais com deficiência na área da cultura, e a existência de políticas públicas que visam a equidade, muitas vezes percebidas como pontuais em vez de estruturais. O ideal de um espaço cultural acessível é que seja democrático como um ambiente que acolhe todas as formas de acessibilidade e que conta com a participação ativa de pessoas com deficiência em sua gestão e planejamento.

Dídimo fala que sua relação com os espaços culturais se deu mais após ele se tornar um homem com deficiência, pois antes sua relação era pontual e mesmo após adquirir uma deficiência. Ele reflete que apenas utiliza a cultura como parte do ofício. “minha relação com os equipamentos culturais, elas sempre foram muito paradoxais, no sentido de que eu sempre frequentei muito pouco os equipamentos culturais. E além disso, sempre foi numa perspectiva de quando eu tive mais oportunidades, eu era uma pessoa sem deficiências aparentes”. Existe duas relações do interlocutor, uma sem deficiência, observando a dinâmica dos equipamentos de forma superficial e comumente e a outra como um agente com deficiência que, para se relacionar com a Cultura, precisa de interação com recursos.

O entrevistado chegou ao cineteatro para prestigiar o trabalho de uma amiga e por ser um homem com deficiência múltipla (física e visual) relata que deveria ter ao menos um equipamento de audiodescrição, caso que não aconteceu. O que ofertado a Dídimo foi apenas um espaço em frente ao palco:

Então, assim, com relação à audiodescrição, por mais que eu soubesse que tem instrumentos que podem mitigar isso no próprio equipamento, foi uma coisa assim tão de supetão. Eu não fui nem interessado em fazer uso desses equipamentos, né? Tinha ido prestigiar uma amiga. Eu acabei bem fazendo uso, mas tinha um espaço lá para pessoa com cadeira de rodas (DÍDIMO, 2025).

O equipamento precisa, independente da vontade dos usuários com deficiência, ter recursos de acessibilidade até mesmo para garantir o direito de escolha. Dídimo reconhece:

Um "avanço na lei de acessibilidade cultural e o plano também tá saindo", embora de forma morosa. Há uma preocupação maior com a "fruição" – não apenas estar presente, mas que pessoas com deficiência devem “contribuir” com esta Política, “que é necessário, né, que não é importante só estar no lugar, é importante fruir no lugar (DÍDIMO, 2025).

Ou seja, esta reflexão inquieta diretamente aos fazedores de Cultura, que os leva a se questionar: para quem fazemos Cultura?

Nadja, a segunda entrevistada, relata de sua relação com a Cultura. Ela teve pouco contato com espaços culturais devido à localidade e contexto familiar, mas depois começou a frequentá-los por interesse próprio e, mais recentemente, por trabalho.

A primeira vez que eu fui ali no espaço aberto foi no Dragão do Mar, no Centro Cultural do Dragão do Mar. A minha madrinha me levou para uma atividade com crianças. Até então eu não tinha muita noção. E aí com o tempo se passando, na escola a gente vai estudando um pouco, vai conhecendo, né, através das aulas de campo, os espaços. Então, eu lembro que eu cheguei a ir também no planetário (NADJA, 2025).

O fator geográfico, as condições econômicas, sociais, políticas e culturais, definem muitas vezes o perfil da pessoa com deficiência, não apenas sua deficiência, mas todo um contexto. Para pensar sobre democratização da Cultura em vários aspectos, inclusive intergeracionais, é preciso compreender a complexidade pela qual o fenômeno deficiência se correlaciona com a categoria pessoa e o meio ao qual se discute.

Ao se tornar adulta, ela adquire, nos equipamentos, uma relação aproximada com a Cultura:

A minha relação atualmente com o espaço de cultura também é de trabalho, mas já há algum tempo é de lazer. Então eu gosto bastante de frequentar a biblioteca, já frequentei, também, de modo bem particular, o cine teatro, na época, em família. para assistir a um filme e, às vezes, exposições com as amigas tem sido atualmente da minha rotina (NADJA, 2025).

A relação interpessoal de pessoas com e sem deficiência é algo muito comum e explica a máxima do termo “pessoa”, mas compreendendo que a interação deste movimento social com a Cultura requer estratégias, métodos e meios que a Política Cultural deve contemplar.

Nadja faz uma caracterização sua, quanto ao critério de acessibilidade arquitetônica:

Sou uma pessoa com deficiência física, eu tive paralisia cerebral e isso afetou o tendão da minha perna direita, ele é um pouco encurtado comparado à esquerda e isso causa uma alteração no meu caminhar. Então, a acessibilidade estrutural física, ela é fundamental para minha permanência no espaço (NADJA, 2025)

Através desta fala, a interlocutora faz críticas quanto ao meio arquitetônico da Cultura. Nadja levanta aspectos inquietantes, tais como:

Nem todos possuem elevadores, banheiros adaptados, assentos reservados, sinalização tátil. Para mim, é muito confortável quando eu encontro um local que tem ou elevador ou escada rolante, ou que o piso seja linear, não seja tão íngreme, não seja com buracos ou muitos obstáculos, batentes, enfim. não é tão comum encontrar em todos os lugares acessibilidade física e estrutural, pensando em espaços de cultura. Alguns têm, outros não. Eu acho que essa é uma pauta que precisa, de fato avançar, porque isso diz respeito à permanência das pessoas naquele local (NADJA, 2025).

A crítica à estrutura é pertinente, pois a Política Pública deve se planejar pensando nas múltiplas corporeidades que interagem no meio social e com esta há dimensões basilares a serem contempladas no meio físico. “Então, a minha interação, ela vai depender bastante do que o espaço me oferece”, ao buscar com isso, o pleno direito de ir e vir com dignidade.

Dorina, uma das interlocutoras, relata sua experiência na Cultura, que iniciou com o cinema:

Eu sempre gostei muito de cinema. Então, meu viés cultural mais cedo, digamos que foi frequentar o São Luís, ainda quando era só o cinema, o cinema dos *shoppings*. Enfim, eu venho do povo que gostava de cinema, assim, tipo, quando eu comecei a ir ao cinema, a gente, nós, cegos aqui de Fortaleza, a gente nem ouvia falar em audiodescrição, ninguém sabia nem o que diabo era audiodescrição (DORINA, 2025).

A Cultura e suas linguagens envolvem pessoas com e sem deficiência, muitas vezes com ou sem recursos de acessibilidade, pessoas com deficiência acessam pelo simples fato de fruir esta ou aquela linguagem, isso antes dos recursos chegarem até o conhecimento deste segmento social.

O apego de Dorina à música também a fez seguir este caminho: “Eu sempre gostei de tocar, então, por conta disso, acabava frequentando muitos locais que tinham shows (...)”. A relação social e familiar faz com que, por vezes, o meio influencie. “Meu pai vem de uma história longa com cinema. Meu avô era dono de cinema. Então, aprendi a gostar muito cedo e acho que é basicamente isso”. Trazendo aspectos hereditários que marcam ao longo de uma história. Dorina também destaca outros equipamentos que se envolve: “Eu frequento a biblioteca também desde muito cedo. E aí, museu, teatro, acho que os equipamentos que eu destacaria”. Sua interação entre estes espaços faz com que ela também trabalhe em alguns e com isso desenvolva mais propriedade para dialogar sobre os prós e contras.

Dorina também relata seu apego à leitura e literatura: “Então, tipo, o lance da biblioteca era muito atrelada a leitura, né? Eu ainda sou dos cegos que gostam de ler Braille. Então, o pegar o livro e levar o livro para ler, assim, é uma coisa que eu curto muito”. A interlocutora reflete sobre o poder libertador da leitura e também que pessoas cegas que leem

Braille, também, como pessoas enxergantes, têm a possibilidade de ampliar seu conhecimento e relação interpessoal.

Romeu, que é um artista multilinguagem e atua em vários espaços culturais, relata:

Principalmente com os centros culturais, que é onde eu mais trabalho, eu tenho mais conexão, trocas a partir das minhas apresentações na cidade de Fortaleza, no centro Dragão do Mar, na escola Porto Iracema e acho que acabo tendo contato com outros espaços como bibliotecas, por causa dos convites como artista para falar de acessibilidade (ROMEY, 2025).

Ele atuou diretamente na Política de Cultura, contribuindo com a acessibilidade. Sua atuação, Romeu (2025) descreve de forma ampla: “ali eu dava toda uma assessoria, não só para o núcleo gestor, mas para todos os espaços do centro cultural, que era ação cultural”. Seu trabalho foi de fundamental importância no campo da democratização do acesso.

Hellen apresenta seu perfil como uma mulher que gosta de Cultura e se envolveu mais com esta Política a partir do trabalho do marido: “também me aproximei mais ainda quando comecei a namorar com ele. Sempre gostei de viajar e, para mim, ir para qualquer cidade e não conhecer o museu, a história daquele local, é como se eu não tivesse viajado, e com a minha cidade não seria diferente” (HELLEN, 2025). Ela dialoga sobre sua relação com os equipamentos de Cultura.

A afetividade faz com que sua fruição seja algo marcante, sensação que transfere para a filha:

Hoje, estou um pouquinho mais afastada porque tenho uma filha pequena, mas já estou em outro processo de atividade cultural, que é inserir minha filha nisso. Então, além de eu ser usuária, estou levando minha criança para esse acesso, apesar dela não ser uma criança com deficiência (HELLEN, 2025).

A fala de Hellen demonstra, na Cultura, um espaço libertador e hereditário, até mesmo um direito inalienável. Ela fala sobre o acesso à Biblioteca Estadual do Ceará, destacando sua acessibilidade em relação ao acervo e atendimento:

Para mim, a acessibilidade é bem interessante. Tem um setor de leitura acessível com vários formatos de leitura, né, como fontes ampliadas, além de alguns computadores com acessibilidade sonora, leitor de tela. Então, eu considero que seja um local de fácil circulação. A maior parte dos profissionais são bem atenciosos, acessíveis, então essa parte é mais Ok (HELLEN, 2025).

A interlocutora relata sobre um aspecto em comum, que se trata do atendimento cordial para com ela, além de recursos voltados ao atendimento a pessoas cegas ou com baixa

visão”. Já Maria (2025) elogia os equipamentos como a Biblioteca e os Cucas, equipamentos culturais geridos pela prefeitura de Fortaleza, mas ela faz uma ressalva em relação à Bienal Internacional do Livro:

Na Bienal do Livro, que fui convidada para participar, eu senti que só ouve o painel para falar sobre Literatura e Acessibilidade por mera ‘obrigação’. E isso acontece. ‘Ah, temos que tratar sobre inclusão e acessibilidade no nosso evento, então fazemos algum momento e pronto’. Sendo que não é assim. Longe de ter sido desrespeitada em eventos como a Bienal, mas eu não fui totalmente apoiada e acolhida, como sempre acontece na BECE e nos Cucas (Cuca, significa Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, localizados na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará.). (MARIA, 2025).

Maria da Paz expõe algo que, para ela, é muito comum, o fato de que, para ser acessível, é preciso que pessoas com deficiência, ou tenham agendado para o local, ou já tenha predisposto que este segmento social faça parte do momento, mas, em sua opinião a acessibilidade na Cultura ainda não está naturalizada, apenas ocorre sob demanda, mesmo ela frisando que para além da deficiência: “Eu sou escritora, atriz e bailarina (...)”. A deficiência deve ser reconhecida como uma característica e não hierarquizada.

6.3 Diversas dimensões de acessibilidade: diálogos críticos

Neste momento, os interlocutores analisam as dimensões da acessibilidade no campo cultural e em específico nos equipamentos de Cultura. As contribuições chamam muito atenção, por exemplo, Dídimo (2025), em um primeiro momento, afirma que o campo cultural avançou bastante graças ao movimento de pessoas com deficiência e também pontua sobre o Plano Estadual de Acessibilidade Cultural, que a acessibilidade na Cultura “teve esse avanço na lei de acessibilidade cultural e o plano que também está saindo é meio moroso, mas tá saindo e assim meio moroso não significa ter baixa qualidade, porque só quem sabe é quem vivenciou a feitura” (DÍDIMO, 2025). Em outro momento, faz algumas observações relacionando à presença de pessoas com deficiência no campo cultural como fator de transformação.

Relata que “a acessibilidade física, ela é, ao mesmo tempo, o tendão de Aquiles e o que as pessoas pegam mais para fazer, as que são mais para gerar um somos acessíveis”, ou seja, em sua concepção, a acessibilidade física é a mais “aparente” e, com isso, ela se torna o “pedágio que a instituição paga para dizer que é acessível”, por esta questão que Dídimo aponta que esta dimensão deveria ser bem estruturada e ter uma atenção qualificada.

E a acessibilidade você não pode nivelar por cima, tudo que lhe é comum, você tem que nivelar por baixo, que é o mais perto de todos. Você não pode contar que todo mundo tenha cadeira motorizada, mas também não pode contar que a pessoa tem que, para sempre, ter que ser arrastada, nem é para ser arrastada, na verdade, mas é assim (DÍDIMO, 2025).

Para Dídimio (2025), a acessibilidade requer autonomia e ainda está distante devido a questões de inacessibilidade ou até mesmo de intervenções estruturais, como ele cita o exemplo do banheiro de um espaço cultural que visitou: “na pia, a torneira é de pressão, mas não é de pressão aquela de bater, a de pressão de você baixar uma alavanca e aí ela não contempla uma pessoa que tem fraqueza de membro por um AVC, por exemplo”, para o interlocutor, as gestões ainda não conceberam a acessibilidade como algo natural da política.

Segundo ele, na aparência, o espaço é elogiado por ter uma média de 70% de acessibilidade, mas, na prática, quando pessoas com deficiência buscam a efetividade nas dimensões, se deparam com barreiras, pois o que deveria ser garantido, não está feito ou está pela metade.

A pessoa com deficiência precisa pedir ajuda. Aí reforça o estigma de que ela é uma pessoa por fazer, uma pessoa inacabada. A gente volta lá pro biomédico. Esse paradigma é vivo até hoje, porque as pessoas não fazem a acessibilidade a contento.” As deficiências se tornam falta, quando a acessibilidade não existe de fato (DÍDIMO, 2025).

Outro exemplo que Dídimio traz se refere à sinalização, que em sua concepção há dois aspectos que precisam ser destacados:

Um deles se refere ao piso tátil não perceptível e outra que concerne à sinalização vertical em Braille, que indica locais como salas banheiros etc., porque, se tem, não é de muito fácil acesso, as marcações em Braille nas salas de equipamento. Porque elas são verticais, porque elas têm uma altura que não é confortável, porque se eu, enquanto deficiente visual, for fazer a leitura de uma porta, esse é o canto que eu tenho aqui que provavelmente vou ficar na passagem de alguém que vai só querer entrar (DÍDIMO, 2025).

Por uma questão de organização na sinalização tátil, a acessibilidade pode deixar de ser uma condição para se tornar uma barreira, dependendo de quem a manuseie.

O interlocutor atenta para a não participação das pessoas com deficiência na estruturação da acessibilidade nos equipamentos, seja arquitetônica, programática ou de planejamento e cita como se o termo pessoa com deficiência elevasse a deficiência e deslegitimasse a pessoa, que tem propriedade para contribuir. O ponto crucial se dá na participação, pois o segmento social pode contribuir para o melhoramento das intervenções ou ações do poder público.

Mas a grande parte das vezes as pessoas com deficiência não são chamadas para ajudar na feitura das coisas, não são consultadas, quando são, não são respeitadas porque ainda tem aquela coisa, tipo ‘Você é uma pessoa com deficiência e a outra pessoa arquiteta indicada pelo governador (DÍDIMO, 2025).

Em sua opinião, acessibilidade “é para estar lá e você usa se quiser, não para você pedir”. Ele faz esta crítica, pois afirma que muitas vezes é tratada como um favor. Ao tratar sobre mobilidade, ele relata sobre a inacessibilidade de equipamentos que não tem mesa acessível para cadeira de rodas, portas sem sinalização visível para pessoas com baixa visão.

Portas muito pesadas e muito invisíveis. Às vezes, você vai abrir a porta e já está aberta, aí você é enganado. Tem outra porta que volta sozinha porque tem aquela paradinha de fechar e ela é muito ruim, porque, como sou cadeirante, tenho que abrir a porta, deixá-la aberta, tirar a mão e passar enquanto ela volta (DÍDIMO, 2025).

Dídimo (2025), utiliza a metáfora “quase um ‘Cirque du Soleil’ e “um estratagema”, isso o constrange muito, pelo fato de que precisa sempre que alguém segure a porta para ele passar. Em sua fala, afirma que, de tanto acontecer, se torna algo natural o que não deveria ser. E que, de tanto lutar, acaba entregando para o campo sagrado, porque acredita que nas relações sociais isto já é pauta vencida, porém utiliza a frase adversativa: “mas a gente milita, né!?”, persistindo que em algum momento remoto será uma pauta conquistada.

Outro aspecto abordado foi em relação à acessibilidade comunicacional. Dídimo avalia a comunicação dos equipamentos com nota 6, pois considera que ainda é insuficiente. Menciona que ele próprio desenvolveu "atalhos" ou "caminhos das pedras" para navegar em *sites* inacessíveis, como copiar imagens para obter descrições, o que demonstra a falta de autonomia, opções de diversidade na acessibilidade. Indica a possibilidade de uma comunicação mais "radiofônica" e o uso de QR Codes para arquivos em áudio. Enfatiza que "um método de acessibilidade não anula o outro, você tem que fazer uso daqueles que tem e vão servir para alguém. Acessibilidade, quanto mais melhor." (DÍDIMO, 2025).

Em sua concepção, a Cultura deu um salto significativo no campo da Libras, sendo marcante a presença de intérpretes em vários eventos, tendo ou não a presença de pessoas surdas sinalizantes. Além da Libras, observa uma predominância da acessibilidade para pessoas com deficiência motora. Caso haja diminuição de recurso, a Libras é a primeira a ser cortada em eventos com limitações, enquanto a acessibilidade motora prevalece por ser mais fácil de implementar. Conclui que "quando a acessibilidade é bem-feita, as deficiências são percebidas, que bacana!". Esta última reflexão alcança o cerne da pluralidade.

Nadja (2025) , dialogando sobre acessibilidade arquitetônica, relata: “Então, se eu chego num local que de cara eu me deparo com uma boa estrutura, eu minimamente vou me sentir confortável de estar, quando não, acaba que eu, penso que limita a experiência da pessoa até a ponto de repensar se eu volto ou não volto.” A estrutura física, arquitetônica ou predial de um espaço cultural pode ser um lugar acolhedor e convidativo, ou, ao mesmo tempo, um espaço exclusivista e segregador e a dimensão estrutural tem forte impacto sobre esta definição.

A interlocutora também cita o uso de cadeira de rodas para pessoas com mobilidade reduzida, como andantes com alguma especificidade que necessite desta tecnologia. “É confortável para mim, por exemplo, também, por mais que eu não seja uma pessoa que utilize cadeira de rodas a todo instante, quando são trajetos muito longos, então tudo que é mais plano, tudo que é mais reto me deixa mais confortável ao caminhar ou quando eu preciso me apoiar em algo, a depender do espaço”. O fazer Cultural não se fixa apenas em linguagens, mas em toda estrutura que envolve o ser humano com suas diversas corporeidades.

Em relação à acessibilidade comunicacional e informacional, Nadja responde que quase não percebe esta dimensão nos informativos: “se eu for pegar aqui as redes sociais das casas de cultura, dificilmente a gente vê demarcado o uso da audiodescrição dos *posts* e a indicação do tipo de acessibilidade que vai ter no evento.” Os recursos de comunicação devem compor a peça publicitária, seja em vídeo, áudio ou impressa, com a finalidade de alcançar ao máximo de pessoas.

Tal qual Dídimo, Nadja reconhece o espaço que a Libras vem conquistando na Cultura e faz o contraponto: “Mas também acho que os outros tipos de acessibilidade precisam estar mais evidentes”. Observando, assim, que a acessibilidade não pode vir fatiada, mas sua função primordial é a garantia de direitos a todas as pessoas diferentes e divergentes.

As equipes de comunicação, além de acessibilizar o formato, precisam atualizar seus conceitos sobre o movimento de pessoas com deficiência. Com isso, Nadja (2025) reflete: “Às vezes, a gente encontra erros que, pra gente, pessoas com deficiência, que estão nesse contexto de trabalhar com acessibilidade, são mínimos. Tem termos que já não se usam mais e como que você vai querer comunicar se você não se atualiza em relação aos termos?”. Como qualquer outro movimento social, o de pessoas com deficiência também se transforma e se autoavalia, cabendo ser acompanhado pela ciência e dinâmica social. Para concluir seu raciocínio, Nadja faz a seguinte reflexão estética:

Eu acho que falta a gente pensar mais com o que a gente pode qualificar o uso desses recursos dentro das apresentações e dentro dos eventos e sempre contando com a comunidade surda, enfim, com a comunidade de pessoas com deficiência, porque às vezes a gente que também é profissional acaba ouvindo, vivendo o tipo de: comentário para que eu vou colocar se as pessoas com deficiência não chegam aqui? Mas não tem que ser sobre isso assim. como o português está lá e enquanto língua e você entende que as pessoas vão chegar, a Libras enquanto língua ou os recursos de acessibilidade precisam estar, porque as pessoas podem chegar se forem no interesse das pessoas, mas a acessibilidade precisa estar garantida. Então, acho que essa ideia precisa ser cada vez mais fomentada (NADJA, 2025).

A incorporação dos recursos de acessibilidade nas linguagens e na atuação dos profissionais da Política de Cultura são a utopia que o movimento de pessoas com deficiência visa alcançar. A recepção e o atendimento em libras, para além do português, a audiodescrição como caracterização do atendimento e a linguagem simples como forma de equidade, componentes fundantes na Cultura e para ela. Ao considerar estes fatores que Nadja reconhece a diversidade na Cultura um desafio e remonta seus argumentos no que foi relatado.

E eu volto lá pro que eu falei no começo, porque a gente sabe que tudo conta. assim, desde a possibilidade da mobilidade, da acessibilidade urbana, ou seja, seu trajeto até chegar ao local, a forma como você é recebido. Essa acessibilidade que a gente utiliza atitudinal e os recursos de acessibilidade disponíveis. Então, eu não sei se eu tô sendo muito pessimista, mas eu realmente acredito que falta essa diversidade de entender que é possível assim para todas as pessoas (NADJA, 2025).

Dorina pontua a questão da acessibilidade arquitetônica nos equipamentos. Para ela, a acessibilidade física no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC) é inadequada, segundo a interlocutora “o lance da acessibilidade física do Dragão, a meu ver, ela é ruim. Ruim em que sentido? Por exemplo, essa pedra portuguesa, que agora está nesse rolê da reforma da Praça Verde e de toda a parte de baixo para tirar a pedra portuguesa.”

Dorina (2025) continua sua explanação e exemplifica ao falar sobre a experiência de um colega cadeirante que ministrou uma formação no equipamento: “(...) brincou uma vez que ele veio dar uma formação no Dragão do Mar, ele teve que subir pela rampa e a rampa é de pedra portuguesa e aí ele falou assim: ‘Cara, para chegar aqui a gente faz cadeira Cross’. E, assim, essa brincadeira me marcou”. A forma irônica de se brincar dizendo a verdade é uma forma velada de criticar, pois o humor tem sua parcela de verdade e busca levar à reflexão.

Sua observação também perpassa este equipamento, enfocando o piso tátil “por exemplo, o piso tátil do Dragão, de dentro do Dragão, na parte em cima, onde a cerâmica, não sei que tipo de piso é, acho que é granito, o piso é colocado. o piso tátil, é perfeito, funciona super bem.” O elogio se destaca pela qualidade do material e a superfície a qual ele é implantado.

Em outro momento, critica o piso na calçada:

Quando a gente desce pra parte de baixo, onde tem os bares, onde tem a praça verde, se você me desce, você encontra, eu não acho o piso lá embaixo assim, porque a meu ver, obviamente que se você procurar muito, você vai encontrar um piso direcional, pelo menos, mas é muito ruim de perceber porque a pedra portuguesa confunde muito com o piso (DORINA, 2025).

A acessibilidade não precisa ser só vista, também precisa ser sentida, percebida e acessada. Dorina trouxe outra barreira que se aponta, a não manutenção do elevador: “elevador funcionando, mas ele funciona e quebra. Funciona e quebra, assim é uma rotina”. Como pessoas com mobilidade reduzida, cadeirantes, grávidas, ou pessoas com deficiência física poderão acessar se caso este recurso não efetivar sua estabilidade?

Outro equipamento visado é o teatro do Dragão do Mar, que na perspectiva de Dorina, não é acessível:

Porque, por exemplo, se você for usuário de cadeira de rodas, você só tem espaço para sentar em um local específico, né? Você não pode escolher onde você quer ficar. O palco não tem plataforma elevatória e não tem rampa, né? São degraus bem ruins, inclusive, assim, bem estreitos. E o camarim é no andar superior e só tem escada. Então, quando você frequenta o lugar como artista, como produtor, enfim, você não tem acesso, né? Enfim, não é possível. Impedimentos como este afasta a presença de possíveis usuários com deficiência (DORINA, 2025).

O Dragão do Mar sempre passa por reformas, cabe rever algumas estruturas para realizar adaptação razoável, no intuito de ampliar o acesso. Nesse intuito, a interlocutora, apesar de todas estas citações, vê melhorias: “Assim, eu vejo que a acessibilidade melhorou bastante, porque piso tátil, por exemplo, eu acho Ok, assim, não acho ruim. E os problemas de sinalização, eu acho que são comuns em todos os equipamentos grandes”. Nesta fala, ela faz uma reflexão: “sinalização em Braille, a gente sempre volta para aquela questão, como é que a pessoa vai encontrar o Braille, como é que ela vai saber que ele tá ali? Então, esse lance da sinalização é complicado, tem, mas a pessoa, às vezes, não consegue usar porque nem sabe que tem.” Por esta questão, que é imprescindível a participação de pessoas com deficiência, qualificadas no assunto para poder contribuir, porque, às vezes, mais é menos.

Dorina fala acerca do Museu de Arte Contemporânea (MAC), ela afirma que em seu interior a acessibilidade é razoável, mas que o único elevador de acesso é o elevador de carga; já no Museu da Cultura Cearense (MCC) cadeirantes reclamam porque as rampas são longas e tem dificuldade na locomoção da cadeirante de rodas, tendo que “dar um puxão” na roda para ela travar. Para ela, a única melhoria no cinema seria “colocar piso tátil na parte

interna, por causa que lá tem duas salas e a pessoa cega poderia se localizar entre primeira e segunda.

Em relação à Biblioteca Pública Estadual do Ceará, ela não tem queixas, “desde quando reformaram. Desde que instalaram o elevador também, o elevador é OK, tem o sistema de voz ativado (...)”. A reestruturação da Biblioteca contou com inovações no campo da acessibilidade, muito melhor em relação à diversidade no acervo e nos serviços. Tal qual Dídimo, Dorina critica os moldes e modelos de portas nos equipamentos

Por exemplo, no Dragão, na maioria dos equipamentos, como eu coloquei, as maçanetas da porta, elas são redondas, né? Não são barra, são redondinhas. Assim como as da BIBS também, né? Tem muitas portas de vidro que são como as com maçanetas redondas, os puxadores. O Cineteatro São Luís, eu acho que o complexo da acessibilidade do Cineteatro São Luís penso que seja mais o entorno. Então, é necessário entender as especificidades internas nos equipamentos e fazer uma lista do que precisa melhorar e ativar a intervenção.

No que tange à acessibilidade comunicacional ou informacional, ela traz a inacessibilidade nos *sites* do governo e a responsabilização do indivíduo com deficiência, “Só que aí é aquela coisa, se a gente souber fazer, a gente faz, se a gente não souber fazer, a gente fica no vácuo”. Ela, tal qual Dídimo, aborda sobre as redes sociais: “Quando a gente fala a nível de Instagram, eu acho que é um pouco complexo, porque, assim, muita coisa que não é acessível no Instagram, ela não é acessível porque ela não é de fato, tipo, não é o equipamento que vai tornar o Instagram acessível”. “Só se for a Meta.”

Como exemplo, ela usa o *Sympla* e, para ela, o site é inacessível. Tal qual Dídimo relata, há determinadas plataformas que não valem nem acessar, pois suas barreiras já nascem desde o princípio, Dorina cita o caso do *Instagram*. Outra barreira digital aparece nos *sites*, Dorina comenta: “Aí você pode perguntar: Ah, são sites impossíveis de navegar? Não, não são impossíveis, né? você que é uma pessoa com baixa visão, sabe que nós, pessoas com deficiência visual, a gente acaba fazendo as nossas muletas para conseguir acessar uma coisa ou outra”. Ela dá o nome de “muletas” ao malabarismo que pessoas com deficiência visual fazem para acessar, com um pouco de segurança, sites que são cheios de poluição visual, informações exacerbadas ou não são intuitivos para um leitor de tela, que auxilia pessoas com deficiência visual.

Dorina traz estas críticas ao campo digital, pelo fato dela trabalhar com teste em *sites* do governo: “por, hoje em dia, trabalhar também com teste de *software*, quando eu abro a boca para dizer que eu não consigo, eu já testei no computador, já testei com *iPhone*, já testei com *Android*, né? Então, assim, acho que precisa, sim, dar uma investida pesada na melhoria da acessibilidade dos *sites*.” Segundo ela e conforme Dídimo e Nadja, é imprescindível a participação de pessoas com deficiência nesta atividade, pois só quem poderá validar esta

acessibilidade são pessoas que a utilizam. Um exemplo que a interlocutora responsabiliza as Assessorias de Comunicação é no caso da não continuidade nos textos alternativos. Na mesma linha de Nadja, relata sobre a estética nos trabalhos dos equipamentos, envolvendo recursos e serviços de acessibilidade no contexto geral do produto:

Por exemplo, o uso de texto alternativo, a gente vê que hoje em dia a maioria dos equipamentos usam, mas o que acontece? eu sinto de certa forma que não há uma continuidade. Tipo, tu faz uma postagem hoje, aí tu coloca o texto alternativo, bota lá a descrição bonitinho, aí tu faz outra postagem amanhã e tu tava apressado para postar, aí tu não bota, aí tu faz outra, não bota. Faz outra, bota e fica nesse ciclo. Assim, eu acho que deveria sim ter mais atenção e mais cobrança mesmo no sentido de tudo que for postado com acessibilidade, Seja postado com acessibilidade, seja ela com texto alternativo, seja ela com janela de Libras, enfim, com tudo que é para ser.

Como demonstrado no gráfico do segmento anterior, a acessibilidade de forma pontual é algo muito comum, mas um paradoxo à proposta da Lei Orgânica da Cultura, que reconhece a acessibilidade como uma diretriz. No caso do material de divulgação, ela exalta a produção em Braille de divulgação, feita pelos equipamentos, mas coloca em xeque um pensamento inerente ao ser humano:

No caso de nós, cegos, a gente sempre vê é material em Braille, enfim, disponibilizado. Aí a gente entra na outra questão: Nem todo cego é usuário de Braille, nem todo cego sabe Braille. Então eu ainda sinto um pouco de falta nos equipamentos. Sei que tá melhorando, sei que tá avançando, mas ainda sinto um pouco de falta da disponibilização de *QR Code*, de NFC, enfim, que disponibilize esse mesmo material que tem em Braille em áudio. E eu não me refiro ao audiodescrição, estou me referindo o mesmo material de divulgação de apresentação do equipamento.

Há uma complexidade na diversidade, inclusive no campo de pessoas com deficiência, por isso, a participação ativa destes sujeitos no processo criativo é primordial. A concepção de uma acessibilidade integrada: “sinto falta da acessibilidade integrada mesmo, sabe, com AD, com janelas de Libras, com tudo que é necessário.” Realizando, assim, um composto de profissionais que se unem para a universalização da arte.

Dorina divide os eventos em síncronos e assíncronos, dando mais ênfase ao primeiro e dá exemplos:

Quando são eventos que estão acontecendo no momento, os síncronos, eu noto que essa divulgação ela é feita de uma maneira melhor. Tipo, quando a gente chega, por exemplo, para ver um espetáculo no teatro e tem audiodescrição, mesmo que a gente não saiba que tem, quando a gente chega na recepção, já vem o receptivo: "Oi, fulano tal, boa noite. A gente tem audiodescrição disponível, você quer usar?". Janelas de Libras, vejo sempre a divulgação dos intérpretes muito pesada, massiva assim, de ter intérprete. Eu vejo muita divulgação, o uso de legendas, aí acho que seria mais especificamente dos assíncronos.

Apesar dos percalços, Dorina percebe a transformação da Cultura e sua atenção para a acessibilidade: “se a gente volta cinco anos atrás, deu uma avançada bacana, mas eu acho que ainda tem muito caminho a percorrer. Mas eu noto o avanço. Não sou hipócrita de dizer que não reconheço esse avanço. Super noto, acho massa, mas acho que ainda tem muita água embaixo da ponte.” A partir desta fala, é reconhecida a dimensão dialética da Política, com o saber que nunca será algo pronto, acabado e sempre passível de críticas.

No âmbito da acessibilidade programática, ela chama a atenção para as atividades culturais voltadas a grupos específicos “a gente vê que as ações continuam sendo feitas assim, né? Se é uma programação para surdo, é para surdo. Se é uma programação para cego, é para cego. Se é uma programação, sei lá, para pessoas que têm transtorno do espectro autista, é para esse público específico e por aí vai.” Sua proposta é ampliar e democratizar o espaço: “por exemplo, uma programação de uma pauta que tá discutindo racialidade, então, de repente, as pessoas ‘só entram nessa pauta quem vai discutir esse tipo’, não quer dizer que não existe um cego, um cego negro, um cego branco, um cego amarelo, enfim, né?”. Assim, é o lance de agregar as minorias. Eu sinto falta dessa troca, dessa interação entre esses públicos. Um ponto muito debatido no movimento de pessoas com deficiência, se trata da interseccionalidade, assunto abordado nos segmentos anteriores e que repercutem por pessoas com deficiência que são produtos do meio e fazem parte de uma sociedade heterogênea.

Romeu, dialogando sobre acessibilidade arquitetônica, relata sua característica corporal: “na minha vivência como pessoa com deficiência física, eu tenho uma deficiência, uso muletas e sou amputado. Com a perna direita é essa percepção, eu tenho que estar bem mais atento, porque a minha deficiência, às vezes, me permite subir uma escada ou subir uma rampa longa, prolongada, não tão adaptada assim.” A partir de sua apresentação, ele faz críticas em relação a barreiras: que encontra em equipamentos públicos de cultura: “um elevador apenas para todo aquele espaço, então a distância entre a entrada e o elevador era muito longa, o não ter muitos elevadores ou plataformas já dificulta a mobilidade da pessoa com deficiência”. Neste caso, o interlocutor traz uma experiência como artista que vai se apresentar no equipamento e minimamente precisa do seu direito de ir e vir garantido.

Em relação ao ambiente de higiene sanitário, ele faz a seguinte ponderação:

Os banheiros precisam de uma revisão, mudança, adaptação para cadeirantes, não só cadeirantes, mas pensar que tipos de cadeiras de rodas, que tipos de aparelhos essas pessoas usam para realmente avaliar e construir espaços amplos, para o acesso aos sanitários, aos mictórios, à pia, então toda a parte arquitetônica que os detalhes arquitetônicos para realmente um banheiro adaptado e acessível.

Esta é uma reivindicação justa e humana, pois a Política Pública deve ser pensada a partir da diversidade de corpos, inclusive para a construção de um equipamento de Cultura que visa atender pessoas sem restrição. Por falar neste ponto, Romeu destaca uma questão crucial sobre cadeirantes no cinema:

(...) quando eu estive de cadeira de rodas há um ano e meio, eu passei uns meses na frente da tela, Então eu lembro de ter sentido muito incômodo e muita dor de cabeça, Mesmo usando óculos, mas a aproximação que eu tive da tela durante tantos dias e tantas horas, porque durava 3 horas mais ou menos a mostra de filmes. eu não tinha opção naquele espaço todo como pessoa cadeirante, tanto quanto uma pessoa não deve ter de opções de assentos e de distâncias a escolher.

Ao projetar os equipamentos de Cultura, gestores precisam se abrir para intervenções e possíveis mudanças de paradigmas, não apenas de estrutura física, mas também de relação social que envolva os diferentes tipos de públicos, exclusivos, ou inclusivos, juntos com os iguais ou com os diferentes. Com isso, o acesso à informação é primordial, todas as pessoas devem ser informadas pela plataforma a qual elas podem acessar. Quanto a isso, Romeu afirma que as Secretarias de Cultura do Estado e a de Fortaleza têm melhorado bastante, porém ele enfatiza a fala na divulgação em libras e audiodescrição. Segundo ele, houve um avanço significativo a partir destes recursos.

Bom, os bons principais desafios que enfrento com profissional, artista ou produtor com deficiência e espaços são as próprias pessoas, muitas vezes gestores e profissionais que estão na gestão desses espaços. na minha prática ou na minha ação de ter que convencer e falar do mesmo ponto sempre, né? Eu acho que tem espaço, tem fortaleza em que eu talvez tenha participado de cinco formações já de 2022 para cá. Então, em 3 anos, esse espaço já teve formação, palestra, conversa, eventos em que artistas e gestores defes estiveram, falaram, né, disseram como e o que se pode fazer, o que se pode e como fazer. E não há uma disponibilidade dessas pessoas para realmente brigar, né, e conquistar essas mudanças que as pessoas com deficiência reivindicam. Agora, também ela vai virar sempre uma suposição, parece, sabe?

Romeu relata sobre gestores e afirma que já ministrou formações e não teve retorno, pensa tal qual Nadja, que será muito difícil vencer uma estrutura preconceituosa, mas reforça participação na luta.

Hellen começa referenciando a acessibilidade física a partir de suas visitas à Biblioteca Estadual do Ceará: “bem interessante. Tem um setor de leitura acessível com vários formatos de leitura, né, tanto para ele quanto fontes ampliadas. Tem alguns computadores que têm acessibilidade sonora, leitor de tela. Então, eu considero que seja um local de fácil circulação”. Ela envolve várias dimensões e compreende a concretude deste equipamento como uma máxima da condição estrutural, mas também traz um exemplo de barreira arquitetônica:

Dando um exemplo aqui o Teatro José de Alencar. Eu acho um pouco difícil o Porto talvez uma estrutura arquitetônica antiga. Então, tem suas limitações, mas eu já acho difícil de transitar. O cinema do dragão dentro é acessível, porém, até chegar lá também necessito de auxílio. Então, tudo que eu observo como pessoa com deficiência, que acessa a cultura, que não me permite fazer isso de forma 100% autônoma, é o mais próximo desse quantidade Para mim tem barreiras consideráveis (DORINA, 2025).

Uma unidade da crítica realizada pelos sujeitos e sujeitas entrevistados foi relacionado às ações pontuais de audiodescrição nas imagens digitais.

Exemplo, numa rede social, a divulgação de atividades culturais de forma acessível só acontece quando elas são voltadas especificamente pro público de pessoas com deficiência. Se se acontece algum evento lá que o público-alvo seja esse, aí eles fazem peças bem, com bastante cuidado com acessibilidade. Só que o não é o ideal. O ideal é que nós com deficiência, possamos acessar qualquer atividade cultural, seja ela voltada para gente ou para o público em geral. E aí a gente acaba tendo que usar a inteligência artificial, usar acessibilidade fornecida pela própria meta, que não é o ideal, pelo contrário, é muito rasa, muito limitada, então acaba não ajudando (DORINA, 2025).

Mais uma vez, é reforçada a máxima de que acessibilidade não deve ser só pra um grupo específico, mas para todas as pessoas. Ela faz a crítica ao trabalho de audiodescritores que é feita sem técnica . “Eu percebo que existe uma preocupação maior com a acessibilidade nos eventos, mas ainda sinto um certo despreparo da equipe que é contratada pro serviço.”, ela conclui. Em relação à acessibilidade programática, ela ainda não é a ideal, pois segue seu raciocínio na mesma linha de Dorina, que relata sobre segregação de grupos, ao invés de espelhar a multiplicidade das diferenças que há na sociedade, mesmo assim, pondera:

Vejo muito evento, por exemplo, um evento para a comunidade surda, um evento para a comunidade neurodivergente, para os cegos. E eu entendo que talvez isso aconteça por conta das questões de acessibilidade, mas acho que a gente precisa de um evento onde toda a acessibilidade seja contemplada, de maneira que nós possamos estar juntos no mesmo evento, desfrutando daquela mesma atividade cultural (DORINA, 2025).

A contemplação dos corpos divergentes num espaço normativo acontece de forma paulatina à medida em que várias camadas da sociedade vão se diluindo e ao mesmo tempo, o movimento de pessoas com deficiência vai ocupando espaços antes ditos impossíveis. Com esta concepção, ela afirma em muitas melhoras, inclusive nos recursos de acessibilidade, mas também com o contraponto que o direito de escolha das pessoas com deficiência visual ainda é escasso, pelo fato de nem todo cinema ter acessibilidade para o público cego fazendo com que a segregação, anteriormente citada, aconteça com frequência.

Maria expõe a acessibilidade arquitetônica nos equipamentos que já frequentou como ótimas. Elogia rampas, pisos táteis e também o desenvolvimento da acessibilidade na Cultura no decorrer dos anos.

Nas atividades que produzi, pensei nos tipos de acessibilidade necessárias e os espaços deram todo o suporte. Tudo bem tranquilo e dialogado. Na BECE, o atendimento é excelente, todos que trabalham lá têm um ótimo preparo em relação à acessibilidade sejam esses espaços, a falta de acessibilidade impera e não só a estrutural, que é a mais comum (MARIA, 2025).

Mesmo sendo específica em alguns equipamentos, ela percebe barreiras que a impediriam mais do que a arquitetônica: “pois, muitas vezes, o acolhimento e apoio daqueles que fazem os espaços é tão ou mais importante do que a estrutura do equipamento.”. Para ela, os equipamentos que visitou ou atuou são acessíveis. Em relação à programação e sua divulgação, ela não vê desafios, pois como afirma “minha deficiência é física”. Uma fala precisa ser destacada: “Sempre que necessário há Libras, audiodescrição e todos os recursos pertinentes para cada evento.”

O “sempre que necessário”, demonstra que equipamentos buscam acessibilidade caso seja direcionado a pessoas com deficiência, enquanto a Política precisa ser plural e diversa.

6.4 Produção, Atuação, Fruição e Trabalho

Dídimo (2025) atua nas tomadas de decisão em seu trabalho. No caso, ele faz parte da curadoria na escolha e aquisição do acervo, sua parte é bem específica: “compra de acervo e tem que ter um cuidado para obras acessíveis. Acessíveis e que falam de acessibilidade. E quando elas são falam de acessibilidade, ou são acessíveis ou são obras feitas por pessoas com deficiência, é muito massa.”

O relato apresenta sua percepção sobre acessibilidade não apenas para a oportunidade da leitora ou leitor com deficiência sensorial, mas para todas as pessoas que têm vontade de conhecer acerca do fenômeno. Um tópico interessante é que ele chama pessoas com deficiência de “prossumidores”, ou seja, são pessoas que produzem e ao mesmo tempo consomem produções e, a este público, também é devido o mesmo respeito que os demais.

No quesito evento, o interlocutor aborda que pessoas com deficiência não devem ficar restritas ao tema acessibilidade, mas, caso tenham *expertise*, que possam dialogar sobre qualquer assunto em sua função. Dídimo apresenta estas possibilidades: “quando a gente tem

essa possibilidade de mostrar pessoas com deficiência, falando de psicologia, falando de educação sexual, fala de futebol, fala de filme, dentre outras coisas, é muito mais interessante, porque o próprio olhar dessas pessoas já olha por outro ângulo.”

Garantir condições e oportunidades dentro do princípio da cidadania é o primeiro passo para emancipar um movimento social minorizado. Ele conclui dizendo que outra de suas funções, pensando nas pessoas com deficiência no espaço cultural, é o cuidado com o evento, que varia desde o planejamento, com os recursos de acessibilidade, à execução, com o acompanhamento do público e a avaliação, após a realização da atividade.

Nadja atua no seu espaço de trabalho, “tensionando, pois afirma que não há uma ‘pílula mágica’ ao se trabalhar com acessibilidade na produção e formação. Nesta fala, ela traz um exemplo:

Eu não tenho a vivência, por exemplo, de uma pessoa com deficiência visual. Não vou saber responder ao público pois essa é uma outra vivência. Pensando também essa diversidade pública. Então, a minha participação nessa construção tem sido tensionar e tentar ali colaborar de alguma forma para que as programações sejam mais acessíveis, sejam possíveis a todos os públicos. Pensando nessa construção, essa atividade, tenho batido muito na tecla e inspirada, claro, por outros artistas surdos e de, enfim, vários debates, no sentido de que se a programação ela é aberta, de 10 da manhã a 8 da noite para pessoas ouvintes, por que para a pessoa surda só é aberta em um determinado horário? Então, são construções como essa, são sentidos como esse que a gente também tenta ali engatar. em nossa produção, é importante também pensar o protagonismo das pessoas com deficiência (DÍDIMO, 2025).

Como afirma Dídimo, a pessoa com deficiência não sendo só fruidora, mas alguém que também faz parte do campo criativo. Com isso, Nadja, em sua experiência define acessibilidade como: “seja entendido como algo coletivo, uma responsabilidade não só de X, de B ou de Z, porque trabalha com isso, mas uma responsabilidade coletiva.” Afinal de contas, pessoas com deficiência vivem em sociedade e fazem parte de ações e decisões de um coletivo.

Dorina atua “com a consultoria na descrição e com o eixo de formação e pesquisa. E, por conta de trabalhar muito próximo da pesquisa, a gente acaba escrevendo e produzindo, por exemplo, um plano de mediação acessível, como fazer para que a minha mediação dentro do museu se torne acessível.” Com este perfil, sua atuação desenvolve acessibilidade, cultura e atendimento digno em várias camadas.

Ela articula, junto ao equipamento de Cultura, a participação de entidades de pessoas com deficiência para o acesso e a fruição nestes equipamentos. Sua defesa no paradigma da pluralidade se dá também pelo trabalho de mediação que faz, com isso defende o atendimento de grupos diferentes, mas juntos. “a galera do AE e traz a galera do primeiro ano, segundo ano, terceiro ano. Então a gente acaba trazendo todo mundo junto e misturado. A gente

tem trabalhado muito para que as nossas mediações sejam construídas em cima disso, de trazer esse povo tudo junto, misturado, para que possa usufruir da mesma coisa.” Conclui com a perspectiva de unidade e reconhecimento das especificidades.

Romeu atuou por anos como coordenador de acessibilidade em um equipamento cultural de Fortaleza e hoje produz, dirige, palestra, atua e escreve sobre o que chama de “Cultura def.”. Atualmente, cursa doutorado e se apresenta nos espaços artísticos nacionalmente.

Hellen promove intervenções e articulações através de mobilização de coletivos de pessoas com deficiência, juntamente com a Célula de Acessibilidade da Secretaria de Cultura do Ceará, além de frequentar vários equipamentos de Cultura; Maria também é fruidora, escritora, bailarina, atriz e atua em equipamentos. A diversidade na atenção deste coletivo para o campo de uma Política cultural mais ampla é fundamental, a partir de suas percepções e concretudes.

6.5 Políticas e Práticas

Os interlocutores destacam a Política de Cultura como um instrumento estratégico para qualificar e fortalecer suas lutas. Ainda que apresentem críticas, suas ações visam transformar os espaços culturais existentes, promovendo maior interação e acessibilidade.

Dídimo (2025), por exemplo, atua na curadoria de livros e propõe uma concepção mais profunda da Política de Acessibilidade Cultural. Para ele, tornar um evento acessível não configura, por si só, uma política pública, mas um dever da Secretaria de Cultura. Uma política efetiva, segundo seu entendimento, envolveria ações afirmativas, como a realização de exposições exclusivamente com artistas com deficiência — o que garantiria visibilidade — e a equiparação do acesso a livros em Braille, permitindo que pessoas cegas possam retirar a mesma quantidade de volumes que leitores de livros em tinta. No campo do trabalho e do emprego, defende cotas para atividades, profissionais e programas, entendendo que isso valoriza o profissional com deficiência e o torna imprescindível. Sua metáfora reforça que a acessibilidade deve estar presente em "todos os capítulos" de um livro, e não apenas na introdução, de modo que a presença de pessoas com deficiência se torne natural e a política de cotas, futuramente, desnecessária.

Nadja (2025), por sua vez, atua no campo da formação e destaca tanto ações formativas acessíveis quanto formações sobre acessibilidade. Reconhece avanços e esforços nesse campo, citando o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) como uma experiência promissora. No entanto, questiona o comprometimento de outros equipamentos culturais. Para ela, a política de acessibilidade precisa ser mais "lúcida, documentada, visível, transparente e palpável".

Dorina (2025) contribui com a produção de materiais acessíveis em diversos formatos e com ações em museus. Atua na curadoria e na formação de equipes, especialmente nos setores educativos, além de participar da articulação e mobilização de públicos diversos. Considera um equipamento específico, um exemplo positivo, por adotar uma política de acessibilidade bem estruturada, em que as demandas de acessibilidade são consideradas desde o momento da contratação dos artistas.

Romeu (2025) tem uma atuação marcada por convites constantes para compartilhar saberes e construir práticas de acessibilidade inovadoras. Ele participa da cena cultural como "artista consultor", especialmente em espaços culturais que buscam desenvolver formas mais criativas e experimentais de acessibilidade.

Maria e Hellen (2025), atuantes no campo das artes cênicas e do ativismo, buscam romper com o padronismo e a normatividade. Hellen (2025), enquanto mulher militante, denuncia e combate a cultura segregacionista, lutando por transformações estruturais nas práticas culturais.

6.5.1 Acessibilidade Atitudinal e Capacitismo em Espaços Culturais: Percepções de Pessoas com Deficiência

A acessibilidade atitudinal ainda constitui um dos principais entraves à efetivação de práticas acessíveis nos equipamentos culturais. Dídimo observa que persiste uma lacuna significativa entre o impulso por tornar os espaços acessíveis e a qualidade real do atendimento. Embora exista boa vontade, muitas vezes as equipes se perdem ao oferecer ajuda em excesso ou insuficiente, evidenciando despreparo. Ele relata também o incômodo de ser visto como o “chato da acessibilidade”, sendo frequentemente o único responsável por resolver todas as demandas relacionadas ao tema, o que reflete uma delegação direcionada e desproporcional de responsabilidades.

Nadja (2025) corrobora esse cenário ao destacar que falta, sobretudo, atitude. Em sua perspectiva, o atendimento às pessoas com deficiência deveria ser naturalizado, sem a

necessidade de ações excepcionais. Relata experiências de desconforto ocasionadas por equipes despreparadas, como em um espaço cultural onde a abordagem causou constrangimento às pessoas presentes. Ela defende que recursos como a Língua Brasileira de Sinais (Libras) devem estar garantidos independentemente da presença de pessoas surdas no local, reforçando que a acessibilidade deve ser estruturante e não apenas reativa à demanda.

Romeu acrescenta que os maiores desafios estão nas pessoas, principalmente gestores e profissionais que atuam nos espaços culturais. Ele lamenta o fato de precisar convencer constantemente sobre os mesmos pontos, enfrentando desinteresse mesmo diante de legislações e planos vigentes. Ressalta que o diálogo com as pessoas com deficiência tende a ser superficial e raramente se traduz em mudanças de atitudes ou práticas. Para ele, o acolhimento e o preparo das equipes que operam os espaços é tão ou mais relevante que a infraestrutura disponível.

Dorina enfatiza a dificuldade em romper barreiras atitudinais, que apesar de serem as mais simples e econômicas de resolver, permanecem intactas. Relata episódio em um equipamento, em que uma recepcionista demonstrou despreparo ao apenas apontar o local onde suas colegas se encontravam, sem oferecer o devido suporte. Para Dorina, a falta de empatia e o distanciamento entre a institucionalização da acessibilidade e a cultura organizacional dos equipamentos revela o quão distante ainda se está de um ambiente realmente acessível. Ela defende que todos os profissionais deveriam ter formação específica suficiente para lidar com questões de acessibilidade, e não apenas uma ou outra pessoa na equipe.

Hellen (2025) compartilha uma experiência negativa no Museu da Imagem e do Som, onde foi impedida de entrar por ser usuária de cão-guia, apesar da legislação vigente. Em contraste, relata que, na Biblioteca Pública, os profissionais se mostraram mais preparados e atenciosos. Para ela, de nada adianta a presença de recursos como audiodescrição ou intérpretes se a equipe que realiza o atendimento não está apta a acolher adequadamente o público. A acessibilidade, portanto, deve ser compreendida em sua dimensão ampla, que inclui a logística, a comunicação e o preparo humano.

Maria (2025), por sua vez, elogia o atendimento prestado num equipamento de Cultura do Estado, destacando o preparo e a cordialidade dos servidores. Nos equipamentos de Cultura do município, identifica um preparo mais pontual, tendo precisado, em algumas ocasiões, explicar sua deficiência, embora sem se sentir constrangida. Ela não relata episódios diretos de capacitismo, valorizando o acolhimento e o respeito no diálogo, o que, em sua perspectiva, é fundamental para a experiência cultural de pessoas com deficiência.

Em relação ao capacitismo, Dídimo (2025) o define como uma constante muitas vezes imperceptível a quem o pratica. Relata situações humilhantes, como comentários infantilizantes ou a constante necessidade de pedir ajuda, o que reforça o estigma de incompletude. Relata ainda o preconceito profissional, onde sua opinião é desconsiderada e ele precisa reafirmar sua presença sem ser estigmatizado como “cego bruto” ou “antipático”.

Nadja afirma não ter vivenciado o capacitismo de forma direta, mas já presenciou situações em grupo que evidenciam o despreparo das equipes. Critica posturas que justificam a ausência de recursos pela ausência de público com deficiência, bem como a alegação recorrente de falta de orçamento. Ressalta a concentração de profissionais com deficiência em um único setor, questionando a falta de representatividade em outras áreas dos equipamentos culturais.

Romeu considera precária a presença de pessoas com deficiência em eventos culturais, especialmente em grandes produções realizadas em espaços abertos, como praias, onde o acesso é ruim e a oferta de estrutura é insuficiente. Ele relata episódios de vergonha e dificuldades que exigem esforço emocional e físico para acessar os espaços, o que contribui para que as pessoas com deficiência não se sintam público-alvo desses eventos.

Hellen (2025) compartilha uma situação em que foi forçada a se sentar na primeira fila de um cinema, juntamente com um colega cego, sob a justificativa de que aquele era o espaço reservado. Ao questionar a imposição, destacou a falta de autonomia na escolha do assento, revelando o despreparo da equipe. Para ela, ainda há um entendimento equivocado de que acessibilidade é um favor, não um direito, como evidenciado por um produtor cultural que se queixou do custo da audiodescrição diante de um público reduzido.

Hellen (2025) observa que a acessibilidade programática permanece restrita a nichos, como sessões específicas para pessoas cegas ou surdas, o que, para ela, é problemático. Aponta também a falta de compreensão sobre demandas mais complexas, como sua hipersensibilidade auditiva, que gera confusão mesmo sem que ela esteja dentro do espectro autista. Essa visão reducionista leva à ideia de que as únicas necessidades de uma pessoa cega são deslocamento e audiodescrição.

Maria (2025) expressa desconforto com a forma superficial como muitos eventos tratam a acessibilidade, como se fosse uma obrigação burocrática. Relata sentir certo estranhamento em sua presença, o que a leva a pensar que sua atuação incomoda. Apesar disso, acredita que suas demandas são acolhidas dentro do possível, embora reconheça que reivindicar todas de uma vez pode ser visto como exagero, o que pode prejudicar a própria luta por direito à acessibilidade. Na esperança de uma cultura digna, plural e diversa.

Ao falar sobre a evolução da acessibilidade nos espaços culturais, Dídimo (2025) demonstra uma perspectiva de progresso, "... há alguma coisa num espaço de tempo que, para evolução, para poder sedimentar um hábito, eu acho que tá no tempo. Mas é claro que a gente sempre quer mais, né?"

Dídimo (2025) expressa a expectativa de um futuro em que a dependência não seja a norma: "Eu estou torcendo em contagem regressiva, para o dia em que não vai mais precisar."

Ao discutir o que seria indispensável para a acessibilidade de fato, e sobre como seria um espaço cultural ideal, Dídimo detalha uma concepção de cultura digna e acessível:

Cara, nada sobre nós, sem nós. Isso é meio batido nessa frase, mas não é à toa que ela é uma frase importante, porque ela abre muito tempo. Mas, quando eu falo nada sobre nós, sem nós, é no sentido de que tem que ter profissionais com deficiência. É importantíssimo, porque assim, não só. Porque ninguém consegue abarcar tudo, toda hora e todo o tempo tudo. Mas assim, tem que ter profissionais com deficiência, porque as pessoas com deficiência que são profissionais, que estão para além da sua deficiência, estão em um paradoxo, por ter a deficiência, elas vão saber lidar com certos pontos de vista que passam despercebidos para pessoas que não tem certas agruras. Por outro lado, sendo profissionais, elas obviamente são profissionais, então elas vão ter aquela vivência, vão ter aquela empatia, mas elas são profissionais, elas estão ali para fazer a roda das atividades do equipamento girar (DÍDIMO, 2025).

O seu ideal de Cultura inicia em pessoas com deficiência ocuparem uma parte significativa nesta política no campo de trabalho, pois só assim a legitimidade da acessibilidade pode prevalecer. Sendo em seu pensamento que pessoas com deficiência trabalhando, produzindo ou atuando no campo cultural têm consciência em si e "ter uma deficiência não te torna uma pessoa que está ali na contramão de uma atividade, uma vivência". Ele, com isso, conceitua a proatividade na dimensão das diferenças.

Na busca por equidade, Dídimo desabafa e, em um processo cultural e antropológico, reflete:

Na maioria das vezes, a gente só quer passar. A gente não quer passar e ser notado. A gente não quer ser, a gente não quer ser ponto de referência. A gente não quer ser, Claro que é muito importante chamar atenção para muita coisa, mas, às vezes, a gente só quer ir embora, só quer pegar o nosso ônibus, às vezes só quer, enfim, ter nossos filhos, casar ou não, mas a gente só quer, né, estar no mundo. A gente não quer ser um algo diferente, um diferencial que tem haver com uma preocupação (DÍDIMO, 2025).

A introdução da entrevista de Nadja já sinaliza a esperança por uma cultura mais acessível. A conversa se concentra nas experiências e percepções dela em relação à acessibilidade em espaços culturais em Fortaleza, Ceará, incluindo a presença de acessibilidade física (rampas, elevadores), acessibilidade comunicacional (Libras, audiodescrição em materiais e eventos) e a postura e preparo das equipes desses locais. Nadja compartilha seus

desafios como profissional da cultura com deficiência e a necessidade de uma política de acessibilidade cultural perceptível e abrangente, enfatizando o protagonismo de pessoas com deficiência na construção e avaliação desses espaços. Ela destaca a necessidade de que a acessibilidade seja garantida, e não condicionada à presença imediata de público:

Mas não tem que ser sobre isso assim, como o português está lá e, enquanto língua, você entende que as pessoas vão chegar a Libras enquanto língua ou os recursos de acessibilidade precisam estar, porque as pessoas podem chegar se forem no interesse das pessoas, mas a acessibilidade precisa estar garantida (NADJA, 2025).

Nadja tem o sonho de não ter que brigar sempre pelo óbvio, sua luta constante diz muito sobre o seu percurso:

Esse local é possível para mim, eu posso vir para esse local sem medo, porque aqui eu consigo ter acesso, seja às pessoas que me recebem, ou sejam às coisas que são ofertadas por esse equipamento. Então, assim, pensando no ideal, eu acredito que isso seria assim realmente um sonho, um espaço bem bacana e principalmente com profissionais com deficiência nesses espaços também, inclusive, sabe? Porque é raro de se ver, sendo bem sincera, no equipamento em que eu trabalho de forma mais duradoura, né, contratada enquanto CLT, eu sou a única pessoa com deficiência (NADJA, 2025).

Nadja (2025) é outra que compreende a empregabilidade de pessoas com deficiência na Cultura como processo inicial de consolidação da acessibilidade. “mas quero cada vez mais ter algumas referências e também de alguma forma poder ser essa referência. Eu acho que isso também é o que nos engata a continuar”, afirma ela ao dialogarmos sobre perspectivas de conquistas para o movimento de pessoas com deficiência.

Romeu (2025) destaca o objetivo de espaços verdadeiramente acessíveis para todos: "O entrevistado enfatiza que a humanização das pessoas com deficiência e a garantia de seu direito à cultura são essenciais para criar espaços verdadeiramente acessíveis para todos". Ele observa como a oferta de acessibilidade programática já promove maior participação e anseia que isso se estenda à estrutura física:

Então, por quê? Porque foi colocado intérpretes de Libras de aula, né, nas salas do curso de princípios básicos de teatro. Então, a pessoa solda que sabe que há esse recurso para ela, ela se interessa e ela toma a iniciativa de tentar, né? Porque ela sabe que vai poder se comunicar e se desenvolver ali como um possível artista, né? Um possível estudante de arte, arte e cultura. Então o segredo é a oferta da acessibilidade, né? Das acessibilidades, provoca uma presença. Isso precisa bem discutir, é claro. Então, imagine-se toda essa preocupação que dessa efetivação que há da presença de intérpretes de libras em todos esses espaços da SECUT, né? Se acontecesse também na estrutura física desses espaços, né, na facilitação, na ampliação desses espaços para que pessoas cadeirantes, em uso de outros equipamentos para mobilidade. se sentissem acolhidas e se sentissem possíveis de serem públicos, né?

Seu desejo de que todos os equipamentos de Cultura pudessem ter recursos materiais para garantir a dignidade da pessoas com deficiência, sua fruição e participação são latentes. Dentre estes, Romeu também cita a participação de pessoas com deficiência na gestão, “a presença dessas pessoas com uma formação e uma consciência sobre acessibilidade precisa ter em cada espaço um número maior de indivíduos, porque amplia as próprias mudanças de atitudes. Enquanto não tiver pessoas com deficiência nos lugares, elas será uma suposição.”

Para Romeu, a dignidade se faz presente na pluralidade e mais pessoas com deficiência empregadas na Cultura, fazendo com que ela sofra fissuras em sua essência e sendo compelida a mudar, ter uma transformação profunda e construir uma dialética conceitual.

O que eu considero indispensável para garantir a acessibilidade nesses espaços, uma reestruturação física, gestora, política desses lugares, a contratação de pessoas com deficiência para setores diferentes. Eu acho que essa disponibilidade de oferta de vagas para pessoas com deficiência, desde, sei lá, uma recepção do cinema, uma bilheteria do cinema até uma coordenação, faria uma grande diferença na percepção do que é acessibilidade, do que se precisa com acessibilidade (ROMEUE, 2025).

A utopia da unidade nas diferenças e da aprendizagem é o que move o segmento social das pessoas com deficiência que buscam democratizar a Cultura para além dos recursos de acessibilidade. Não apenas como mero expectadores, mas como contribuidores permanentes.

Dorina (2025) aponta para a busca de um ideal de acessibilidade democrática: “usar a palavra diversidade para que ela seja realmente diversa, né, para que ela agregue diversas pessoas”. Ela descreve os esforços para criar ambientes onde todas as pessoas possam usufruir juntas da cultura. Em seu ideal de acessibilidade, Dorina expressa a vontade de que as exposições já abram acessíveis:

Dorina sonha com um futuro em que a acessibilidade seja uma prática universal e institucionalizada, não um favor, com esta ideia, ela elege uma dimensão da acessibilidade que para si é muito importante:

Porque quando a gente fala das barreiras arquitetônicas, as pessoas só costumam ligar as pessoas com deficiência, né? Aquela coisa muito fechada. Elas esquecem das pessoas idosas, elas esquecem das pessoas obesas, elas esquecem das pessoas que de repente quebraram um pé, uma perna, que estão com o joelho doendo (DORINA, 2025).

A sociedade em geral deve ter o direito de ir e vir com dignidade garantida, para que possam ocupar sua cidade, seu bairro e se relacionarem e isso é papel do poder público.

Hellen (2025) menciona a intenção de tornar os espaços culturais mais acessíveis. Ela anseia por eventos em que a acessibilidade seja plena e integrada, permitindo que todos

desfrutem juntos, também prezando pela importância de uma equipe preparada e do acesso pleno à fruição cultural:

Acessibilidade arquitetônica que possibilita que nós com deficiência possamos circular sem grandes barreiras, que a gente possa ter acesso ao local, né? Porque isso influencia muito na hora da nossa decisão, se a gente conseguir participar ou não, de uma atividade cultural. Audiodescrição é importante, Libras é importante, indispensável. Essas questões são mais indispensáveis. É indispensável uma equipe preparada (HELLEN, 2025).

No ideal de um espaço cultural acessível, Hellen (2025) reforça a necessidade de profissionais preparados e do protagonismo das pessoas com deficiência. “com todos os requisitos de acessibilidade, com pessoas preparadas para atender todos os públicos, com atividades culturais que respeitasse essas diferenças”. Duas categorias permeiam este discurso, a primeira é a pluralidade e a segunda é a dignidade.

Em outro momento, ela reforça o que os demais interlocutores trouxeram:

Então, quando essas políticas e essas programações, essas intervenções, esses equipamentos, eles são protagonizados por pessoas com deficiência, não só quando a gente vai apreciar uma atividade cultural, mas participando da linha de frente de pessoas que organizam, que promovem, que constroem, naturalmente isso vai ser acessível a todas as pessoas com deficiência. Quanto mais de nós estivermos protagonizando isso, a chance de ser mais acessível.

A reflexão se dá no contexto de pares, ou seja, na voz dos interlocutores, a equipe ou o equipamento, que tem pessoas com deficiência no seu campo de profissionais, tem grandes chances de fazer ações acessíveis de fato e de direito. Maria (2025) expressa uma experiência de liberdade e dignidade em espaços acessíveis ao listar o indispensável para a acessibilidade, Maria destaca a importância do acolhimento e apoio humano. Ela dialoga sobre um espaço cultural ideal, que o descreve como um sonho, mas com a crença de que é possível:

Seriam locais que combinassem todas as acessibilidades, para que todas as pessoas com deficiência pudessem circular, ver, ouvir, sentir sem dificuldade alguma. Sinceramente, um espaço assim ainda é utópico para mim e nem sei se seria possível, mas gosto de acreditar que sim (MARIA, 2025).

6.6 A compreensão dos interlocutores sobre a definição de acessibilidade cultural

A definição de acessibilidade cultural revela-se complexa e multifacetada, exigindo um esforço de reflexão por parte dos interlocutores entrevistados, que buscaram traduzir esse conceito a partir das práticas vivenciadas nos equipamentos culturais onde atuam.

Para Berenice (2025), a acessibilidade cultural vai além das dimensões arquitetônica e digital, envolvendo também a presença de artistas com deficiência nas programações, o diálogo com públicos diversos e a composição de equipes com pessoas com e sem deficiência. Trata-se, portanto, de uma concepção ampliada, que atravessa o espaço físico, as atividades culturais e as relações humanas.

Valentin (2025) entende a acessibilidade cultural como um conjunto de recursos, medidas e atitudes que garantem a participação de todos, independentemente de limitações físicas, sociais ou econômicas. Seu olhar abrange não apenas as pessoas com deficiência, mas outros grupos em situação de vulnerabilidade, como os que enfrentam dificuldades relacionadas à renda ou moradia.

Já Tereza (2025) destaca a importância de estratégias concretas e inclusivas, como rampas de acesso, pisos táteis, intérpretes de Libras e projetos adaptáveis, visando assegurar a presença e participação de corpos historicamente excluídos dos espaços culturais.

Por fim, Pedro II (2025) amplia o debate ao afirmar que, embora a acessibilidade esteja contemplada nas diretrizes institucionais, ela ainda carece de avanços para se tornar efetiva. Para ele, o conceito deve englobar também barreiras socioeconômicas, reconhecendo os obstáculos enfrentados por parcelas da população que, mesmo sem deficiência, permanecem à margem do acesso cultural.

Assim, a compreensão dos interlocutores revela que a acessibilidade cultural, mais do que um conjunto de adaptações físicas, implica um compromisso ético com a diversidade, a Justiça Social, a equidade e a participação plena nos processos culturais.

6.6.1 Acessibilidade Cultural na Prática: A Perspectiva das gestões nos equipamentos culturais

Na entrevista concedida, Berenice (2025) apresenta um panorama abrangente das ações de acessibilidade cultural implementadas no equipamento onde atua, evidenciando avanços. Relata que, no equipamento onde atua, têm sido desenvolvidas práticas significativas voltadas à acessibilidade cultural, embora ainda exista desafios persistentes para uma efetiva democratização da cultura para pessoas com deficiência.

Entre as ações implementadas, destaca-se a participação frequente de artistas com deficiência, a realização de seminários sobre o tema e a presença constante de intérpretes de

Libras nas atividades. Também são promovidas sessões adaptadas para crianças autistas, produção de materiais em Braille, oficinas como “dança com autismo”, cursos de Libras para qualificação de profissionais e para crianças, além da inclusão em atividades lúdicas.

O espaço conta com rampas, piso tátil, elevadores e áreas reservadas, além de testar recursos como cadeiras de rodas, audiodescrição e abafadores. A comunicação acessível é priorizada, com audiodescrição, legendas e intérpretes no conteúdo *online*. Formulários identificam necessidades específicas, e parcerias com instituições especializadas e visitas guiadas ampliam o acesso e a inserção de pessoas com deficiência.

Valentin (2025) descreve um conjunto articulado de ações voltadas à acessibilidade cultural no equipamento onde atua, organizadas em quatro eixos principais: acessibilidade estrutural, comunicacional, atitudinal e programática.

No eixo estrutural e físico, o equipamento disponibiliza cadeiras de rodas para uso nas exposições, conta com rampas de acesso e elevadores internos que garantem a mobilidade de pessoas com deficiência. Os espaços cênicos possuem áreas adaptadas para cadeiras de rodas, com circulação facilitada e assentos reservados. Além disso, vêm sendo realizadas melhorias nos pisos, como a implementação de piso tátil em diversas áreas.

Em relação à acessibilidade comunicacional e de conteúdo, os materiais das exposições incluem recursos como janelas de Libras, obras táteis, textos em Braille ou com fonte ampliada, e audiodescrição via *QR Code*. A comunicação digital é pensada de forma acessível: vídeos contam com legendas ou janelas de Libras, e há produção de programação impressa em Braille. Intérpretes de Libras estão presentes na maioria das apresentações artísticas, inclusive em shows e concertos, com tradução corporal das músicas. O equipamento também mantém um intérprete de Libras permanente para atendimento ao público surdo. Sessões especiais de cinema já foram realizadas, com ambientação adaptada para crianças autistas.

Na dimensão atitudinal e de gestão de pessoas, existe uma política de formação contínua para funcionários, educadores e recepcionistas, promovendo debates sobre como lidar com diferentes deficiências. O equipamento busca incluir pessoas com deficiência na equipe, como uma educadora autista e mediadores com baixa visão e surdez, fortalecendo a diversidade e desconstruindo estigmas. Um núcleo interno de acessibilidade coordena as ações e políticas, e o tema está presente de forma constante nos planejamentos, inclusive com autocrítica em relação à acessibilidade dos *sites* e plataformas.

No âmbito da acessibilidade programática e do engajamento, há uma política de valorização de artistas com deficiência, assegurando sua presença nas programações. O equi-

pamento estabelece parcerias com instituições que atendem públicos com deficiência, facilitando o acesso e a participação qualificada. Além disso, é prática institucional solicitar que os artistas reflitam sobre a acessibilidade em suas exposições. A equipe mantém um canal de diálogo contínuo com o público, acolhendo demandas enviadas por instituições ou por meio das redes sociais.

Segundo Valentin (2025), essas iniciativas demonstram um compromisso com a construção de uma política cultural efetivamente inclusiva, que busca integrar a acessibilidade como prática transversal, cotidiana e essencial à gestão dos espaços culturais.

Tereza (2025) destaca que a acessibilidade cultural deve ser compreendida como parte integrante das políticas públicas de cultura, e não como ação isolada ou complementar. Para ela, é fundamental que a acessibilidade esteja presente desde o planejamento até a execução das atividades, garantindo o direito à participação plena de pessoas com deficiência nos espaços culturais.

Ela enfatiza que medidas estruturais, como rampas, pisos táteis e elevadores, são importantes, mas insuficientes se não forem acompanhadas de ações programáticas, comunicacionais e atitudinais. Nesse sentido, ressalta a necessidade de intérpretes de Libras em eventos, materiais acessíveis como textos em Braille e audiodescrição, além da formação contínua das equipes para um atendimento qualificado e respeitoso.

Tereza (2025) aponta ainda a importância da presença de pessoas com deficiência nas equipes de trabalho e nos espaços de gestão, reforçando que representatividade gera transformação. Ela critica a prática recorrente de tratar a acessibilidade apenas como resposta a demandas pontuais, defendendo uma abordagem proativa e transversal, em que a acessibilidade esteja inserida de forma orgânica nas políticas culturais.

Para avançar, segundo Tereza (2025), é necessário investimento específico, revisão das estruturas institucionais e o compromisso político com a inclusão. Ela acredita que a verdadeira democratização da cultura passa pela escuta ativa, pelo planejamento sensível às diversidades e pela construção de espaços onde todos os corpos sejam reconhecidos como legítimos participantes da vida cultural.

No contexto do cinema e do audiovisual, Pedro II (2025) destaca um conjunto de ações e políticas voltadas à acessibilidade cultural que, embora presentes nas diretrizes institucionais, ainda enfrentam obstáculos significativos para sua efetivação plena. Entre as iniciativas, está a aquisição de aparelhos específicos como os do sistema CineSista, que permitem

audiodescrição e tradução em Libras. O equipamento cultural foi pioneiro ao adquirir tais dispositivos antes mesmo do prazo exigido pela legislação, ainda que com limitações — como a quantidade insuficiente de aparelhos em relação à capacidade das salas.

Apesar da existência de normas da Ancine que obrigam a inclusão de recursos de acessibilidade em filmes financiados, muitos títulos não chegam aos equipamentos com tais adaptações. Essa lacuna é agravada pela ausência de linhas de financiamento voltadas à acessibilidade, tanto na infraestrutura das salas quanto na finalização dos produtos audiovisuais. A alternativa encontrada pelo mercado tem sido o uso de aplicativos que disponibilizam os recursos acessíveis, transferindo ao usuário a responsabilidade de possuir celular e conexão com internet estável — o que nem sempre é viável.

O equipamento também promoveu sessões de cinema adaptadas para crianças autistas e já acolheu espetáculos protagonizados por artistas com deficiência, evidenciando um esforço para ampliar a representatividade e o protagonismo dessas pessoas. Parcerias com instituições e o atendimento a solicitações espontâneas do público têm sido mecanismos utilizados para garantir o acesso.

Entretanto, Pedro II (2025) ressalta que muitos desses avanços são limitados por questões estruturais. O prédio, por ser tombado, enfrenta dificuldades para adaptações arquitetônicas como instalação de elevadores, e o entorno urbano — com calçadas irregulares e ausência de transporte acessível — representa uma barreira adicional ao acesso. A falta de profissionais especializados lotados no próprio equipamento dificulta a oferta regular de serviços específicos.

A acessibilidade comunicacional ainda precisa avançar. Embora haja intenção de tornar os conteúdos mais acessíveis nas redes sociais e no *site* com a presença de recursos como legendas.

6.6.2 Barreiras e entraves para uma acessibilidade cultural plena

A acessibilidade cultural é compreendida, pelos interlocutores Berenice, Valentin, Tereza e Pedro II (2025), de forma ampla e multidimensional, envolvendo não apenas pessoas com deficiência, mas também fatores socioeconômicos, comunicacionais e atitudinais. Apesar dos avanços, todos reconhecem desafios estruturais, financeiros e operacionais que ainda limitam a efetivação de uma política de acessibilidade integrada e contínua.

Entre os principais entraves, destaca-se a ausência de orçamento específico, dificultando a aquisição de tecnologias assistivas e a implementação de adaptações físicas. A infraestrutura urbana no entorno dos espaços culturais, como calçadas irregulares e ausência de transporte acessível, também representa um obstáculo à participação. No campo do audiovisual, há dificuldade de acesso a filmes com Libras e audiodescrição, apesar de legislações que preveem essa obrigatoriedade. A dependência de aplicativos e a limitação de dispositivos disponíveis agravam a exclusão.

Os interlocutores também apontaram falhas na formação contínua das equipes, que muitas vezes não estão preparadas para lidar com diferentes deficiências, especialmente as psicossociais. A comunicação institucional é outro ponto frágil: materiais de divulgação nem sempre são acessíveis, e o engajamento do público com deficiência permanece baixo. Soma-se a isso a percepção de que muitas ações são realizadas apenas para cumprimento de metas contratuais, e não como prática genuína de inclusão.

Diante disso, os entrevistados defenderam a naturalização da acessibilidade em todas as etapas de planejamento e execução das ações culturais. Propõem o fortalecimento de políticas públicas com financiamento específico, a ampliação da formação periódica das equipes, a contratação de profissionais com deficiência, o aprimoramento da comunicação acessível e a construção de parcerias com organizações especializadas. Para além das metas, a acessibilidade deve se tornar uma prática cotidiana, estruturante e coletiva, incorporando as vozes e vivências das pessoas com deficiência na gestão e no fazer cultural.

Para que a acessibilidade cultural se torne efetiva e abrangente, os interlocutores destacam a necessidade de mudanças estruturais que consolidem uma política mais integrada e permanente. Entre as principais propostas, está a integração da acessibilidade como prática cotidiana, incorporada às formações, comunicações e programações — não como algo pontual ou acionado sob demanda. A acessibilidade deve ser parte do planejamento desde o início.

Outro ponto central é o fortalecimento orçamentário, com rubricas específicas para acessibilidade. Os equipamentos culturais precisam de apoio financeiro para adquirir tecnologias como aparelhos de audiodescrição, ir além das cotas mínimas exigidas e garantir que conteúdos acessíveis sejam permanentes, não restritos a prazos temporários.

A formação contínua das equipes também é considerada essencial. Todos os profissionais devem receber capacitação frequente em Libras, acessibilidade atitudinal e comunicacional. Além disso, é fundamental ampliar a presença de pessoas com deficiência nas equipes, como artistas, mediadores e produtores.

A comunicação acessível deve ser aprimorada, com materiais em Libras, descrições, Braille e formatos acessíveis em todos os canais — dos editais às redes sociais. É necessário também atuar de forma proativa, estabelecendo contato regular com o público com deficiência, em vez de esperar que esse público busque o equipamento.

Destaca-se ainda a importância do fortalecimento de parcerias com coletivos, instituições e pessoas com deficiência, garantindo sua presença nos espaços de decisão. O diálogo precisa ser colaborativo, reconhecendo as limitações de cada parte e construindo soluções conjuntas. Levar a pauta da acessibilidade para fora dos muros institucionais, atuando em comunidades e escolas, ampliando o alcance e a efetividade das ações. Em síntese, os interlocutores defendem uma mudança de postura: sair da lógica do cumprimento mínimo de metas e avançar para uma acessibilidade estruturante, sustentada por investimento, formação, escuta ativa e protagonismo das pessoas com deficiência no fazer cultural.

Os relatos colhidos evidenciam que, embora existam avanços pontuais na acessibilidade cultural dos equipamentos geridos pelo Instituto Dragão do Mar, persistem lacunas significativas que comprometem a efetividade e a abrangência dessas ações. As experiências compartilhadas pelas pessoas com deficiência entrevistadas reforçam a urgência de uma abordagem estrutural e permanente, que integre a acessibilidade desde o planejamento até a execução das políticas culturais.

A naturalização da acessibilidade como prática cotidiana — e não como resposta eventual ou obrigação contratual — é apontada como caminho essencial para consolidar uma política cultural verdadeiramente inclusiva. Para isso, é necessário ampliar o investimento público, garantir formações regulares para todas as equipes, aprimorar a comunicação acessível e, sobretudo, incluir pessoas com deficiência nos processos decisórios e operacionais.

7 CONCLUSÃO

Com as várias discussões sobre o significado de deficiência e sua relação com as ciências humanas, Santos (2018) relata que a Organização Mundial da Saúde desenvolveu um instrumento chamado Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), que serviria para analisar os contextos sociais, culturais, de renda e individuais, “a classificação não constitui apenas um instrumento para medir o estado funcional dos indivíduos. Além disso, ela permite avaliar as condições de vida e fornecer subsídios para políticas de inclusão social” (FARIAS & BUCHALLA, 2005, p. 189). É por saber que o ponto em comum não se trata apenas da deficiência ou dos recursos que lhe são ofertados, mas quem são as pessoas com esta característica, como vivem, o que fazem, como são tratadas, como está a atenção à sua saúde e outros questionamentos que variam conforme cada indivíduo.

Justamente por estes questionamentos, Diniz (2012) levanta a concepção feminista, que aborda sobre a diversidade de experiências da deficiência, pois as pessoas, por mais que as barreiras sejam eliminadas, continuarão dependentes do cuidado, a interdependência será uma máxima para a vida delas, ou seja, um fator fundamental que supera o paradigma da independência, pois a sociedade não é nada mais que uma cadeia ligando todas as pessoas com diferentes perfis.

Outro ponto relevante para o movimento feminista foi o papel da cuidadora, pois, “além da perspectiva dos deficientes, é preciso também considerar o ponto de vista das cuidadoras dos deficientes. Reconhecer outra autoridade sobre a deficiência que não apenas o deficiente foi algo inquietante para a primeira geração de teóricos do modelo social.” (DINIZ, 2012, p. 46). Novas discussões nasciam com as críticas que chegavam. Como mulheres sem deficiência e pelo fato de serem cuidadoras, também podem escrever sobre a deficiência.

O modelo biopsicossocial, também chamado de modelo crítico por Guerra (2021), dinamiza-se a partir das relações sociais difundidas pelas ações coletivas. Este modelo se fundamenta na semântica e na hermenêutica, pois busca sentido nas nomenclaturas e as usa como forma de resistência. “A linguagem estrutura o pensamento e é um reflexo da realidade social. Ao mesmo tempo, o nosso uso da linguagem permite-nos modificar a realidade que habitamos” (GUERRA, 2021, p. 19). É através da estrutura das palavras que a significação do corpo e do ser tem sentido para a sociedade, pois tudo se organiza através de construção social e assim também é o corpo com alguma lesão.

Diante do exposto, foram apresentados momentos que metamorfoseiam o conceito do fenômeno deficiência e como foi se estruturando enquanto uma característica da diversidade

humana. Tudo isso graças à luta incessante de um movimento social que cotidianamente busca sua legitimidade. “Um passo muito importante para se ter em conta é aceitar que as pessoas deficientes não querem deixar de ser deficientes, pois não há nada de mal em nossos corpos e mentes” (GUERRA, 2021, p. 50). Ou seja, a pessoa não é a deficiência que tem, mas um conjunto de marcadores sociais, políticos e culturais que a complementa.

REFERÊNCIAS

ABBERLEY, Paul. The concept of oppression and the development of the social theory of disability. **Disability & Society**, v. 23, n. 2, p. 135–158, 2008.

ALVES, Francione Charapa; SARAIVA, Rochely Silva de Lima. **Ralph Winfred Tyler e os princípios básicos da avaliação do currículo**. In: Encontro Cearense de História da Educação, 26 a 28 set. 2013, Fortaleza (CE).. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/39704>. Acesso em: 30 jan. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2020. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

AUTISMOERREALIDADE. Quem é Berenice Piana. **Autismo e Realidade**, 2021. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/berenice-piana/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BAPTISTA, Luís Vicente. **Etnografias Urbanas: territórios, imagens e poderes**. Lisboa: Etnográfica Press; CIES/ISCTE, 2002 (1.^a ed. 2002, com base em textos e pesquisas iniciadas em 1987). Disponível em: <https://books.openedition.org/etnograficapress/364>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73 83, abr. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/cf96yZJdTvZbrz8pbDQnDqk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 6 out. 1988. Seção 1, p. 1-22.

BRASIL. **Cultura: desafios do sistema nacional de cultura**. III Conferência Nacional de Cultura. Ministério da Cultura. Brasília - Distrito Federal. 2013. Disponível em: <https://cnpcc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2023/11/ANAIS-IIICNC.pdf>. Acesso em: 30. out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 3.076, de 1º de junho de 1999. Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE). **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 2 jun. 1999. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Seção 1, p. 1-3.

BRASIL. **Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005**. Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5520.htm. Acesso em 29 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.882, de 3 de dezembro de 2021. Regulamenta o Tratado de Marraquexe para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Acessar Texto Impresso. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 dez. 2021. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC+10.882-2021&OpenDocument=. Acesso em: 3 jul. 2025

BRASIL. **Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023**. Revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm. Acesso em 05 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985**. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d91144.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 94.806, de 31 de agosto de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 set. 1987. Seção 1, p. 1.

BRASIL **Decreto nº 99.600, de 13 de outubro de 1990**. Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria da Cultura da Presidência da República, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99600.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em 29 out. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei nº 526, de 1º de julho de 1938**. Instituem o Conselho Nacional de Cultura. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-526-1-julho-1938-358396-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003**. Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc42.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. **Instrução Normativa n.º 128, de 13 de setembro de 2016**. Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade visual e auditiva a serem observados nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica. Disponível em: <https://antigo.ancine.gov.br/pt-br/legislacao/instrucoes-normativas-consolidadas/instru-o-normativa-n-128-de-13-de-setembro-de-2016>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. **Instrução Normativa n.º 148, de 18 de junho de 2019**. Altera dispositivos da Instrução Normativa n.º 109 de 19 de dezembro de 2012 e da Instrução Normativa n.º 128, de 13 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-148>. Acesso: 30 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 29 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.373, de 16 de agosto de 1995. Dispõe sobre a concessão de benefícios aos portadores de deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 ago. 1995. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 7.505 de 02 de julho de 1986**. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17505.htm. Acesso em 29 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 out. 1989. Seção 1, p. 1-2.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 20 set. 1990. Seção 1, p. 1-3.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências voluntárias de recursos financeiros aos Municípios e Estados. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 1990. Seção 1, p. 1-2.

BRASIL **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18313cons.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 dez. de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Seção 1, p. 1-3.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 1-3.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 nov. de 2000. Dispõe sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e aos idosos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 nov. 2000. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Seção 1, p. 1-2.

BRASIL. Lei nº 10.226, de 8 de maio de 2001. Modifica a legislação eleitoral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 mai. 2001. Seção 1, p. 1-3.

BRASIL. **Lei nº 12.343 de 02 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12343&ano=2010&ato=2cdUzYq1keVpWTdd1>. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 1-5.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 2 de agosto de 2021. Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Pessoas com Autismo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 ago. 2021. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 14.835, de 4 de abril de 2024**. Institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14835-4-abril-2024-795455-publicacaooriginal-171427-pl.html>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM Nº 1060, de 17 de setembro de 2002. Estabelece a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2002. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5206, de 2023 (nº 9474/2018, na Câmara dos Deputados)**. Institui marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9490347&ts=1714420512724&disposition=inline>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASILESCOLA. Maria da Penha: biografia, lei, ativismo, legado. **Brasil Escola**, 1 mar. 2024. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historia/maria-da-penha.htm>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (coord.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae, 2008. v. 7. Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/manual%20de%20politicass%20p%20C3%9Ablicas.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2022.

CANALAUTISMO. Berenice Piana: a mãe do Marco Legal do Autismo no Brasil. **Canal Autismo**, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/noticia/berenice-piana-a-mae-do-marco-legal-do-autismo-no-brasil/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/GeorgesCanguilhem-ONormaleoPatologico.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

CEARÁ. **Constituição do Estado do Ceará**, 1989. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 81, de 26 de agosto de 2014. Fortaleza: INESP- Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado. Disponível em: Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado. Ceará. Acesso em: 20 mai. 2025.

CEARÁ. **Decreto nº 25.020**, ano 01, página 102, caderno ½. Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2011/05/Qualificacao-IACC-Decreto-25020-de-03-de-jul-de-1998.pdf>. Acesso em: 30 out.2024.

CEARÁ. **Decreto nº 34.237, de 13 de setembro de 2021**. qualifica como organização social o instituto mirante de cultura e arte, nos termos da lei nº 12.781 de 30 de dezembro de 1997. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/decreto-n-34237-2021-ceara-qualifica-como-organizacao-social-o-instituto-mirante-de-cultura-e-arte-nos-termos-da-lei-no-12-781-de-30-de-dezembro-de-1997>. Acesso em: 30 out. 2024.

CEARÁ. Decreto nº 35.509, de 15 de junho de 2023. **Diário Oficial Do Estado** | série 3 | ano XV nº113 | Fortaleza, 19 de junho de 2023. Disponível em: https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2023/06/decreto-no-35_509-estrutura-organizacional-secult-1.pdf. Acesso em 30 out. 2024.

CEARÁ. **Lei de Criação da Secretaria da Cultura**, 28 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2012/12/28/a-lei-de-criacao-da-secretaria-da-cultura/>. Acesso em: 30 out. 2024.

CEARÁ. **Lei nº 12.781, de 30.12.97 (D.O de 30.12.97)**. Institui o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais, dispõe sobre a qualificação destas entidades e dá outras providências. Disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/seguridade-social-e-saude/item/6185-lei-n-12-781-de-30-12-97-d-o-de-30-12-97>. Acesso em 30 out. 2024.

CEARÁ. **Lei nº 13.078, de 20.12.00 (DO 28.12.00)**. Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará. Disponível em <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/itemlist/tag/cria%20do%20conselho%20estadual%20de%20preservacao%20do%20patrim%20cultural>. Acesso em: 30 out. 2024.

CEARÁ. **Lei 13.351, de 22.08.03 (D.O. DE 25.08.03)**. Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará (RMCTP-CE) e dá outras providências. Disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/3346-lei-13-351-de-22-08-03-d-o-de-25-08-03>. Acesso em: 30 out. 2024.

CEARÁ. **Lei nº 13.398, de 17.11.03 (D.O. DE 19.11.03)**. Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Dia do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará e dá outras providências. Disponível em: file:///C:/Users/marcos.rodrigues/Downloads/LEI_N_13.398____2003.pdf. Acesso em 30 out. 2024.

CEARÁ. **Lei nº 13.400, de 17.11.03 (D.O. de 24.11.03) Republicado – D.O. 08.03.04.** Dispõe sobre o Conselho Estadual da Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/6255-lei-n-13-400-de-17-11-03-d-o-de-24-11-03-republicado-d-o-08-03-04>. Acesso em 30 out. 2024.

CEARÁ. **Lei nº 16.026, de 01 de junho de 2016.** Plano Estadual de Cultura do Ceará. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2018/10/plano-estadual-de-cultura-secult-ce.pdf>. Acesso em 30 out. 2024.

CEARÁ. **170 anos do Braille no Brasil e 45 anos no Ceará:** a trajetória da leitura acessível na BECE. Fortaleza: Biblioteca Pública Estadual do Ceará, 2024. Disponível em: <https://bece.cultura.ce.gov.br/artigo-170-anos-do-braille-no-brasil-e-45-anos-no-ceara-a-trajetoria-da-leitura-acessivel-na-bece/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CEARÁ (Estado). Lei nº 17.338, de 27 de janeiro de 2021. Institui o Programa Cientista Chefe no âmbito da administração pública estadual. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 27 jan. 2021. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-17337-2021-ceara-institui-o-programa-cientista-chefe-no-ambito-da-administracao-publica-estadual>. Acesso em: 3 jul. 2025.

CEARÁ. **Institui a Lei Orgânica da Cultura do Estado do Ceará, dispondo sobre o Sistema Estadual da Cultura - SIEC.** Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-18012-2022-ceara-institui-a-lei-organica-da-cultura-do-estado-do-ceara-dispondo-sobre-o-sistema-estadual-da-cultura-siec>. Acesso em 30 out. 2024.

CEARÁ. **Decreto nº 35819 de 29/12/2023.** Dispõe sobre as ações afirmativas e reparatórias de direitos no âmbito do fomento cultural estadual previsto na Lei Nº 18012/2022, que institui a Lei Orgânica da Cultura do Estado do Ceará, dispondo sobre o Sistema Estadual da Cultura (SIEC). Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=454289>. Acesso em: 30 out. 2024.

CEARÁ. Portaria nº 92/ 2024/ SECULT. Constitui o Grupo de Trabalho em Acessibilidade Cultural em Âmbito da SeCult. **Diário Oficial do Estado**. Série 3. Ano XVI. nº 143, Fortaleza, 31 de julho de 2024. CEARÁ. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2021/09/20/setembro-da-acessibilidade-2021-confira-demaais-aco-es-nos-equipamentos-culturais-da-secult-ce/> Acesso em: 30 out. 2024.

CEARÁ. **Projeto Acesso.** Museu da Cultura Cearense. Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, 2020.

CEARÁ. Secretaria da Cultura. **Guia de acessibilidade cultural:** Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Fortaleza: Secult Ceará, 2024. Disponível em: https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2025/01/Guia-de-Acessibilidade-Cultural_PDFACESSIVEL.pdf. Acesso em: 1 jul. 2025.

CEARÁ. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. **Tesouros Vivos da Cultura do Ceará.** Fortaleza: Secult, [s.d.]. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/tesouros-vivos-do-ceara>. Acesso em: 09 jul. 2025.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. *et al.* (Org.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295 - 316.

CENTRO CULTURAL BOM JARDIM. **Programa de Acessibilidade do Centro Cultural Bom Jardim pauta luta anticapacitista no Grande Bom Jardim**. Fortaleza: CCBJ, 2024. Disponível em: <https://ccbj.org.br/noticias/programa-de-acessibilidade-do-centro-cultural-bom-jardim-pauta-luta-anti-capacitista-no-grande-bom-jardim/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DYE, Thomas D. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, v. 7, n 16, jul./dez 2006, p. 20-45.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 8, n. 2, p. 187-93, 2005.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 27 fev. 2022.

GUAPINDAIA, Aloysio *et al.* **Sistema Nacional de Cultura: seminários “Cultura para Todos” e construção do SNC**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/producao-de-culturanobrasil/11792546>. Acesso em: 26 jun. 2025.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Avaliação de quarta geração**. Campinas, SP: Ed.Unicamp, 2011.

GUERRA, A. de L. e R.; MOURA, D. B. de. (2021). A chave para o conhecimento: desvendando os benefícios da pesquisa bibliográfica em pesquisas educacionais. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 597–604, 597–604. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i3.10440>. Acesso em: 13 fev. 2022.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Políticas Públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Revista Desenvolvimento em Debate**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016. Disponível em: https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/dd_v_4_1_Gussi_Oliveira.pdf . Acesso em: 28 fev. 2022.

GRUMAN, Marcelo. A UNESCO e as políticas culturais no Brasil. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 174-186, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3343/2456>. Acesso em: 28 fev. 2022.

HALL, Peter (1998). The Movement from Keynesianism to Monetarism: Institutional Analysis and British Economic Policy in the 1970s. *In*: STEIMO, S.; THELEN, K.; LONGSTRETH, F. (eds.) **Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Perspective**, p. 90-113.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (org.). **Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 215 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 28 fev. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Guia Inclua - Cultura: Programa de qualificação profissional e formativa da gestão pública de Cultura no Estado do Ceará**. Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://inclua.ipea.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/Guia-Inclua-cultura.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2025.

JOSÉ FILHO, Mário; DALBÉRIO, Oswaldo (org.). **Desafios da pesquisa**. Franca, SP: UNES-FHDSS, 2006. 144 p.

LANNA JÚNIOR, Mário Cleber Martins. **História do movimento político das pessoas com deficiência**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097_arquivo.pdf. Acesso em: 01 nov. 2024.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, v. 7, n 16, jul./dez 2006, p. 20-45.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Editora Vozes; 2006.

LEJANO, R. **Parâmetros para a análise de políticas: a fusão de texto e contexto**. Campinas, SP: Ed.. Arte Escrita, 2012.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, v. 7, n 16, jul./dez 2006, p. 20-45.

MAIOR, Izabel de Loureiro. Entrevista com Izabel de Loureiro Maior. **Revista Mais** 60. Ed. 82. Sesc/ São Paulo. 09/05/2022. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/ed-82-entrevista-com-izabel-de-loureiro-maior/>. Acesso em 21 mai. 2025.

MEAD, L. M. Public policy: vision, potential, limits. **Policy Currents**, [S.l.], v. 2, n. 5, p.1-4, 1995.

MIGUEL, Kassiana da Silva; Justina, Aparecida Della; FERRAZ, Daniela Frigo. As gerações presentes nos estudos relacionados à avaliação da aprendizagem: questões teóricas e práticas. **Revista de Educação em Ciências e Matemática**, [S.l.], v.18, n. 41, p. 255-280, 2022.

MINERVA, A.; GUERRA, R.; MOURA, D. B. A chave para o conhecimento: desvendando os benefícios da pesquisa bibliográfica em pesquisas educacionais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.7, n.03, p. , 2021. Disponível em: [file:///c:/users/marcos.rodrigues/downloads/\[fluxo\]x-a+chave+para+o+conhecimento+desvendando+os+benefi%cc%81cios+da+pesquisa+bibliogra%cc%81fica+em+pesquisas+educacionais.pdf](file:///c:/users/marcos.rodrigues/downloads/[fluxo]x-a+chave+para+o+conhecimento+desvendando+os+benefi%cc%81cios+da+pesquisa+bibliogra%cc%81fica+em+pesquisas+educacionais.pdf). Acesso em: 04 nov. 2024.

MIRANDA, Elis; ROCHA, Elisabeth Soares; EGLER, Tamara Tânia Coben. A Trajetória das Políticas Públicas de Cultura no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 25-46, 2014. DOI <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v17i1.1775>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1775> . Acesso em: 13 fev. 2022.

NASCIMENTO, R. B.; MOTA, F. de A. A. Avaliação educacional: considerações teóricas. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 12, n. 44, p. 810-830, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Tratado de Marraquexe para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas para Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Acessar Texto Impresso**. Marraquexe, 27 jun. 2013. Disponível em: <https://www.wipo.int/treaties/pt/ip/marrakesh/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

PALESTRA "O curso de especialização em Acessibilidade Cultural", com Patrícia Dorneles - UFRJ. Gravação de Patrícia Dorneles. [S. l.]: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - UFPel, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DC3VEI4M5bQ> . Acesso em: 28 fev. 2022.

PIANA, Berenice. Um marco nos direitos dos autistas. **Autismo e Realidade**. 30 mar. 2020. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2020/03/30/berenice-piana-um-marco-nos->. Acesso em 21 mai. 2025.

RODRIGUES, L.C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas**, [S.l.], ano I, vol.1, n.1, jan.-jun., p. 07-15, 2008.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Desenvolvimento em Debate. **Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas**, [S.l.], v.4, n.1, p.103-115, 2016.

RODRIGUES DE SOUSA CHAVEIRO, M. M. Interseccionalidade e sua pluralidade conceitual: Um quadro comparativo entre autoras. **Revista Desenvolvimento Social**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 58–77, 2023. DOI: 10.46551/issn2179-6807v29n2p58-77. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/7121>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SALA DE RECURSOS REVISTA. Lei Berenice Piana e sua importância para o autismo no Brasil. **Sala de Recursos**. Brasília: v. 5, n. 1, jan. – jun., 2024. Disponível em: <https://saladerecursos.com.br/inclusao/lei-berenice-piana/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SANTOS, José Luiz. **O que é cultura**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Versão atualizada em 2011. In: **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, ano V, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9 Disponível em: http://www.rometec.com.br/artigos/terminologia_sobre_deficiencia_na_era_da_inclusao.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RJDv4VY6gOA>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Tereza Antipoff: educação, psicologia e formação humana**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Educadores).

SCRIVEN, M. **The logic of evaluation**: department of Psychology. Claremont: Claremont Graduate University, 2007.

SESC|SãoPaulo. Entrevista com Izabel de Loureiro Maior. **Revista Mais 60** 09/05/2022. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/ed-82-entrevista-com-izabel-de-loureiro-maior/>. Acesso em: 22 abr. 2025

SIDI, Pilar de Moraes; CONTE, Elaine. A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação, In: **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.12, n.4 , p. 1942-1954, out. dez. 2017. Disponível em: file:///C:/Users/marcos.rodrigues/Downloads/1+9270-25841-3-ED_Rev.pdf. Acesso em: 06 nov. 2024.

SILVA, A. L.; GOMES, A. M. Avaliação educacional: concepções e embates teóricos. **Est.Aval.Educ.**, [S.l.], v. 29, n. 71, p. 350- 384, 2018.

SILVA, Frederico A. Barbosa da (org.). **Direito e Políticas Culturais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2021. 418 p.

SILVA, M. L. da. **A imprensa Braille no Brasil: história e perspectivas**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 1987

SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração da Saúde (CEDAS), 1987. 470 p.

SOUSA, Larissa Rocha de; MOURA, Daniele Rodrigues de. Em discussão: os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta da criança e adolescente com deficiência: contribuições dos modelos biomédico, social e biopsicossocial. **Imperium – Revista de Direito e Relações Internacionais**, [S.l.], 2023. Disponível em: <https://imperium.org.br/em-discussao-os-principios-da-protecao-integral-e-da-prioridade-absoluta-da-criancas-e-adolescentes-com-deficiencia-contribuicoes-dos-modelos-biomedico-social-e-biopsicossocial>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, [S.l.], v. 5, n. 16, p. 20-45, 2006.

TEIXEIRA, Carolina. A cultura da Acessibilidade: desafios à produção artística brasileira. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, [S. l.], n. 6, p. 9-22, jun./2018 2018. Disponível em: <https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/revista/edicao6.php?cor=verde> . Acesso em: 28 fev. 2022.

UNFPA/ Brazil. Declaração de Durban. *In: III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*. Durban, 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracao_durban.pdf. Acesso em> 21 maio 2025.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: A Salvaguarda do Futuro**. Salamanca, Espanha, 7-10 jul. 1994. Relatório final. Paris: UNESCO, 1994.

VASCONSCELOS, Victor. Movimento das pessoas com deficiência perde Nadja de Pinho Pessoa. **Sem Barreiras**, 08 jul. 2017. Disponível em: <https://www.sembarreiras.com.br/2017/07/08/movimento-das-pessoas-com-deficiencia-perde-nadja-de-pinho-pessoa/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

VIANNA, H. M. A prática da avaliação educacional: algumas colocações metodológicas. **Cadernos de pesquisa**, n. 69, p. 40-47, 1989.